

# PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA (PGI)

REVISÃO 2003 – 2019

BALNEÁRIO CAMBORIÚ – SANTA CATARINA

**Versão Preliminar**



## **CRÉDITOS**

**Ministério do Meio Ambiente – MMA**

**Ministério da Economia**

**Secretaria do Patrimônio da União – SPU/OC**

**Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina - SPU/SC**

**Núcleo de Gestão de Praias – NUGEP/SPU**

**Ministério do Turismo**

**Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Sustentável –  
SDE/SC**

**Diretoria do Desenvolvimento Regional e das Cidades - DDR/SC**

**Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro - GERCO/SC**

**Coordenação Estadual do Projeto Orla**

**Comissão Técnica Estadual Projeto Orla – CTE PO/SC**

**Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú**

**Prefeito Fabrício José Satiro de Oliveira**



**SECRETARIAS MUNICIPAIS**

**Secretaria de Meio Ambiente**

**Secretaria de Planejamento Urbano e Gestão Orçamentária**

**Procuradoria-Geral do Município**

**Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico**

**Fundação Municipal de Esportes**

**Coordenação Municipal - Projeto Orla**

**Gestora de Praias**

Eduarda Montibeller Schuch

**ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

**Associação dos Moradores de Taquaras**

**Colônia de Pesca Z07**

**Associação dos Trabalhadores em Milhos e Churrus da Praia Central**

**Associação Catarinense das escolas de Surf (ACESBC)**

**ONG Salve os Oceanos**

**ONG Instituto Anjos do Mar/BR**

**Federação Catarinense de Surfistas (FECASURF)**

**ONG Salve os Oceanos e Instituto Anjos do Mar/BR**

**Associação de moradores da praia do Estaleiro**

**Associação dos comerciantes**

**Associação de moradores do Bairro Nações**

**Associação de moradores do Estaleirinho**

**Equipe consultora do Projeto Orla Balneário Camboriú**

Geógrafo Pedro de Carvalho Nasser – Instrutor Responsável

Oceanógrafo Luidgi Marchese – Apoio nas Oficinas

Bióloga Samanta da Costa Cristiano – Apoio na Redação do PGI



# SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	i
LISTA DE FIGURAS .....	ii
LISTA DE ANEXOS .....	iv
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>Termo de Adesão à Gestão de Praias – TAGP</b> .....	<b>2</b>
<b>Projeto Orla</b> .....	<b>5</b>
<b>Construção do PGI de Balneário Camboriú</b> .....	<b>9</b>
1. OBJETIVOS .....	18
1.1. Objetivo Geral .....	18
1.2. Objetivos específicos .....	18
2. ÁREA DE INTERVENÇÃO .....	19
2.1. Unidades da Paisagem e Trechos de Planejamento .....	22
2.1.1. Unidade 01 – Costa Brava .....	25
2.1.2. Unidade 02 – Praia Central .....	26
2.1.3. Unidade 03 – Praia dos Amores .....	27
3. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO .....	29
3.1. Atributos Naturais e Paisagísticos .....	29
3.1.1. APA Costa Brava .....	30
3.2. Atividades Geradoras dos Problemas e Atores Envolvidos .....	33
3.2.1. Atividades Geradoras .....	35
3.2.2. Atores .....	38
3.3. Problemas e Potencialidades de Uso e Ocupação e Impactos na Orla .....	40
3.3.1. Problemas .....	42
3.3.2. Potencialidades .....	44
3.4. Estrutura Fundiária na Orla .....	47
4. CENÁRIOS DA ORLA .....	51
4.1. Unidade 01 – Costa Brava .....	51
4.1.1. Trecho 1.1. – Ponta do Malta .....	51
4.1.2. Trecho 1.2. – Estaleirinho .....	52
4.1.3. Trecho 1.3. – Ponta do Coqueiro .....	55
4.1.4. Trecho 1.4. – Estaleiro .....	55
4.1.5. Trecho 1.5. – Ponta dos Lobos .....	58
4.1.6. Trecho 1.6. – Pinho .....	58

4.1.7.	Trecho 1.7. – Tartarugas .....	59
4.1.8.	Trecho 1.8. – Taquaras .....	60
4.1.9.	Trecho 1.9. - Taquarinhas .....	62
4.1.10.	Trecho 1.10. – Lajeado.....	63
4.1.11.	Trecho 1.11. – Laranjeiras.....	64
4.1.12.	Trecho 1.12. – Aguada .....	66
4.2.	Unidade 02 – Praia Central .....	67
4.2.1.	Trecho 2.1. – Barra Sul.....	67
4.2.2.	Trecho 2.2. – Praia Central .....	69
4.3.	Unidade 03 .....	71
4.3.1.	Trecho 3.1. – Pontal Norte (3.1, 3.2, 3.3).....	71
4.3.2.	Trecho 3.2. – Praia do Buraco .....	72
4.3.3.	Trecho 3.3. – Praia dos Amores .....	73
5.	AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS .....	74
6.	SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES .....	78
6.1.	Base legal existente que permita implantar as ações normativas .....	79
6.1.1.	Legislação Federal .....	80
6.1.2.	Legislação Estadual.....	82
6.2.	Base Institucional Local para Executar as Ações Previstas.....	82
6.3.	Fóruns de decisão existentes no município .....	83
6.4.	Instrumentos Gerenciais e Normativos Locais Existentes .....	84
6.5.	Material técnico-científico disponível .....	85
6.5.1.	Referências citadas .....	85
7.	CRONOGRAMA GERAL .....	89
	ANEXOS.....	98

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Falta/ausência de planejamento como atividade geradora de aproximadamente 22 problemas.....	36
Tabela 2 – Problema mais frequentes na orla de BC, conforme identificação nas oficinas do Projeto Orla. 1= presente; 0 = ausente. ....	43
Tabela 3 – Principais conflitos fundiários de BC.....	50
Tabela 4 – Ações e medidas recorrentes para 64,7% e 41,2% dos trechos de orla de BC. 1= presente; 0 = ausente.....	75
Tabela 5 – Ações e medidas recorrentes para 29,4% e 23,5% dos trechos de orla de BC.....	76
Tabela 6 - Cronograma Imediato. ....	89
Tabela 7 - Cronograma Permanente.....	90
Tabela 8 - Cronograma de 01 ano.....	91
Tabela 9 - Cronograma de 02 anos.....	92
Tabela 10 - Cronograma de 03 anos.....	93
Tabela 11 - Cronograma de 04 anos.....	94
Tabela 12 - Cronograma prazos diversos.....	96

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma de encaminhamentos do PGI. Fonte: MMA/SQA (2002). .....	2
Figura 2 – Produtos da implementação do Projeto Orla. Fonte: MMA/SQA (2002). .....	6
Figura 3- Exemplo de metodologia para encontros de implementação do Projeto Orla. Fonte: MMA/SQA (2002). .....	6
Figura 4- Ilustração das tipologias de orla em planta, segundo o grau de exposição baseado em suas características físicas. Classificadas como orla exposta, semi-exposta ou abrigada. Fonte: MMA/SQA (2002). .....	7
Figura 5- Tipologias de Orla de acordo com o seu nível de urbanização, onde são apresentados cenários de orla não urbanizada, em processo de urbanização e com urbanização consolidada. Fonte: Adaptado de MMA/SQA (2002). .....	7
Figura 6- Limites da Orla Marítima conforme o Projeto Orla, sendo 33 m de terrenos de Marinha, o limite de 50 m de orla para áreas urbanizadas e 200 m para não urbanizada. Fonte: MMA/SQA (2002). .....	8
Figura 7 - Metodologia de implementação do Projeto Orla. ....	10
Figura 8- Apresentação do Projeto Orla na Câmara de Vereadores de BC. ....	11
Figura 9- Imagens de divulgação das oficinas nas redes sociais. ....	12
Figura 10- Manchetes chamativas para divulgar a implementação do Projeto Orla em BC, 2019. Fonte: a) Diarinho; b) Página 3. ....	13
Figura 11- Apresentações na oficina I. A) CTE/SC na Oficina I do Projeto Orla BC; B) Ministério do Turismo. ....	14
Figura 12- Encontros da Oficina I. ....	16
Figura 13- Encontros da Oficina I. ....	16
Figura 14- Encontros da Oficina II. ....	17
Figura 15- Encontros da Oficina II, atores participam de dinâmica. A) Discussão com a participação de representante da academia/LAGECI/UFSC – projeto ATAGP e comunidade local; B) Discussão com a participação de representante do Ministério do Turismo e consultora da AMFRI (Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí) e comunidade local. ....	17
Figura 16- Encontros da Oficina II. ....	17
Figura 17 - Localização do município de Balneário Camboriú no contexto estadual. ...	19
Figura 18 – Setores do litoral de Santa Catarina. Fonte: GERCO/SC. ....	20
Figura 19 – Município de Balneário Camboriú no contexto local. ....	21
Figura 20 - Município de Balneário Camboriú/SC, com a demarcação dos limites: i) azul Terrenos de Marinha e ii) amarelo Limite terrestre da área de intervenção do PGI de BC. ....	22
Figura 21 - Município de Balneário Camboriú/SC e as cotas de profundidade de 10, 20 e 50 metros. ....	23
Figura 22 – Área de intervenção do Projeto Orla no Município de Balneário Camboriú/SC. ....	23
Figura 23 – Unidades da Paisagem da orla do município de Balneário Camboriú/SC. ....	24
Figura 24 - Trechos de planejamento do PGI de BC. ....	25
Figura 25 – Unidade 01. ....	26
Figura 26 - Unidade de Planejamento 02. ....	27
Figura 27 - Unidade de Planejamento 03 do PGI de 2003. Fonte: Balneário Camboriú, 2003. ....	28

Figura 28 – Nova definição dos trechos da Unidade de Planejamento 03, com a união dos trechos 3.1. Marambaia, 3.2. Prainha e 3.3. Pontal Norte, em um único trecho - 3.1., renomeando consecutivamente Recanto das águas/Praia do Buraco para 3.2. e Praia dos Amores para 3.3. ....	28
Figura 29 – Mapa de classificação dos trechos de orla de Balneário Camboriú. ....	30
Figura 30 - Zoneamento Ecológico-Econômico – APA Costa Brava. Fonte: Ecolibra, 2017. ....	32
Figura 31 – Praia Central de Balneário Camboriú. Fotos: Power Produtora; Marcos Schaefer .....	34
Figura 32- Encontros da Oficina I. ....	39
Figura 33- Atores nos encontros da Oficina II. ....	39
Figura 34 – Número de pessoas presentes por encontro de implementação do Projeto Orla em BC.....	39
Figura 35 – Número de problemas por trechos avaliados em BC.....	42
Figura 36- Praias do Estaleiro e do Estaleirinho com a Bandeira Azul hasteada na temporada 2018/2019. Fonte: Balneário Camboriú, 2019.....	47
Figura 37 - Unidade de Planejamento 02. Fonte: IBGE, S/D. ....	49
Figura 38 – Fotografias históricas de praias de Balneário Camboriú. A) Praia do Estaleiro; B) Praia de Laranjeiras Fonte: IBGE, S/D. ....	49
Figura 39 – Unidade 01 – Costa Brava. ....	51
Figura 40 – Unidade 02 – Praia Central.....	67
Figura 41 – Unidade 03 –Praia dos Amores.....	71
Figura 42 – Gráfico com o número de ações e medidas definidas por trecho de orla de BC.....	74
Figura 43 - Delimitação da ZC brasileira: faixa terrestre, faixa marítima e Zona Econômica Exclusiva. Fonte: Cristiano (2014) adaptado de MMA/SQA (2002).....	78

## LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Lista de Presença 07 de março de 2019.....	99
Anexo 2 - Lista de presença 18 de março de 2019.....	100
Anexo 3 - Lista de Presença 10 de junho de 2019.....	103
Anexo 4 - Lista de presença de 11 de junho de 2019.....	105
Anexo 5 – Lista de Presença de 12 de junho de 2019. ....	107
Anexo 6 – Lista de presença de 13 de junho de 2019.....	109
Anexo 7 - Lista de presença de 14 de junho de 2019.....	111
Anexo 8 - Lista de presença 17 de junho de 2019. ....	113
Anexo 9 - Lista de presença de 18 de junho de 2019.....	115
Anexo 10 - Lista de presença de 26 de junho de 2019.....	117
Anexo 11 - Lista de presença 27 de junho de 2019. ....	118
Anexo 12 - Lista de presença de 20 de agosto de 2019. ....	119
Anexo 13 - Lista de presença 21 de agosto de 2019.....	120
Anexo 14- Lista de presença 22 de agosto de 2019.....	122
Anexo 15 – Dados gerais de problemas e ações e medidas – apêndice 1. ....	123
Anexo 16 – “Quadro síntese 2” para cada um dos trechos da orla de BC – apêndice 2. .....	132
Anexo 17- Quadro “4” - Síntese de Problemas da orla de BC. Apêndice 3. ....	156
Anexo 18 – Quadro “5” – Ações e Medidas estratégicas. Apêndice 3.....	160
Anexo 19 – Cronograma para o primeiro ano. Apêndice 4. ....	165

## APRESENTAÇÃO

As áreas costeiras configuram a interface entre os ambientes marinho e terrestre e estão entre os ambientes mais frágeis do globo, pois configuram ecossistemas em fluxo contínuo, equilibrado pelas forças cinéticas e gravitacionais, e composto por mosaicos de recursos abióticos e bióticos (Portmann et al., 2015). Estas áreas costeiras proporcionam benefícios para os seres humanos, como a proteção costeira, alimento (peixes) e lazer (Portmann et al., 2015). Por isso, necessitam de políticas públicas e ações de gestão com o objetivo de conservar seus serviços naturais.

As políticas atuais de gestão da zona costeira brasileira visam a sua municipalização, devido a maior propriedade e proximidade aos conflitos, somada à falta de efetivo da União para atender um litoral de mais de 8.000 km de extensão (Cristiano, 2018). O Segundo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II) instituiu em 1997 a descentralização da gestão dos ambientes costeiros, observado que estados e municípios podem melhor gerenciar suas demandas (CIRM, 1997).

Em 2002 foi lançado o Projeto Orla visando compatibilizar as políticas ambiental, urbana e patrimonial por meio da gestão integrada. Mais recentemente, a Lei nº 13.240/2015, possibilitou a transferência da gestão das praias marítimas urbanas e outros bens de uso comum do povo com exploração econômica aos municípios costeiros. Essa transferência foi regulamentada pela Portaria Secretaria do Patrimônio da União (SPU) nº 113/2017, contendo o modelo do Termo de Adesão à Gestão das Praias (TAGP) Marítimas Urbanas. Recentemente atualizado pela Portaria nº 44/2019, incluindo a possibilidade de transferência também das praias marítimas não urbanas.

O TAGP tem a finalidade de estabelecer condições para uma melhor gestão da zona costeira, buscando uma melhoria continuada, dirigida para o uso racional e a qualificação ambiental e urbanística desses territórios. Dentre os desdobramentos do TAGP está a execução do Projeto Orla, com o qual, tem-se a elaboração do Plano de Gestão Integrada (PGI), ou revisão, como no caso de Balneário Camboriú (BC). O PGI é um instrumento de planejamento que auxilia o município nas tomadas de decisão, permite um melhor

conhecimento do seu território, favorece o estabelecimento de convênios entre as prefeituras, universidades e institutos de pesquisa, no âmbito da caracterização socioambiental, e de ferramentas para avaliação e monitoramento da gestão da Orla Marítima.

Este documento refere-se à Versão Preliminar PGI que deve seguir os encaminhamentos da Figura 1.

#### Fluxograma Encaminhamento do Plano de Gestão Integrada



Figura 1 – Fluxograma de encaminhamentos do PGI. Fonte: MMA/SQA (2002).

#### Termo de Adesão à Gestão de Praias – TAGP

Conforme Scherer et al. (2009), a deficiência do gerenciamento costeiro no Brasil resulta da sua organização político-administrativa territorial e da consequente abundância de instituições, processos, normas e controles de diversas esferas. No entanto, o gerenciamento costeiro é oportuno, pois ainda é possível reverter as inúmeras dificuldades existentes na zona costeira brasileira (Polette & Silva, 2003). Neste sentido, uma recente ferramenta de transferência da gestão das praias da União aos municípios foi instituída para otimizar e desburocratizar este processo.

O Termo de Adesão à Gestão das Praias (TAGP) tem por objeto transferir ao Município a gestão das praias marítimas de seu território, inclusive as áreas de bens de uso comum com exploração econômica. O modelo do TAGP foi estabelecido pela Portaria SPU nº 113/2017, que regulamentou o art. 14 da Lei 13.240/2015, e foi recentemente atualizado pela Portaria 44/2019, que incluiu a possibilidade de transferência também das praias marítimas não urbanas. A finalidade é estabelecer condições para uma melhor gestão dos espaços litorâneos, para uma melhoria continuada, orientada para o uso racional e a qualificação ambiental e urbanística desses territórios. A adesão ao TAGP pode trazer resultados positivos para todo o município, transformando

eventuais gastos com a gestão das praias em verdadeiros investimentos, com retornos relacionados à qualidade econômica, social e ambiental do território.

#### **Dados do TAGP de Balneário Camboriú:**

- Data de Assinatura do TAGP: 12/09/2017
- Data de deferimento do TAGP: 11/10/2017
- Envio do primeiro Relatório Anual do TAGP: 30/01/2019
- Nome da atual Gestora Titular Municipal de Utilização de Praias: Eduarda Montibeller Schuch
- Nome da atual Gestora Substituta Municipal de Utilização de Praias: Camila Sardi de Lima
- Extensão total da orla do Município: 20 km
- Extensão da orla municipal na área objeto do TAGP: 20 km
- Número de praias na área objeto do TAGP: 9
- Número total de praias do Município: 9

#### **CLÁUSULA TERCEIRA da Portaria 113/2017 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

“São deveres do Município:

I - garantir que as praias e os outros bens de uso comum do povo, objetos deste Termo de Adesão, cumpram sua função socioambiental, obedecendo aos princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso;

II - promover o correto uso e ocupação das praias, garantindo o livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, nos termos contidos no art. 10 da Lei nº 7.661, de 1988, orientando os usuários e a comunidade em geral sobre a legislação pertinente, seus direitos e deveres, bem como planejar e executar programas educativos sobre a utilização daqueles espaços;

III - assumir a responsabilidade integral pelas ações ocorridas no período de gestão municipal, pelas omissões praticadas e pelas multas e indenizações decorrentes;

IV - fiscalizar a utilização das praias e bens de uso comum do povo objeto do presente Termo, adotando medidas administrativas e judiciais cabíveis à sua manutenção, inclusive emitindo notificações, autos de infração e termos de embargo, cominando sanções pecuniárias e executando eventuais demolições e remoções, sempre que se fizerem necessárias, tudo nos termos do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e do art. 10 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem assim apurando denúncias e reclamações atinentes às irregularidades no uso e ocupação das áreas, sempre cientificando os denunciadores das ações tomadas;

V - disponibilizar e manter atualizadas no sítio eletrônico institucional do Município (site oficial), já existente ou necessariamente a ser criado, as seguintes informações relativas às áreas objeto do presente Termo, quando couber:

a) em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do Termo de Adesão:

a.1) Plano Diretor do Município, Lei de Diretrizes Urbanísticas ou outra norma que trate do uso e ocupação do solo, para os municípios que não disponham de Plano Diretor;

a.2) Códigos de Obras e de Posturas do Município;

a.3) legislação ambiental municipal e estadual incidente sobre as áreas;

**a.4) Plano de gestão local de ordenamento da orla, ou Plano de Gestão Integrada do Projeto Orla;**

a.5) contratos e termos vigentes firmados com terceiros, com as respectivas licenças ambientais, se couber;

a.6) espaço amplamente divulgado para reclamações e denúncias dos cidadãos, devendo responder regularmente àquelas demandas sociais;

b) em até 1 (um) ano após a assinatura do Termo de Adesão, o primeiro relatório de gestão de praias marítimas urbanas, conforme modelo disponível no portal de serviços da SPU na internet - [patrimoniode todos.gov.br](http://patrimoniode todos.gov.br) -, em "requerimentos diversos";

**c) em até 3 (três) anos após a assinatura do Termo de Adesão, plano para ordenamento da Orla, em conformidade com o art. 32 do Decreto nº 5.300, de 2004, ou revisão do plano já existente;**

VI - instituir através de ato normativo, a ser editado no prazo de 3 (três) anos após a assinatura do Termo de Adesão, o Comitê Gestor da Orla, que deve se constituir no núcleo de articulação e deliberação no processo de planejamento e de aplicação das ações de gestão da orla marítima, também previsto no Decreto nº 5.300, de 2004;

VII - apresentar anualmente, durante os 3 (três) primeiros anos após a assinatura do Termo de Adesão, relatórios de gestão, conforme modelo e indicadores adotados pela Secretaria do Patrimônio da União;

VIII - apresentar anualmente, a partir do 4º (quarto) ano da assinatura do Termo de Adesão, relatórios de implementação do Plano de Gestão Integrada da Orla, a ser constituído durante os 3 (três) primeiros anos, caso o Município ainda não o tenha, devidamente aprovados pelo Comitê Gestor da Orla, instruídos com um mínimo de 3 (três) Atas de Reuniões do mesmo Comitê Gestor;

IX - informar e manter a SPU atualizada quanto ao endereço do sítio eletrônico onde o Município disponibilizará o registro dos documentos citados no inciso V desta cláusula;

X - informar no local especificado no portal de serviços da SPU na internet, o Gestor Municipal de Utilização de Praias e seu substituto, bem como atualizar, no mesmo local, no prazo de até 5 (cinco) dias, sempre que houver decisão pela mudança dessa autoridade, titular ou substituto;

XI - submeter-se às orientações normativas e à fiscalização da Secretaria do Patrimônio da União e observar a legislação vigente, em especial o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como decretos regulamentadores;

XII - providenciar a publicação de extrato deste Termo de Adesão no Diário Oficial do Município e em jornal de grande circulação local e remeter cópia deste Termo à Câmara de Vereadores do Município, observado o disposto na Cláusula Décima Segunda, § 2º ; e

XIII - disponibilizar à SPU/UF a sua Planta de Valores Genéricos - PVG.”

## Projeto Orla

Como uma forma de responder às demandas de ordenamento do uso e da ocupação da faixa litorânea do território nacional, em 2002, o Projeto Orla foi lançado com intuito de compatibilizar as políticas ambiental, urbana e patrimonial por meio da gestão integrada. Os objetivos estratégicos do Projeto Orla estão baseados nas seguintes diretrizes:

- Fortalecimento da capacidade de atuação e da articulação de atores públicos e privados na gestão integrada da orla, com aperfeiçoamento das normas de ordenamento de uso e ocupação do espaço;
- Desenvolvimento de mecanismos institucionais de mobilização social para a gestão integrada;
- Estimulação de atividades socioeconômicas de desenvolvimento sustentável da orla.

O Projeto Orla articula as três esferas de governo com a sociedade. É uma ação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP) em parceria com o MMA. A elaboração do Projeto Orla em nível municipal ocorre por meio de oficinas, reuniões e seminários. Existem cinco manuais com instruções para que os gestores, em conjunto com a sociedade civil, elaborem o Plano de Gestão Integrada (PGI), orientados por instrutor capacitado. O Projeto Orla deve funcionar como um canal de diálogo entre diversos grupos sociais, governamentais e não-governamentais, o que permite a identificação dos problemas e das prioridades de forma participativa, subsidiando a ação da administração pública através de seus produtos (Figura 2).

Após a fase de Implementação do Projeto Orla no município estarão estabelecidos os seguintes produtos:

- ✓ Plano de Gestão Integrada aprovado;
- ✓ Comitê Gestor da Orla instalado e atuando;
- ✓ Agenda de implementação e monitoramento do Plano de Gestão Integrada;
- ✓ Convênios de Cooperação Técnica definidos e encaminhados;
- ✓ Detalhamento de ações e projetos legitimados e aprovados;
- ✓ Sistemáticas de acompanhamento, avaliação e revisão do Plano estabelecidas.

Figura 2 – Produtos da implementação do Projeto Orla. Fonte: MMA/SQA (2002).

Nas oficinas do Projeto Orla são desenvolvidas metodologias de construção de diagnóstico, classificação e formulação de cenários, resultando no Plano de Gestão Integrado (PGI) da Orla (MMA; MPO, 2002). A classificação da orla integra o planejamento estratégico, que dará subsídios às tomadas de decisões para alcançar os cenários desejados (MMA; MPO, 2002). A principal característica do Projeto Orla é a inserção da sociedade civil organizada como ator ativo na construção das propostas, ou seja, os utilizadores decidindo o futuro e a forma de desenvolvimento de sua região (Figura 3).

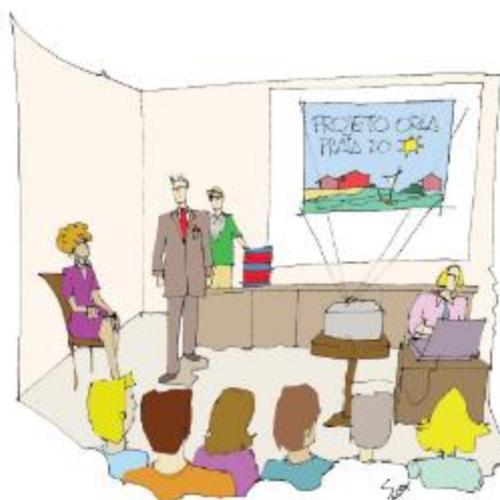


Figura 3- Exemplo de metodologia para encontros de implementação do Projeto Orla. Fonte: MMA/SQA (2002).

Os limites de orla e classificações definidas no Projeto Orla são regulamentados pelo Decreto Federal nº 5.300 de 8 de dezembro de 2004. A

metodologia proposta no Projeto Orla estabelece duas tipologias para caracterização da orla: uma que observa as características fisiográficas, que distingue as orlas em orla abrigada, orla exposta ou semi-exposta (Figura 4); e outra analisa os níveis de ocupação e adensamento populacional, classificadas como orla não urbanizada, orla em processo de urbanização e orla com urbanização consolidada (Figura 5).

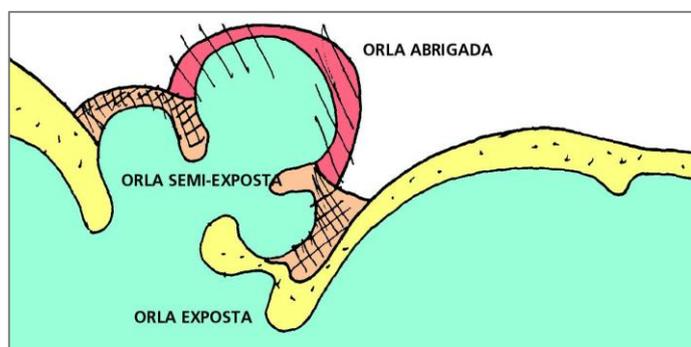


Figura 4- Ilustração das tipologias de orla em planta, segundo o grau de exposição baseado em suas características físicas. Classificadas como orla exposta, semi-exposta ou abrigada. Fonte: MMA/SQA (2002).



Figura 5- Tipologias de Orla de acordo com o seu nível de urbanização, onde são apresentados cenários de orla não urbanizada, em processo de urbanização e com urbanização consolidada. Fonte: Adaptado de MMA/SQA (2002).

Os limites de orla estabelecidos no Projeto Orla são apresentados abaixo, e expressos na Figura 6:

- Zona marinha - isóbata de 10 m, profundidade na qual a ação das ondas passa a sofrer influência do fundo marinho, ocasionando o transporte de sedimentos. Essa referência poderá ser alterada desde que haja comprovação da localização do limite de fechamento do perfil em profundidades inferiores;
- Área terrestre - em áreas urbanizadas 50 m ou em áreas não urbanizadas 200 m, demarcados na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, como feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, marismas, lagunas, estuários, canais ou braços de mar, quando existentes, e onde há áreas de terrenos de marinha.

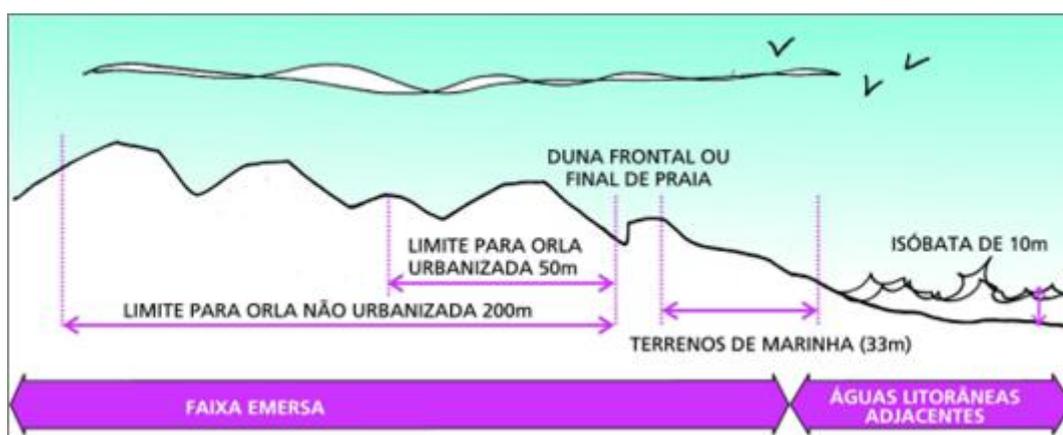


Figura 6- Limites da Orla Marítima conforme o Projeto Orla, sendo 33 m de terrenos de Marinha, o limite de 50 m de orla para áreas urbanizadas e 200 m para não urbanizada. Fonte: MMA/SQA (2002).

Para desenvolver o Projeto Orla, o estado deve ter primeiramente, uma Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla (CTE/PO). A CTE para o Desenvolvimento do Projeto Orla de Santa Catarina foi instituída em 2005, através do Decreto nº 3.077, de 20 de abril de 2005, alterado pelo Decreto nº 4.015 de 16 de fevereiro de 2006. Compete à Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla:

1. Selecionar municípios aptos a participar do Projeto Orla, cujo objetivo visa disciplinar o uso e ocupação da orla marítima, por meio de uma gestão patrimonial e ambiental integrada;
2. Supervisionar os planos de intervenção municipais;
3. Dar apoio técnico no desenvolvimento de ações pertinentes ao Projeto Orla;

4. Acompanhar a execução dos planos de intervenção municipais e seus desdobramentos; incluindo alterações que se façam necessárias nos planos diretores dos municípios abrangidos;
5. Promover ações integradas de intervenção da orla.

No arranjo institucional do desenvolvimento do Projeto Orla de Santa Catarina, se tem ainda as Secretarias de Desenvolvimento Regionais, onde são formados os Comitês Temáticos Regionais de Gerenciamento Costeiro, aos quais compete uma primeira análise dos municípios costeiros candidatos ao Projeto Orla.

Podemos inferir que o principal “*start*” no Projeto Orla ao longo de seus quase 20 anos de existência deu-se a partir da publicação da Lei nº 13.240/2015, que possibilitou a transferência da gestão das praias marítimas urbanas e outros bens de uso comum do povo com exploração econômica aos municípios costeiros, vinculando a elaboração/revisão do PGI por meio da Portaria 113/2017.

### **Construção do PGI de Balneário Camboriú**

Este documento refere-se a ao PGI preliminar da Orla de BC, que contempla a aplicação da metodologia dos manuais do Projeto Orla, aliada à uma revisão do PGI de BC elaborado em 2003. O PGI de 2003 não obteve aprovação nas seguintes instâncias do fluxograma de encaminhamentos, no entanto, contempla informações importantes e úteis para a elaboração/atualização do PGI 2019.

Para o desenvolvimento do Projeto Orla, o Município contratou, por meio de processo licitatório, o geógrafo Pedro Nasser, instrutor habilitado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Para a implementação do Projeto Orla em BC (e respectiva revisão do PGI) foi empregada a metodologia do Projeto Orla (Figura 7), supracitada, através de aproximadamente 14 encontros com mais de 320 presenças. Os encontros são detalhados e sistematizados nos relatórios de consultoria contratada pela AMFRI (Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí), elaborados pela Me. Adelina Cristina Pinto (CREA-SC 050.968-0), disponibilizados no dossiê.

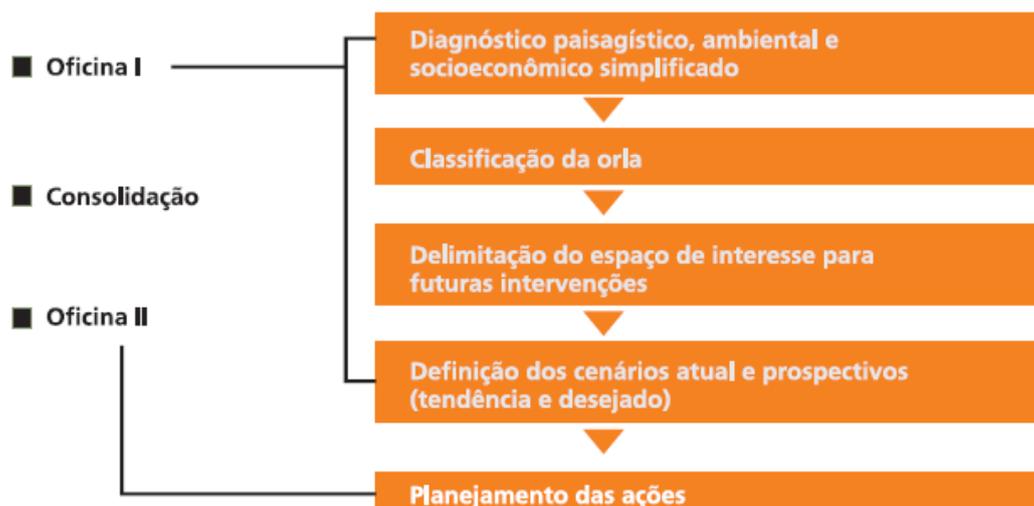


Figura 7 - Metodologia de implementação do Projeto Orla.

### ***Instrumentalização***

O instrutor habilitado se reuniu diversas vezes com a coordenação local e estadual para a preparação dos “detalhes” e dar o início do processo de implementação/revisão do Projeto Orla. Na fase de instrumentalização o instrutor: i) orientou sobre a metodologia do Projeto Orla, ii) solicitou os materiais para a confecção do dossiê da orla, iii) auxiliou na identificação do público-alvo; iv) organizou junto às instituições envolvidas a agenda de trabalho local, com a definição das datas e locais das oficinas, meios de divulgação e dinâmica adotada.

No dia 07 de março de 2019 houve a primeira reunião da coordenação local na Secretaria de Meio Ambiente de BC, com 08 participantes (Lista de Presença - Anexo 1). Dia 18 de março foi apresentado o plano de trabalho do Projeto Orla em BC na Câmara de Vereadores, com 28 presentes (Lista de Presença - Anexo 2).



Figura 8- Apresentação do Projeto Orla na Câmara de Vereadores de BC.

A divulgação alcançou grande público, com ampla participação social, um total de 319 presenças. Na Figura 9 tem-se as imagens compartilhadas nas redes sociais no intuito de chamar a comunidade para as oficinas e na Figura 10 são apresentadas algumas chamadas de sites locais para as oficinas.

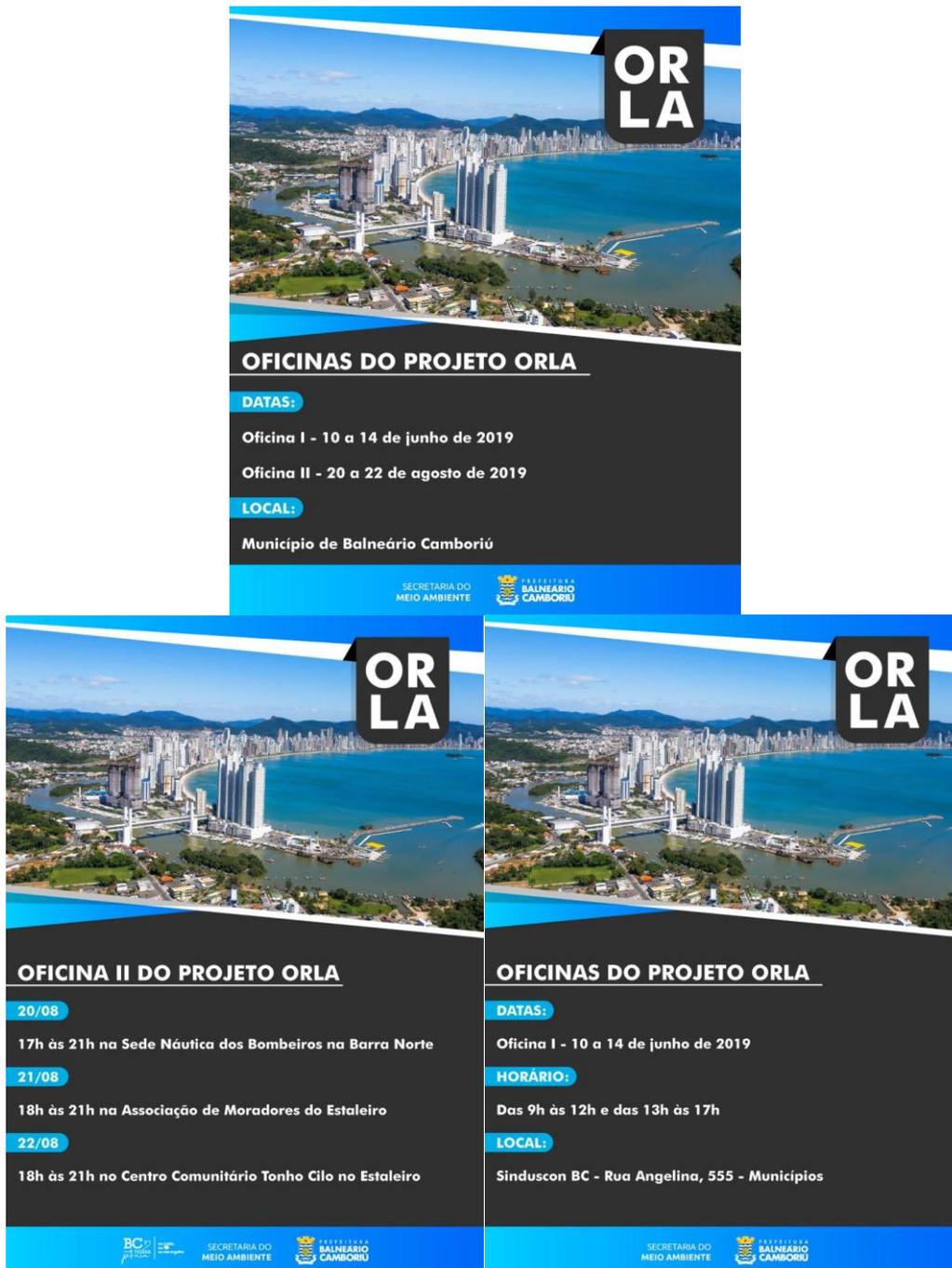


Figura 9- Imagens de divulgação das oficinas nas redes sociais.

### Projeto Orla discute regras de ocupação e de uso das praias

Projeto Orla discute regras de ocupação e de uso das praias



### Projeto Orla define o que pode ou não ser feito na orla marítima de Balneário Camboriú



Figura 10- Manchetes chamativas para divulgar a implementação do Projeto Orla em BC, 2019. Fonte: a) Diarinho; b) Página 3.

Algumas reportagens e chamadas digitais que corroboraram na divulgação do Projeto Orla em BC:

- 14/03/2019 - Projeto Orla será apresentado na segunda-feira dia 18. <https://www.meubalneariocamboriu.com.br/projeto-orla-sera-apresentado-na-segunda-feira-dia-18/>
- 21/03/2019 - Projeto Orla de Balneário Camboriú foi apresentado a líderes comunitários. <https://oatlantico.com.br/projeto-orla-de-balneario-camboriu-foi-apresentado-lideres-comunitarios/>
- 06/06/2019 - Oficinas do Projeto Orla recomeçam na segunda-feira. <https://www.clickcamboriu.com.br/geral/2019/06/oficinas-do-projeto-orla-recomecam-na-segunda-feira-215786.html>
- 07/06/2019 Projeto orla define o que pode ou não pode ser feito na orla marítima de Balneário Camboriú. <https://www.pagina3.com.br/geral/2019/jun/7/3/projeto-orla-define-o-que-pode-ou-nao-ser-feito-na-orla-maritima-de-balneario-camboriu>
- 10/06/2019 - Projeto Orla: Oficina I começou nesta segunda-feira, 10. <https://www.clickcamboriu.com.br/geral/2019/06/projeto-orla-oficina-i-comecou-nesta-segunda-feira-10-215971.html>
- 11/06/2019 - Projeto Orla discute regras de ocupação e de uso das praias. <https://diarinho.com.br/noticias/geral/projeto-orla-discute-regras-de-ocupacao-e-de-uso-das-praias/>
- 14/06/2019 - Projeto Orla terá sequência na terça-feira. <https://www.bcnoticias.com.br/projeto-orla-tera-sequencia-na-terca-feira/>

- 24/06/2019 - Oficina I do Projeto Orla tem sequência nesta semana. [https://www.bc.sc.gov.br/imprensa\\_detalhe.cfm?codigo=25517](https://www.bc.sc.gov.br/imprensa_detalhe.cfm?codigo=25517)
- 02/07/2019 - Oficina II do Projeto Orla será em agosto. <http://lithoralnews.com.br/turismo-negocios/oficina-ii-do-projeto-orla-sera-em-agosto>
- 17/08/2019 - Projeto Orla: Oficina II será na próxima semana em Balneário Camboriú. <https://mauriciofreitas.com.br/2019/08/17/projeto-orla-oficina-ii-sera-na-proxima-semana-em-balneario-camboriu/>

### **Oficina I**

Entre junho de 2019 foi realizada a Oficina I do Projeto Orla em BC, que tratou dos fundamentos do Projeto Orla, da gestão costeira e patrimonial, da caracterização da área de interesse, da classificação preliminar de trechos da orla e da delimitação da orla municipal. Além disso, contou também com a apresentação do projeto “Subsídios para avaliação da transferência da gestão de praias marítimas urbanas aos Municípios (ATAGP)” – UFSC/FURG/UFPE, pela Professora Marinez Scherer – LAGECI/UFSC, da atuação da Comissão Técnica Estadual, pela representante da SPU/SC (Figura 11), e do Ministério do Turismo.



Figura 11- Apresentações na oficina I. A) CTE/SC na Oficina I do Projeto Orla BC; B) Ministério do Turismo.

A metodologia prevê cinco dias para esta discussão, inicialmente entre 10 e 14 de junho, estendida para os dias 17 e 18, e 26 e 27 de junho devido à necessidade de maiores discussões com os atores envolvidos (Lista de

Presença – Anexo 3 a Anexo 11; Figura 12 e Figura 13), e devido à quantidade e complexidade das atividades contempladas nesta etapa, listadas abaixo:

- Apresentação das atividades a serem desenvolvidas
- Aula expositiva sobre os fundamentos para a gestão da orla
- Apresentação das informações sistematizadas no dossiê
- Apresentação dos projetos previstos para a orla
- Construção do Quadro Síntese 1
- Apresentação de critérios para avaliação da paisagem
- Identificação de elementos da paisagem local
- Demarcação de trechos com homogeneidade paisagística
- Classificação das unidades e dos trechos demarcados
- Construção do Quadro Síntese 2
- Identificação de conflitos e construção do Quadro Síntese 3
- Apresentação de critérios para delimitação da faixa da orla
- Delimitação da faixa da orla
- Apresentação dos parâmetros de qualidade ambiental
- Construção de perfis dos trechos de interesse
- Revisão da demarcação dos trechos de interesse
- Organização dos perfis da orla
- Complementação do Quadro Síntese 2
- Construção de cenários
- Redação sobre a caracterização dos cenários previstos
- Apresentação e discussão referente aos resultados
- Visualização dos cenários previstos
- Construção do quadro de ações e medidas estratégicas
- Dinâmica de consolidação do diagnóstico
- Pactuação da agenda de consolidação do diagnóstico



Figura 12- Encontros da Oficina I.



Figura 13- Encontros da Oficina I.

## **Oficina II**

Para a Oficina II, prevê-se na metodologia três dias para a execução. Em BC, ocorreu entre 20 e 22 de agosto de 2019, na Sede Náutica dos Bombeiros no Pontal Norte, na Associação de Moradores do Estaleiro, e no Centro Comunitário Tonho Cilo, no Estaleiro (Figura 14, Figura 15 e Figura 16), respectivamente com ampla participação social (Listas de Presença - Anexo 12 a Anexo 14), com a implementação das seguintes atividades:

- Apresentação das atividades a serem desenvolvidas
- Dinâmica de avaliação dos resultados alcançados
- Apresentação da caracterização proposta pelo diagnóstico
- Sistematização dos quadros e linhas de ação propostas



Figura 14- Encontros da Oficina II.



Figura 15- Encontros da Oficina II, atores participam de dinâmica. A) Discussão com a participação de representante da academia/LAGECI/UFSC – projeto ATAGP e comunidade local; B) Discussão com a participação de representante do Ministério do Turismo e consultora da AMFRI (Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí) e comunidade local.



Figura 16- Encontros da Oficina II

## 1. OBJETIVOS

O objetivo principal do esforço para revisão do PGI de Balneário Camboriú se dá no sentido de cumprimento ao acordado mediante a assinatura do TAGP. Ademais, podemos citar objetivos gerais e específicos da revisão do PGI de BC *per se*, como segue.

### 1.1. Objetivo Geral

A revisão do PGI de BC teve como objetivo geral criar um canal de diálogo entre grupos sociais, governamentais e não-governamentais, para, de forma participativa, revisar e identificar novos problemas e prioridades para a gestão de suas praias. Desta forma, o PGI revisado pode subsidiar a ação da administração pública para a melhoria continuada, orientada para o uso racional e a qualificação ambiental e urbanística das praias.

### 1.2. Objetivos específicos

Seguindo a metodologia desenvolvida e proposta pelo Projeto Orla, são objetivos específicos deste plano:

- Levantar os problemas e potencialidades da orla Balneário Camboriú e analisar, em cada trecho, os impactos dos mesmos sobre a dinâmica de uso e ocupação do solo;
- Traçar os cenários de uso e ocupação do solo desejados e estabelecer a ordem de prioridades para a implementação das ações necessárias;
- Definir, a partir dos cenários escolhidos, os parâmetros a serem monitorados em seus aspectos de uso e ocupação do solo, tanto nas áreas urbanas quanto naturais;
- Definir, as medidas estratégicas para a implementação do PGI, com o estabelecimento de finalidades e prazos, além das responsabilidades e atores envolvidos em cada uma das ações;
- Definir a estrutura de gestão e os instrumentos legais para o ordenamento e o desenvolvimento sustentável pretendidos, considerando obrigatória a criação de fórum de decisão de caráter consultivo e deliberativo;
- Estabelecer meios para o acompanhamento, avaliação e revisão do PGI.

## 2. ÁREA DE INTERVENÇÃO

A Zona Costeira (ZC) Brasileira é definida no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) como o espaço geográfico de interação do ar, mar e terra, composta por uma faixa marítima e uma terrestre (Brasil, 1988a; 2004). Configura uma região de transição ecológica contemplada com um complexo de ecossistemas contíguos, importantes para a manutenção da vida marinha (MMA, 2010). Ainda, na Constituição Federal Brasileira de 1988, a ZC é definida como Patrimônio Nacional, onde a ocupação e exploração devem se dar de forma sustentável (Brasil, 1988b).

O litoral catarinense possui 561,4 km de extensão (Figura 17), com 36 municípios costeiros. Para efeitos de gestão o litoral é dividido em cinco setores: norte, centro-norte, centro, centro-sul e sul (Figura 18). O município de Balneário Camboriú está localizado no litoral Centro-Norte, Setor 2, abrange nove municípios: Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Balneário Camboriú, Camboriú, Itapema, Bombinhas e Porto Belo. Tais municípios distribuem-se por uma faixa terrestre de 1.011 Km<sup>2</sup>, onde vivem aproximadamente 375.589 habitantes (IBGE, 2000), resultando em densidade habitacional de 433,05 hab./Km<sup>2</sup>.

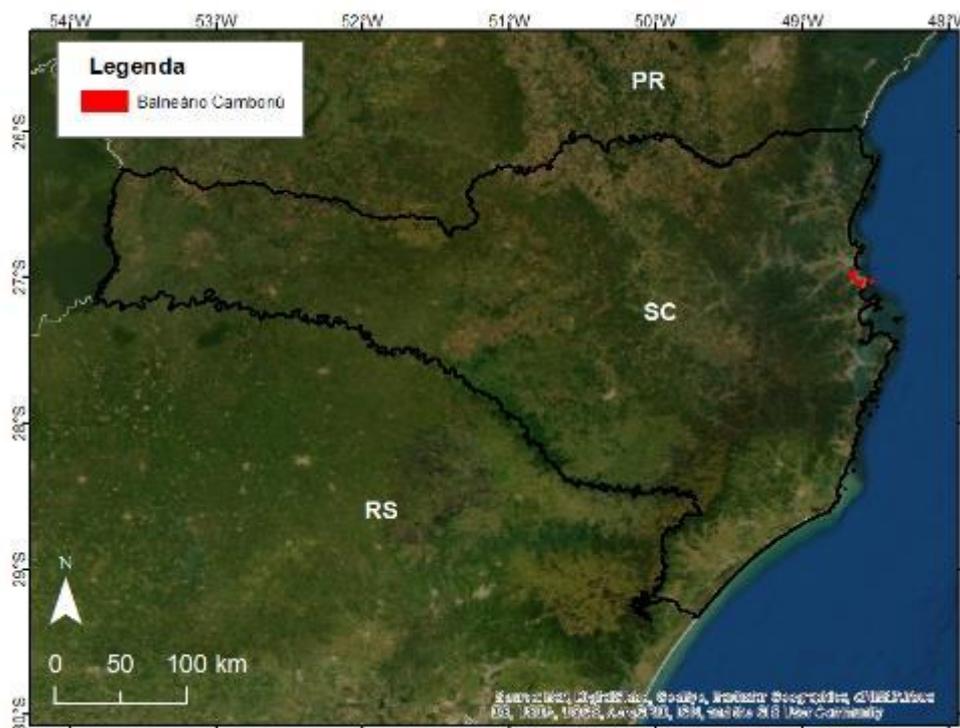


Figura 17 - Localização do município de Balneário Camboriú no contexto estadual.

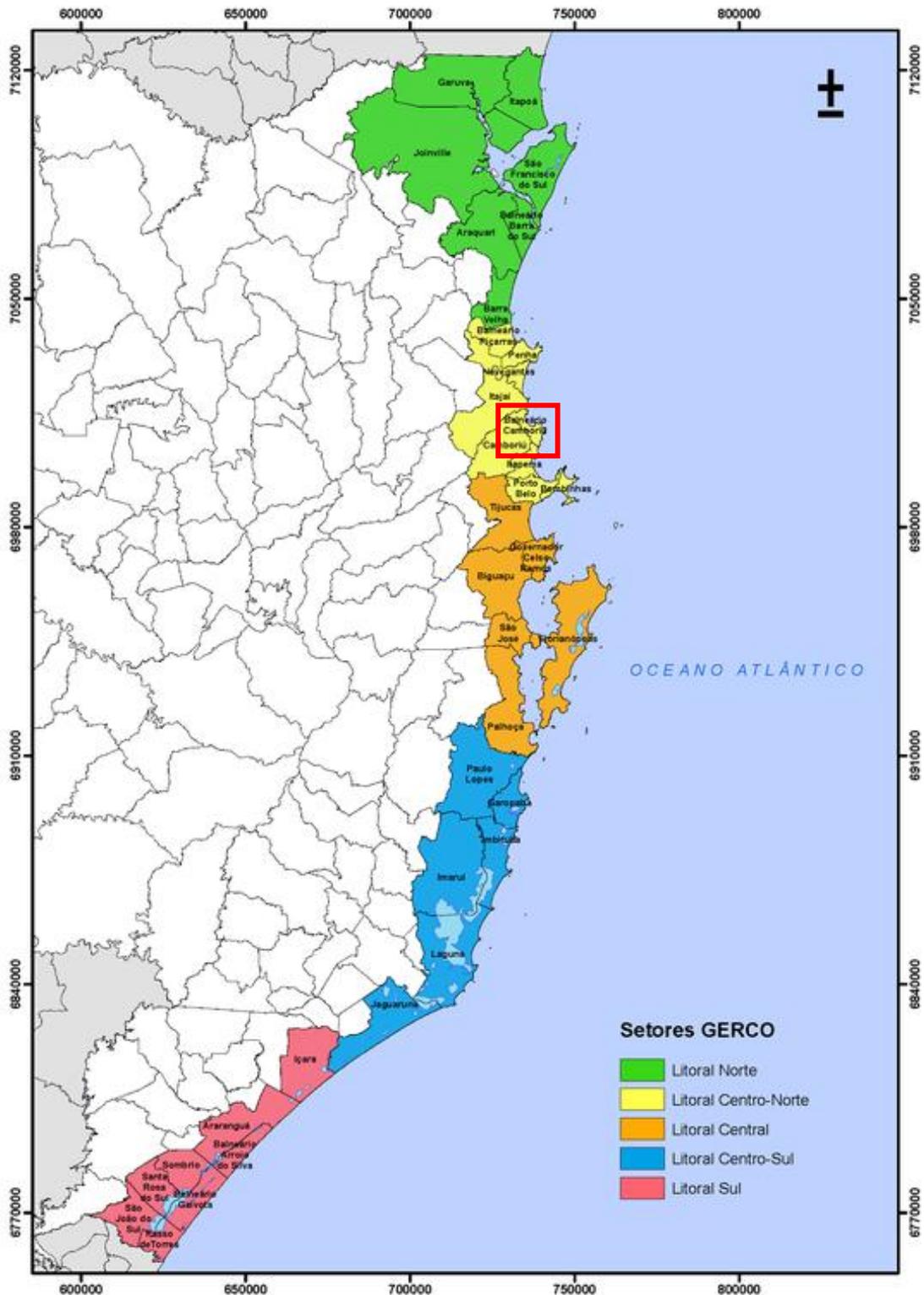


Figura 18 – Setores do litoral de Santa Catarina. Fonte: GERCO/SC.

Este setor apresenta a maior densidade dentre os demais setores costeiros, sendo considerada uma área metropolitana, com forte tendência de conurbação entre os municípios costeiros. Ademais, a população nesta região

aumenta significativamente no verão, em decorrência do Turismo de Sol e Praia. Nesse sentido, destacam-se os municípios de Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas (Figura 19) pelo turismo consolidado, sendo o primeiro reconhecido como polo turístico da América do Sul (SPG/SC, 2010).



Figura 19 – Município de Balneário Camboriú no contexto local.

Se tratando da ZC de Balneário Camboriú, devido às suas características e intervenções urbano - paisagísticas, manteve-se a abordagem adotada no Projeto Orla em 2003 para a delimitação da orla terrestre e marítima e tratando a orla municipal como um todo. Desta forma, o Projeto Orla vem a somar e complementar intervenções similares planejadas anteriormente.

Características gerais do município de Balneário Camboriú:

- Área territorial de 45,214 km<sup>2</sup> (IBGE, S/D)
- Mesorregião - Vale do Itajaí
- Coordenadas - Longitude -48,63462° e Latitude -26,99182°
- Altitude - 9,05 m [2015]
- Bioma - Mata Atlântica [2004]
- Unidade de Conservação Ambiental Estadual de Uso Sustentável - 60,46% [2016]

## 2.1. Unidades da Paisagem e Trechos de Planejamento

Manteve-se a faixa da orla municipal terrestre definida com o PGI de 2003, tomando-se como base as três estradas existentes ao longo da orla do Município (para áreas urbanizadas ou não, respectivamente) a partir da praia em direção ao continente (Figura 20). Com relação a abrangência da praia em direção ao mar em 2003 foi definido como até as isóbatas de 10 m e 20 m (Figura 21), conforme as características de cada Unidade. No entanto, em 2019 preferiu-se manter como padrão de área de intervenção marinha como a isóbata de 10 m (Figura 22)

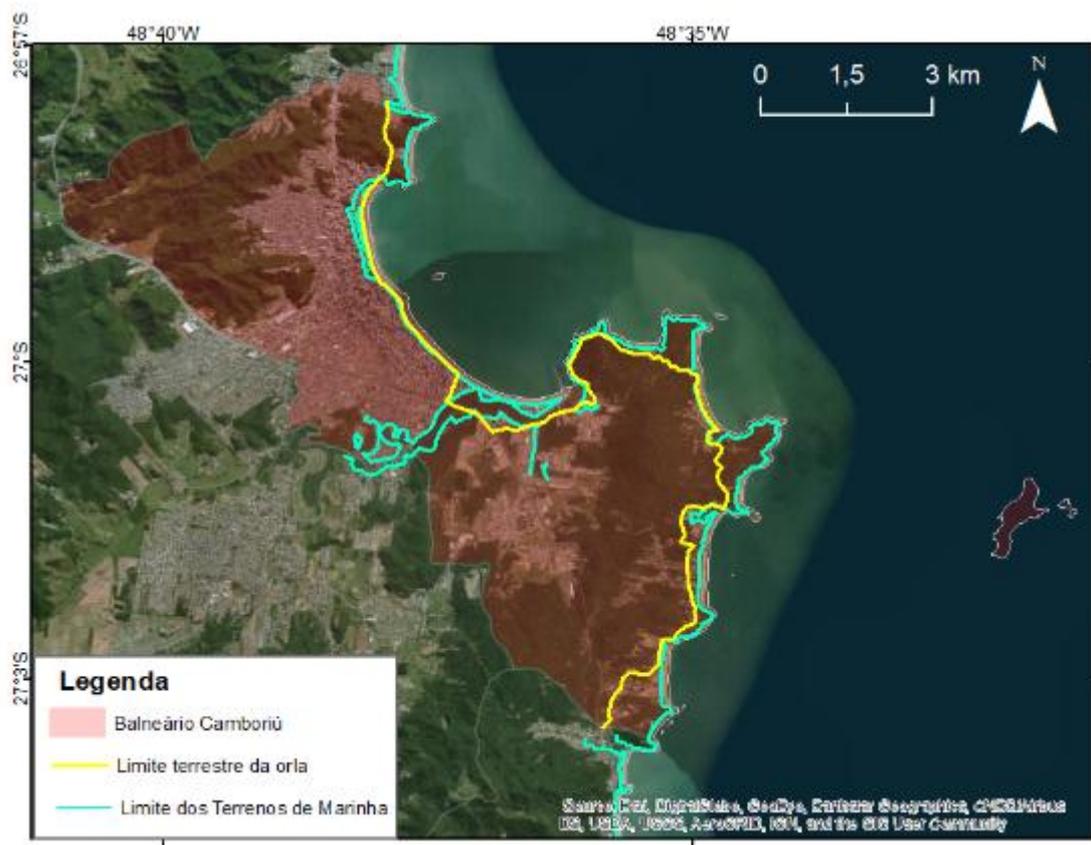


Figura 20 - Município de Balneário Camboriú/SC, com a demarcação dos limites: i) azul Terrenos de Marinha e ii) amarelo Limite terrestre da área de intervenção do PGI de BC.

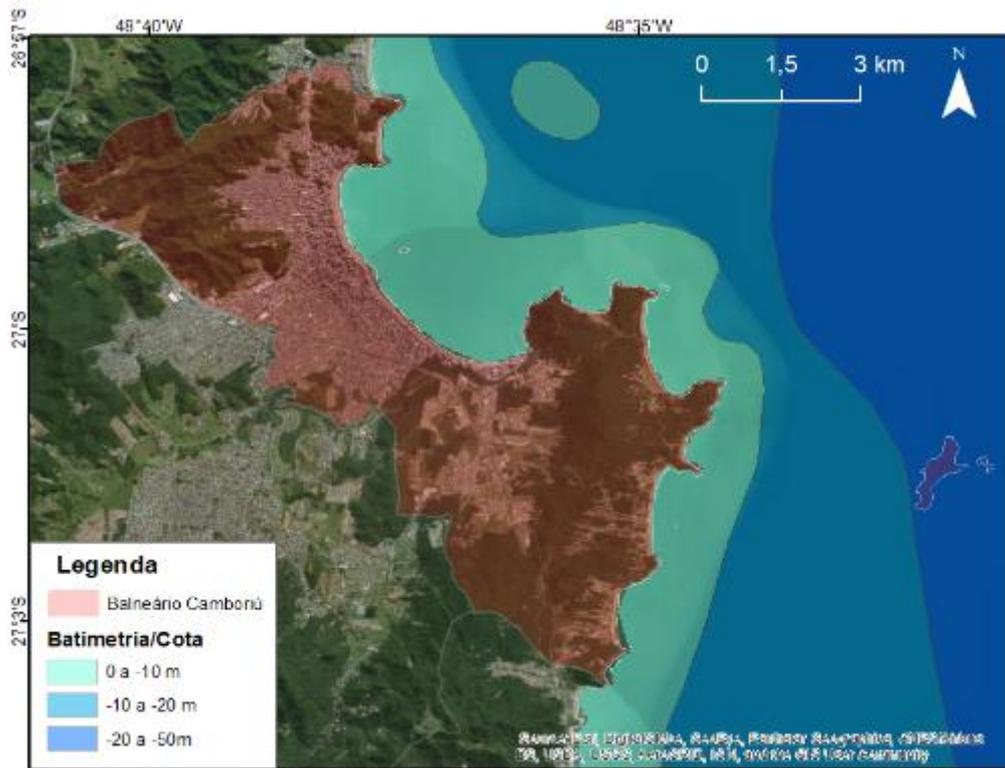


Figura 21 - Município de Balneário Camboriú/SC e as cotas de profundidade de 10, 20 e 50 metros.

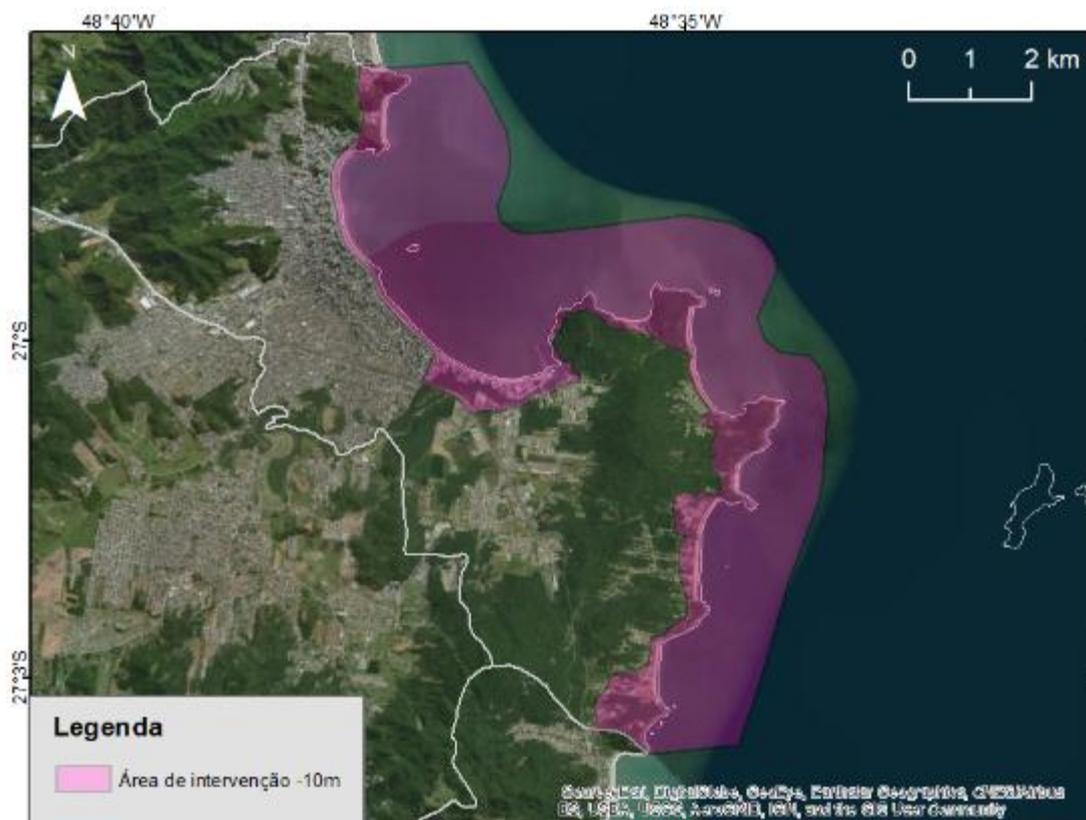


Figura 22 – Área de intervenção do Projeto Orla no Município de Balneário Camboriú/SC.

A área de intervenção tem uma extensão de aproximadamente 24 km de costa atlântica, e dos meandros dos estuários do Rio Camboriú e do Ribeirão Ariribá (Balneário Camboriú, 2003). Na Figura 23 são definidas as três unidades de planejamento da orla de Balneário Camboriú e na Figura 24 são apresentados os trechos de orla analisados. A principal modificação entre 2003 e 2019 foi a aglutinação dos trechos 3.1., 3.2. e 3.3. em 3.1. em 2019.

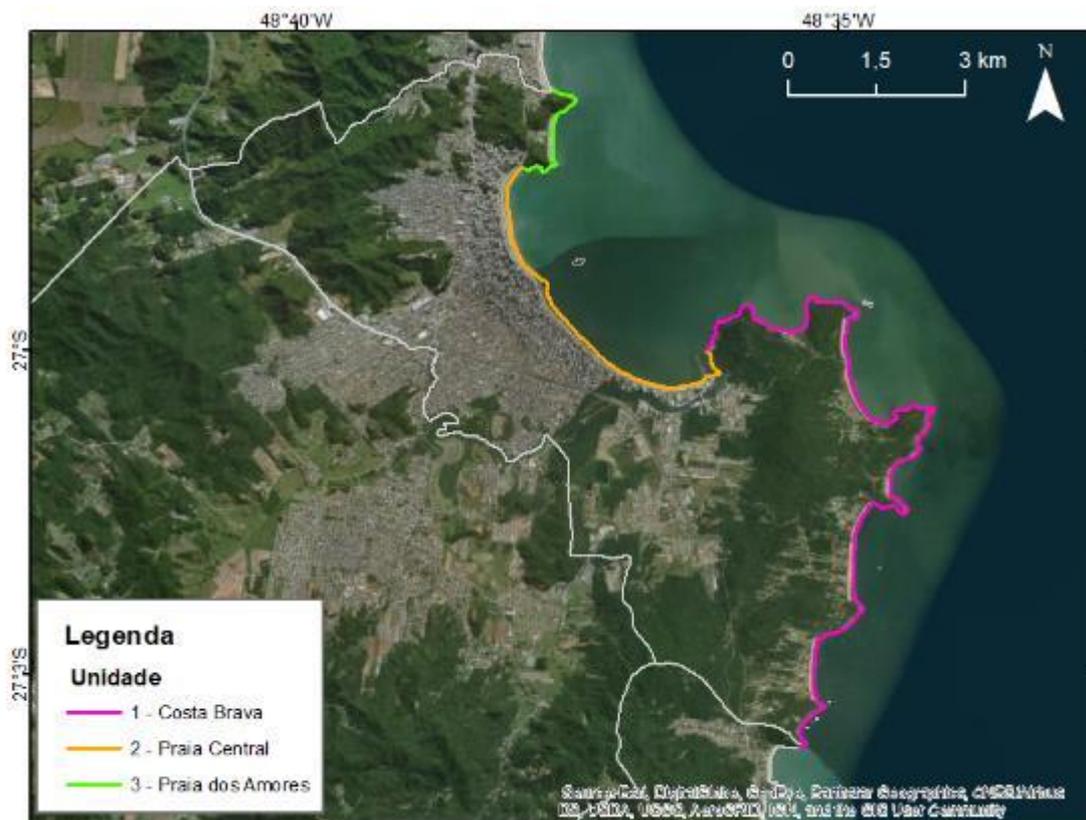


Figura 23 – Unidades da Paisagem da orla do município de Balneário Camboriú/SC.

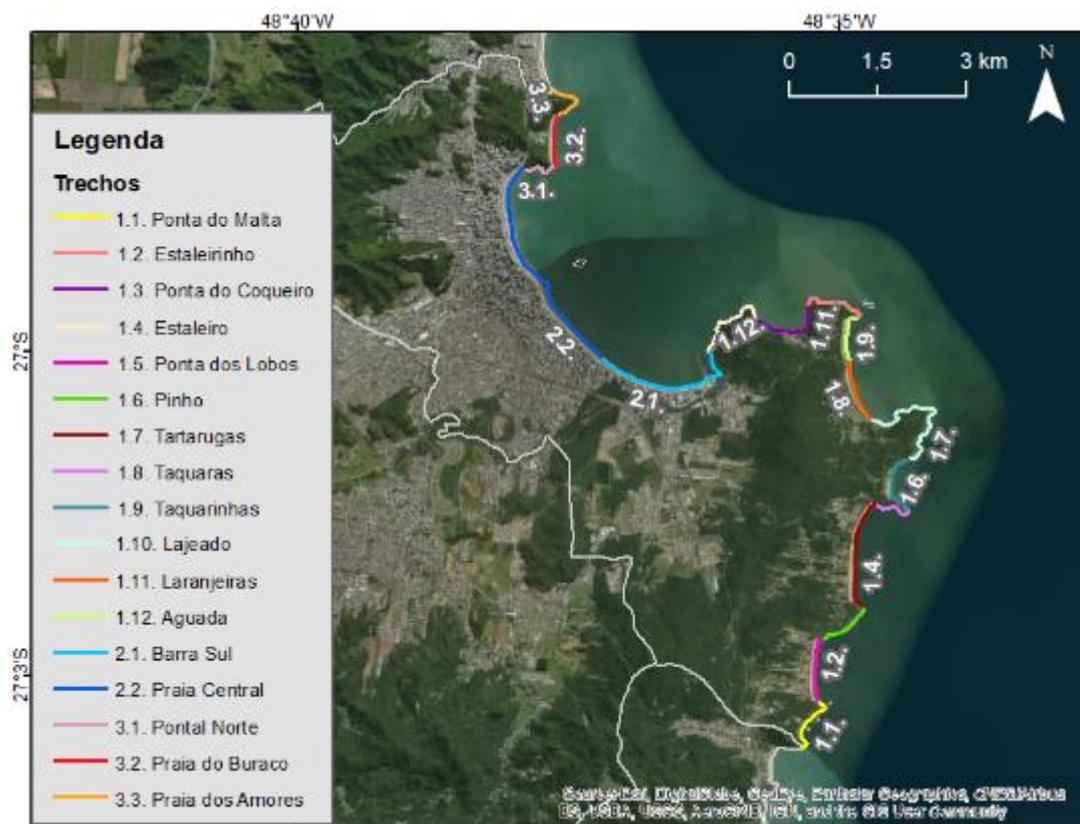


Figura 24 - Trechos de planejamento do PGI de BC.

### 2.1.1. Unidade 01 – Costa Brava

A **Unidade 1 – COSTA BRAVA**, está limitada ao sul na divisa com o Município de Itapema, na Ponta do Malta, seguindo a oeste pelo divisor de águas até a Linha de Acesso as Praias Rodesindo Pavan, continuando no sentido norte pela mesma rodovia, passando pelas praias de Estaleirinho, Estaleiro, Pinho, Taquaras, Taquarinhas e Laranjeiras, finalizando na Foz do Rio Camboriú, no Bairro da Barra. Esta unidade foi dividida em 12 Trechos (Figura 25).



Figura 25 – Unidade 01.

### 2.1.2. Unidade 02 – Praia Central

A **Unidade 2 – PRAIA CENTRAL** está limitada ao sul com a Foz do Rio Camboriú, no Bairro da Barra, até a BR-101, cruza o Rio Camboriú, seguindo no sentido leste pela rua 3.700 até a Avenida Atlântica onde segue no sentido norte pela mesma avenida até o Canal do Marambaia, Pontal Norte da Praia Central. Esta unidade foi dividida em 02 Trechos (Figura 26).



Figura 26 - Unidade de Planejamento 02.

### 2.1.3. Unidade 03 – Praia dos Amores

A **Unidade 3 – PRAIA DOS AMORES**, está limitada ao sul com o Canal do Marambaia, onde inicia-se a Estrada da Rainha, passando pelas Praias do Canto ou Prainha, e pela Praia do Buraco, finalizando na Praia dos Amores nas margens do Rio Ariribá, limite com o Município de Itajaí. Esta unidade foi dividida em 05 Trechos no PGI 2003 (Figura 27), reduzidos a 3 em 2019. A alteração se deu com a união dos trechos 3.1. Marambaia, 3.2. Prainha e 3.3. Pontal Norte, em um único - 3.1. Os seguintes 3.4. Recanto das águas, também renomeado adequadamente para Praia do Buraco, e 3.5. Praia dos Amores, passaram a 3.2. e 3.3., respectivamente (Figura 28).



Figura 27 - Unidade de Planejamento 03 do PGI de 2003. Fonte: Balneário Camboriú, 2003



Figura 28 – Nova definição dos trechos da Unidade de Planejamento 03, com a união dos trechos 3.1. Marambaia, 3.2. Prainha e 3.3. Pontal Norte, em um único trecho - 3.1., renomeando consecutivamente Recanto das águas/Praia do Buraco para 3.2. e Praia dos Amores para 3.3.

### 3. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

No dossiê do Projeto Orla de Balneário Camboriú é apresentado um conjunto de informações e publicações como o Plano de Manejo da APA da Costa Brava (preliminar), composto de dados relevantes sobre os aspectos naturais e paisagístico da área. Ainda, na pasta do dossiê estão disponibilizados: i) quatro apêndices, sendo que no apêndice 1 constam dados gerais organizados (Anexo 15), e informações com formato para análise, bem como, ii) os quadros solicitados, além de dados em um iii) Sistema de Informações Geográficas.

#### 3.1. Atributos Naturais e Paisagísticos

Santa Catarina tem como sua maior atração turística a região costeira, a beleza cênica proporcionada pelo encontro desses diversos biomas traz paisagens paradisíacas, que devem ser protegidas do crescimento urbano, para que se mantenham suas características ambientais e culturais originais. O município de Balneário Camboriú possui aproximadamente 20 km de orla, onde encontramos trechos da orla correspondentes a praias arenosas, e outros trechos com topografia acidentada. Está situado no domínio da Mata Atlântica, com variedade de vegetação litorânea, restingas e mangues, e vegetação Ombrófila Densa Sub-Montana nas encostas (Balneário Camboriú, 2003).

Para a classificação dos trechos de orla de BC (Figura 29) foi empregada a metodologia do Projeto Orla, que define:

- CLASSE A: possui correlação com os tipos de orla que apresentam baixíssima ocupação, com paisagens com alto grau de originalidade e baixo potencial de poluição, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos de orla onde a preservação e conservação das características e funções naturais devem ser priorizadas.
- CLASSE B: possui correlação com os tipos de orla que apresentam de baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizadas e médio potencial de poluição, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos do litoral onde os usos são compatíveis com a conservação

da qualidade ambiental e os que trazem baixo potencial de impacto, devem ser estimulados.

- CLASSE C: apresenta médio a alto adensamento de construções e populações residentes, com paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição – sanitária, estética, sonora e/ ou visual, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos de orla onde os usos não podem ser exigentes quanto aos padrões de qualidade, sendo, portanto, locais com alto potencial impactante, inclusive para seus entornos.

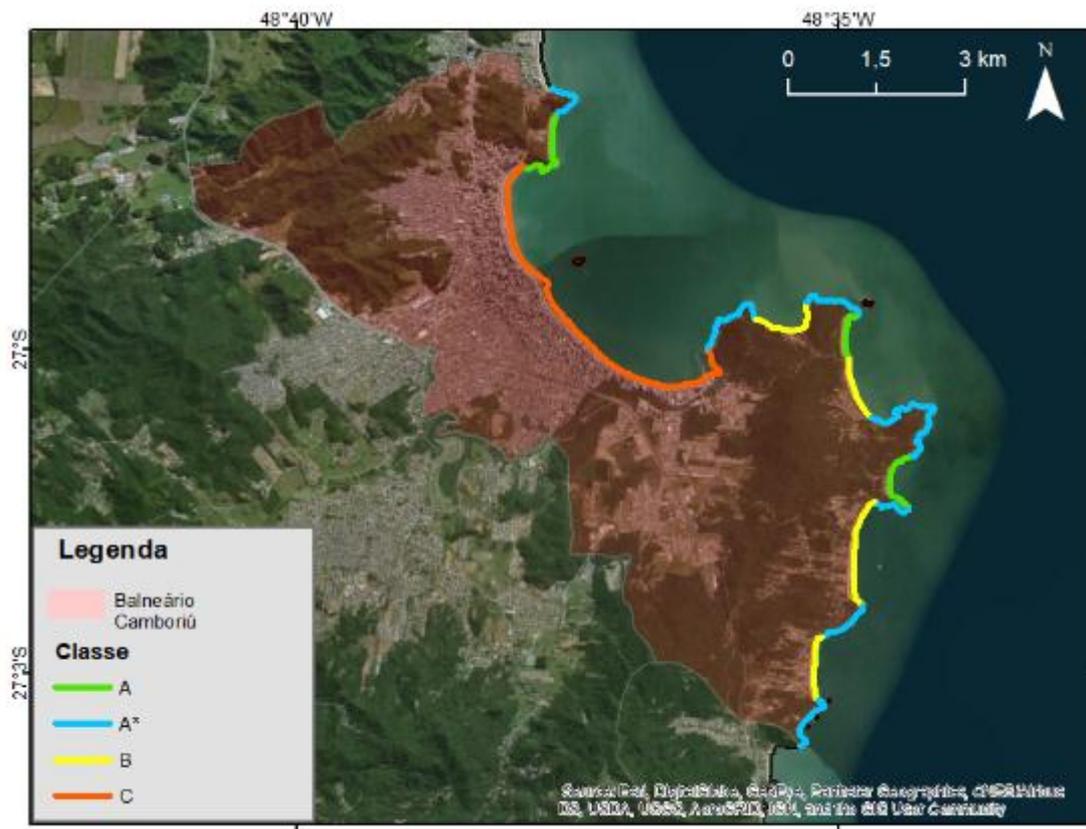


Figura 29 – Mapa de classificação dos trechos de orla de Balneário Camboriú.

### 3.1.1. APA Costa Brava

A Área de Proteção Ambiental (APA) Costa Brava, foi criada com a aprovação da Lei municipal nº 1985/2000, sendo parte de medida mitigadora da construção da Interpraias, que corta a APA Costa Brava, na sua porção norte – sul, servindo como principal acesso às praias deste setor costeiro

(Balneário Camboriú, 2018). Conforme seu Plano de Manejo preliminar é uma das áreas mais importantes sob aspectos de natureza do município de Balneário Camboriú. Composta por um mosaico de ecossistemas do Bioma Mata Atlântica, contemplando um conjunto de promontórios, costões, manguezais, restingas, dunas e praias, que, ainda conservadas configuram um patrimônio paisagístico inestimável. Comunidades de pescadores artesanais e quilombolas representam a riqueza e diversidade das tradições ainda existentes no litoral catarinense. Com um cenário diversificado, representa potencial para o turismo sustentável (Balneário Camboriú, 2018).

Área de Proteção Ambiental (APA) é uma categoria que compõe o grupo das Unidades de Conservação (UC) de uso sustentável, que admitem a presença de moradores. Elas têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Constituídas por terras públicas ou privadas. Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma APA. As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade, no caso o Conselho Gestor. Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação, observadas as exigências e restrições legais (Balneário Camboriú, 2018). O

O Plano de Manejo é um documento elaborado a partir de diversos estudos, e estabelece as normas, restrições para o uso, ações e manejo dos recursos naturais da UC, seu entorno e, se for o caso, os corredores ecológicos associados. O plano de Manejo pode contemplar a implantação de estruturas físicas dentro da UC, visando garantir a manutenção dos processos ecológicos (Balneário Camboriú, 2018). De forma geral, o Plano de manejo auxilia a nortear as ações atuais e futuras desta área do município de Balneário Camboriú, considerada uma das mais importantes no contexto do litoral de Santa Catarina e também de abrangência nas discussões do Projeto Orla.

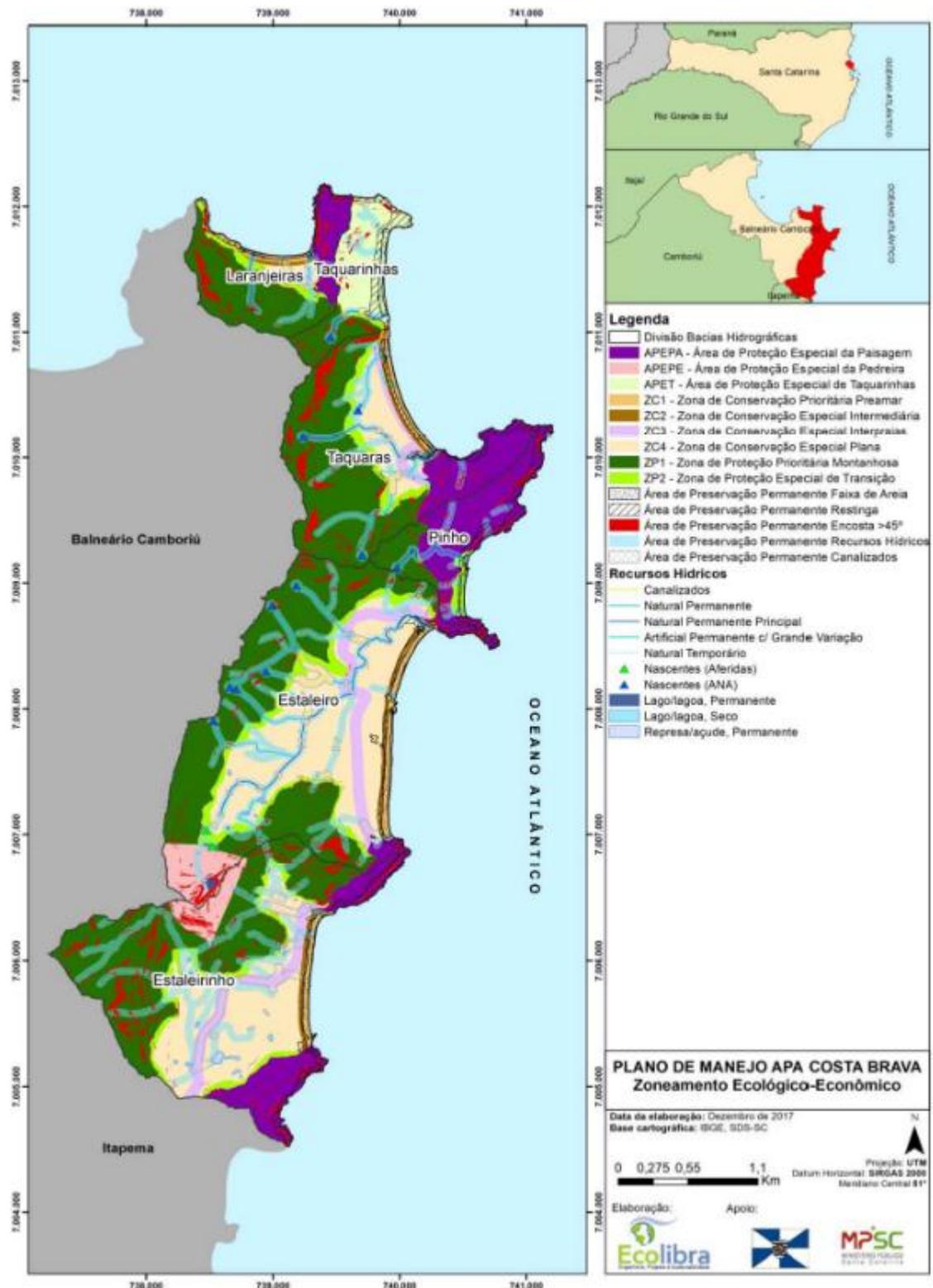


Figura 30 - Zoneamento Ecológico-Econômico – APA Costa Brava. Fonte: Ecolibra, 2017.

O Plano de Manejo da APA está em fase preliminar, assim como o PGI e foi citado recorrentemente durante as oficinas do Projeto Orla, ambos elaborados com participação social. Neste sentido, observa-se que área de

intervenção do Projeto Orla e da APA são sobrepostas além de algumas atribuições (e provavelmente atores), ressaltando a necessidade de compatibilização entre o PGI e o Plano de Manejo da APA Costa Brava, bem como outros instrumentos incidentes sobre a área, como o Plano Diretor Municipal.

### 3.2. Atividades Geradoras dos Problemas e Atores Envolvidos

A artificialização do litoral de SC foi iniciada nos anos 40, e causou primeiros impactos negativos aos habitats com a supressão da vegetação (Ferreira et al., 2009). O aumento da acessibilidade é um dos fatores mais relevantes da transformação no uso do solo e no processo de urbanização. O processo de artificialização da costa é descontínuo, problemas de natureza espacial social, ambiental, econômica e política podem ser repentinos (Ferreira et al., 2009).

A falta de visão sistêmica tem levado os governantes a tomadas de decisões inábeis, com aplicação de recursos em locais inadequados, não observando prioridades, impondo um exercício de enganos, comprometendo a sustentabilidade dos ecossistemas (Dias, 2002). A especulação imobiliária desenfreada do litoral, em especial da construção de segundas residências, tem gerado a degradação da paisagem natural, configurando uma atividade turística autofágica, pelo fato de sua base (a construção civil) se tornar um adversário. O turismo autofágico gera também a perda da sustentabilidade da população "nativa", pois a grande maioria tem seus empregos relacionados com o turismo. Existe uma aparente competição entre a geração de emprego e a preservação ambiental, mas isso não é correto, pois o trabalho do meio ambiente torna-o sócio da economia, sendo decisivo para o seu desenvolvimento, como exemplo as áreas do turismo e meio ambiente, uns dos maiores geradores de emprego atuais (Dias, 2002). Buscar no turismo uma oportunidade econômica construída com base em princípios sustentáveis é um dos grandes desafios atuais (Polette, 2004).

A pressão demográfica e de exploração dos recursos costeiros que ocorre no Setor Centro-Norte catarinense, remete a cenários de conflitos de uso das faixas terrestres e marítimos, podendo levar a depleção de recursos

naturais, culturais e sociais, levando ao comprometimento da qualidade de vida e qualidade ambiental. Estes cenários são produtos de um desenvolvimento pouco ou nada planejado, que tendem a gerar panoramas futuros preocupantes, principalmente ao considerarmos fatores como: a crise econômica mundial, consequências do aquecimento global e mesmo as vulnerabilidades locais herdadas de um passado de exploração irracional. Neste sentido, o caráter de planejamento e a dotação de instrumentos de gestão capazes de articularem-se entre si, remetem ao Gerenciamento Costeiro, como a política titular na mitigação, atenuação e mesmo, mudanças de tais perspectivas (SPG/SC, 2010).

Pouco planejamento houve no início do adensamento populacional de Balneário Camboriú. As consequências do crescimento exagerado foram determinantes para o comprometimento do uso da praia. A pressão exercida pelo quase esgotamento do espaço físico na região da Praia Central (Figura 31), motivou lentamente a busca por alternativas turísticas ou das praias ainda pouco frequentadas da região Sul do município, de extraordinária beleza natural (Balneário Camboriú, 2003).



Figura 31 – Praia Central de Balneário Camboriú. Fotos: Power Produtora; Marcos Schaefer

Convém ressaltar, que este desenvolvimento acelerado como cidade-balneário ocorreu na região situada ao norte do Rio Camboriú, delimitada pelo Rio Camboriú, a BR-101, o limite com o Município de Itajaí e o Oceano Atlântico. A região do Arraial do Bom Sucesso, hoje denominada de Barra, não apresentou o mesmo crescimento urbano que a região central. Da mesma forma, toda a região da orla ao Sul do Rio Camboriú, composta pelas praias de Laranjeiras, Taquarina, Taquaras, Pinho, Estaleiro e Estaleirinho, apesar da beleza natural de suas praias, ainda não sofreu intenso processo de ocupação. As mesmas são procuradas por aqueles que desejam atividades menos agitadas do que aquilo que Balneário Camboriú oferece, como pesca, mergulho, naturismo e caminhadas. Porém, a pressão imobiliária exercida pelo esgotamento do espaço físico da região central e mesmo do Município vizinho de Itapema, ao sul, poderá intensificar a sua ocupação, o que pode resultar em impactos ambientais e sociais. Neste sentido, faz-se necessário o planejamento e o monitoramento contínuo de seu desenvolvimento (Balneário Camboriú, 2003).

O planejamento e organização do uso de uma área deve permitir o compartilhamento harmônico entre atividades de caráter econômico, social, cultural e ecológico. As fragilidades e a capacidade do meio abiótico e biótico devem ser consideradas ao se tratar do planejamento e da organização das atividades econômicas e da expansão urbana (Cristiano, 2014).

### 3.2.1. Atividades Geradoras

Como atividades geradoras do problema mais recorrente na orla de BC, a supressão da vegetação nativa, são citadas: a) Desrespeito à legislação ambiental; b) Uso indevido da área de vegetação de restinga; e c) Degradação ambiental. Tendo como principais impactos a i) Perda da biodiversidade, ii) Perda de proteção costeira; iii) Perda paisagística; e iv) Uso inadequado do solo.

Para o problema “Acesso perigoso, precário ou inadequado” a atividade geradora citada foi a “falta de manutenção e adequação”. Que por sua vez, resulta em impactos como: i) Supressão da vegetação da restinga; ii) Falta de acesso à praia; iii) Dificuldade de acesso do turista à praia.

A falta de planejamento é citada como atividade geradora de pelo menos 22 problemas (26%), apresentados na Tabela 1. Neste sentido, destaca-se a importância da implementação do Projeto Orla em BC, possibilitando o planejamento e ação compartilhados por meio do PGI e do Comitê Gestor da Orla.

Tabela 1 – Falta/ausência de planejamento como atividade geradora de aproximadamente 22 problemas.

PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA
Falta de pavimentação das ruas de acesso à praia	Falta de planejamento	contaminação da praia; impacto atmosférico por dispersão de material particulado; obstrução de drenagens
Ausência de paraciclos	Falta de planejamento	Ocupação inadequada do espaço público para guardar bicicletas; desestímulo do uso de bicicleta
Número insuficiente de banheiros públicos	Falta de planejamento	Risco de transmissão de doença; Contaminação da areia; odores
Falta de limpeza pública	Falta de planejamento e gestão	Poluição, doenças
Mobilidade urbana na temporada de verão	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraias
Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraias
Falta de plano de drenagem e manutenção da rede existente	Falta de planejamento e parcelamento irregular do solo	Erosão da praia e vias, Contaminação da praia; alagamento de residências; drenagem pluvial na faixa de areia
Falta de posto guarda-vidas com banheiro	Falta de planejamento na época da construção	Risco de demora na resposta rápida para busca e salvamento de banhistas
Acesso perigoso, precário ou inadequado	Falta de planejamento;	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia
Acesso perigoso, precário ou inadequado	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamento irregulares; diminuição de visitação turística
Falta de estacionamento público	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamento irregulares; diminui�o de visita�o turística
Ausência de banheiro público	Falta de planejamento; falta de aten�o turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminui�o da permanência na praia; concentra�o em determinadas áreas da praia com banheiros

Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros
Ausência de uma estrutura física para órgãos competentes de fiscalização	Falta de planejamento; incremento das atividades	Risco de acidentes e infrações
Ausência de estrutura de apoio ao usuário da praia (quiosque e banheiro público)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros
Falta de políticas públicas voltada para o turismo em geral e de naturismo	Ausência de planejamento e projetos pelo poder público para o trecho em questão	Baixo número de turistas fora da temporada de verão
Falta de acesso para entrada do quadriciclo do CBM	Ausência de planejamento	Demora no atendimento
Falta de arborização e áreas verdes de lazer	Ausência de planejamento do poder público	Poucas áreas verdes de lazer arborizadas
Falta de serviço de emergência eficiente e demora de atendimento	Ausência de planejamento do poder público	Demora no atendimento
Falta de banheiro público para pescadores artesanais	Ausência de planejamento e projeto	Pescadores fazendo suas necessidades fisiológicas em locais impróprios
Falta de um espaço público de convivência e lazer para a comunidade local	Ausência de planejamento e projeto por parte do poder público	Falta de opção de lazer para a comunidade local
Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo	Ausência de planejamento e projetos pelo poder público para o trecho em questão	Baixo número de turistas fora da temporada de verão

Com relação aos problemas ligados à APA Costa Brava – i) Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava e ii) Laranjeiras não estar inclusa na área da APA Costa Brava – as atividades geradoras listadas são:

- Falta de interesse político por 15 anos;
- Desorganização e falta de informação da sociedade civil;
- Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo.

Por sua vez, estes problemas causam:

- Insegurança jurídica;
- Desvalorização imobiliária;

- Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local.

### 3.2.2. Atores

As oficinas do Projeto Orla de BC contaram com grande representatividade social e alcançaram grande número de pessoas, com um total de 319 presenças ao longo de 14 encontros (Figura 32, Figura 33 e Figura 34). Nas listas de presença anexadas constam os dados dos participantes das oficinas que podem ser explorados em estudos de avaliação de participação social.

Participaram atores de diversas instituições e esferas de gestão, dentre elas:

- Do governo federal: de Secretaria de Gestão e Governança do Patrimônio da União em Santa Catarina, do Ministério da Economia (SGPU/SC/ME), Ministério do Turismo (MT) e, Universidade Federal de Santa Catarina (LEGECI/UFSC), Capitania dos Portos (Marinha do Brasil)
- Do governo estadual: Polícia Militar/Corpo de Bombeiros Militar (PM/CB);
- Do governo municipal: Secretaria do Meio Ambiente (SEMAM), Secretaria do Planejamento (SGPU/SC/ME-BC), Fundação Municipal de Esportes (FME) e Secretaria de Turismo (SECTUR) e a Associação dos Municípios Da Foz do Rio Itajaí (AMFRI). Instrutor contratado Pedro Nasser e apoio técnico especializado Luidgi Marchese.
- Da sociedade civil organizada: Associação dos Moradores de Taquaras; Colônia de Pesca Z07; Associação dos Trabalhadores em Milhos e Churrus da Praia Central; Associação Catarinense das escolas de Surf (ACESBC) e, ONGs: Salve os Oceanos e Instituto Anjos do Mar/BR, Associação de moradores da praia do Estaleiro, Associação dos comerciantes, Associação de moradores do Bairro Nações, Associação de moradores do Estaleirinho, Proprietários de imóveis da praia do Pinho e Moradores interessados no assunto. (AMFRI, 2019).



Figura 32- Encontros da Oficina I.



Figura 33- Atores nos encontros da Oficina II.

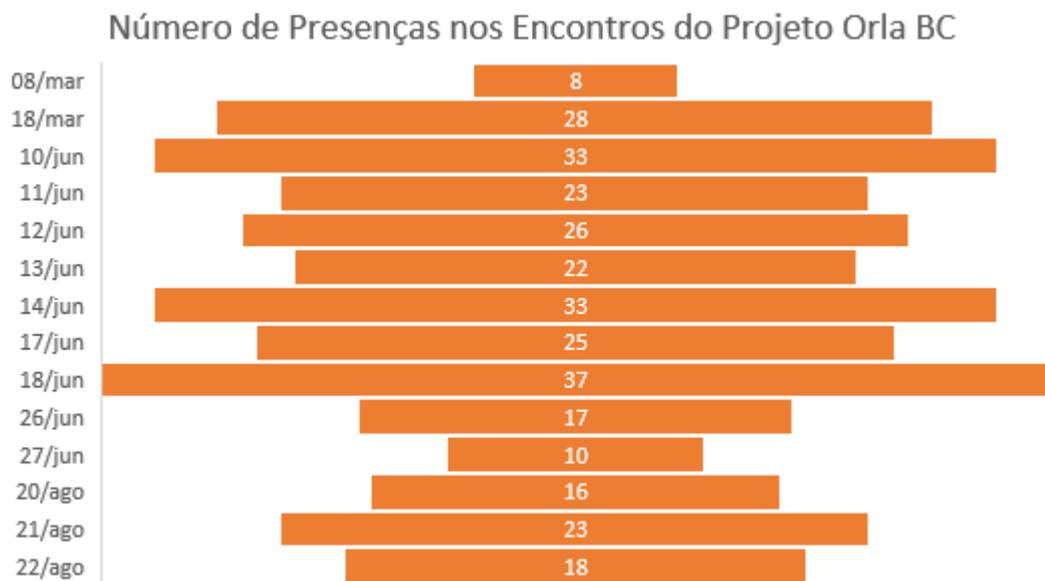


Figura 34 – Número de pessoas presentes por encontro de implementação do Projeto Orla em BC.

Foram citadas ao menos 46 instituições como responsáveis ou envolvidas nas ações previstas para a orla local, são elas: Associação dos moradores de Taquaras; AME; Associação Catarinense de escolas de surf de Balneário Camboriú; Associação de bocha; Associação de moradores; Associação de Moradores do Estaleirinho; Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Bombeiros – CBM; Câmara de Vereadores; Capitania dos Portos – CP; Comitê Gestor Municipal da Orla; Colônia de pesca; Comitê de bacias; Comitê gestor do Rio Camboriú; Compur; ConSegMar; Conselho gestor da APA; EMASA; Epagri; FUMTran; Fundação de cultura; Fundação municipal de esporte; Guarda municipal ambiental; IBAMA; Igrejas; IMA; Instituições de ensino; Instituto Pronatura; Município; ONGS; PMSC; Polícia Ambiental; Procuradoria da PMBC; Secretaria da receita; Secretaria Segurança; Secretaria Educação; Secretaria Meio Ambiente; Secretaria de Obras; Secretaria de Planejamento; Secretaria de Saúde; Secretaria de Turismo; Secretarias; SPU; SPU/SC; e Vigilância Sanitária.

### 3.3. Problemas e Potencialidades de Uso e Ocupação e Impactos na Orla

Atualmente Balneário Camboriú é o sétimo destino turístico do Brasil, destacando-se como um dos maiores polos turísticos do Mercosul, onde mais de 1.500.000 de turistas circulam todo ano. Contribui para esta posição a sua localização estratégica, às margens da BR-101. As principais atividades econômicas são desenvolvidas ao norte do Rio Camboriú (Balneário Camboriú, 2003).

Apesar da importância que o município apresenta na exploração turística estadual e até nacional, esta não está refletida no rendimento médio da população residente. Mais de 60% da População Economicamente Ativa – PEA, que é de 39.498 pessoas, desenvolve atividades ligadas ao turismo e comércio. Pode-se verificar que 65,58% da população economicamente ativa recebe até 5 salários mínimos mensais (Balneário Camboriú, 2003). Em 2017, o salário médio mensal em BC era de 2.4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 44.1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava em 2017 as posições 50 de 295

e 18 de 295, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 684 de 5570 e 110 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 23.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 234 de 295 dentre as cidades do estado e na posição 5387 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2017).

Considerada como a maior cidade turística do Atlântico Sul, e uma das maiores da região Sul durante os meses de verão, quando atinge uma população que excede quase 10 vezes a sua população normal, Balneário Camboriú mantém toda a sua população fixa na área urbana, já que praticamente todo o município situa-se na área tomada pela cidade. Todo esse fluxo de turistas tem gerado problemas de infraestrutura básica no balneário. A capacidade de abastecimento d'água fica bastante reduzida com as estiagens, comuns nesta época, e com a extensão da rede que é insuficiente para atender a população flutuante durante os meses de verão. Na área estuarina deságua o rio, onde concentram-se ilhas fluviais que exibem uma vegetação característica de mangues e marismas. Município jovem vai fazendo história no litoral Sul do Brasil por possuir muita beleza natural e uma boa estrutura de serviços com expressivo parque hoteleiro e, nos últimos anos, servindo como base para milhares de visitantes que frequentam o complexo turístico Beto Carrero World, localizado no município de Penha, distante 30 minutos de Camboriú (Balneário Camboriú, 2003).

Principal centro de lazer de Santa Catarina, Balneário Camboriú é uma cidade em permanente crescimento (a indústria da construção civil é a maior do Estado), possuindo uma boa infra-estrutura de serviços e servindo como sede para as demais praias vizinhas. (Balneário Camboriú, 2003).

Entretanto, este crescimento contínuo e acelerado tem afetado a riqueza paisagística de Balneário Camboriú, base do turismo de sol e praia. Inúmeros são os interesses de natureza imobiliária presentes na região da Costa Brava, visto que a praia Central, área de maior adensamento e verticalização, diminui a cada ano as possibilidades de expansão horizontal do município. Assim, implementar o um Plano de Manejo capaz de direcionar o desenvolvimento futuro da Costa Brava é fator relevante e garantia de um cenário de conservação controlado e sustentável (Balneário Camboriú, 2018).

No apêndice 2 e Anexo 16 é apresentado o “Quadro Síntese 2”, com os dados de cada trecho para:

- configuração local e usos;
- potencialidades;
- problemas;
- atividades geradoras;
- efeitos e impactos associados ao problema;
- projetos previstos ou em implantação, e;
- atores envolvidos

### 3.3.1. Problemas

Ao longo das oficinas do Projeto Orla de BC foram identificados 84 problemas (Quadro completo de Problemas e Ações nos apêndices 1 e 3), com uma média de 13 problemas por trecho. Na Figura 35 é apresentado o número de problemas por trecho, podemos observar que 1.1. (Ponta do Malta), 1.4. (Estaleiro) e 2.1. (Barra Sul) são os que apresentam maior número de problemas (17), seguidos pelos trechos de costões rochosos 1.3. (Ponta do Coqueiro), 1.5. (Ponta dos Lobos) e 1.7. (Tartarugas), com 16 problemas recorrentes.

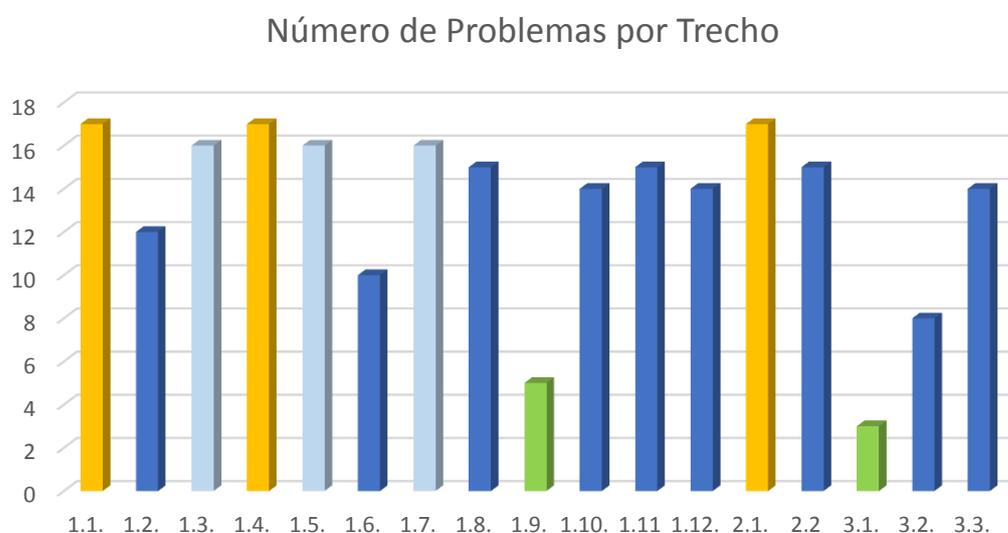


Figura 35 – Número de problemas por trechos avaliados em BC.

Destaca-se também os trechos com menor número de problemas, 3.1. e 1.9. Para o 3.1., Pontal Norte, foram citados apenas três problemas: i) Criminalidade e usos de drogas no período noturno; ii) Resíduos sólidos deixados pelos usuários que frequentam a Prainha; e iii) Risco de contaminação da água oriunda do Rio Marambaia. E para o trecho 1.9., Taquarinhas, foram citados cinco problemas: i) Acesso perigoso, precário ou inadequado, ii) Cachorro na praia, iii) Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava, iv) Transporte público deficiente, e v) Ausência de banheiro público.

Na Tabela 2 são apresentados os problemas mais frequentes nos trechos de orla, a Supressão de vegetação nativa é um problema recorrente em quase 65% dos trechos, ou seja, um problema que demanda ações emergenciais. O acesso às praias também está entre os problemas mais recorrentes, em 41,2% dos trechos.

Tabela 2 – Problema mais frequentes na orla de BC, conforme identificação nas oficinas do Projeto Orla. 1= presente; 0 = ausente.

PROBLEMAS/TRECHOS	1.1.	1.2.	1.3.	1.4.	1.5.	1.6.	1.7.	1.8.	1.9.	1.10.	1.11.	1.12.	2.1.	2.2.	3.1.	3.2.	3.3.	N	%
Supressão da vegetação nativa / de restinga	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	11	64,7
Acesso perigoso, precário ou inadequado	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	7	41,2
Resíduos sólidos deixados pelos usuários	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Risco de acidentes	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Resíduos sólidos trazidos pelo mar	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Invasões	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Degradação do ambiente natural	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Queimadas	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Criminalidade	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Falta de informação e sinalização	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Pesca ilegal com rede feiticeira	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Pesca ilegal noturna	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Risco de acidentes com embarcações	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Pouca fiscalização de embarcações por parte do poder público	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Falta de ordenamento do espelho d'água	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Cachorro na praia	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	5	29,4
Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	5	29,4

Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	5	29,4
Transporte público deficiente	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	29,4
Falta de estacionamento público	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	4	23,5
Poluição sonora	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	4	23,5
Falta de sinalização e demarcação marinha da área de banhista	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	23,5

Os problemas relacionados aos trechos de costões rochosos (1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3) são semelhantes e recorrentes entre si como:

- Resíduos sólidos deixados pelos usuários;
- Risco de acidentes;
- Resíduos sólidos trazidos pelo mar;
- Invasões;
- Degradação do ambiente natural;
- Queimadas;
- Criminalidade;
- Falta de informação e sinalização;
- Pesca ilegal com rede feiticeira;
- Pesca ilegal noturna;
- Risco de acidentes com embarcações;
- Pouca fiscalização de embarcações por parte do poder público;
- Falta de ordenamento do espelho d'água.

Outros problemas recorrentes em 23,5% merecem destaque como: Cachorro na praia; Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava; Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1); Transporte público deficiente; Falta de estacionamento público; Poluição sonora; e Falta de sinalização e demarcação marinha da área de banhistas.

### 3.3.2. Potencialidades

O município de BC teve a construção do primeiro PGI em 2003, no entanto, não obteve aprovação nas instancias seguintes do fluxograma de encaminhamento (Figura 1), a que tudo indica, devido à inexpressividade de

participação social. Mesmo assim o município persistiu na qualificação da gestão de suas praias ao criar a APA da Costa Brava (supracitada), ao buscar a certificação Bandeira Azul, ao aderir ao TAGP, entre outras iniciativas. Dentre os desdobramentos do TAGP está a execução do Projeto Orla, com o qual, tem-se a elaboração do Plano de Gestão Integrada (PGI), ou revisão, como no caso de Balneário Camboriú (BC), objeto deste documento.

Balneário Camboriú, por meio da Secretaria do Meio Ambiente, desenvolve dois projetos de conscientização ambiental nas praias: O Praia Limpa e o Consciência na Praia. O Projeto Praia Limpa existe desde 2010 e as barracas estão localizadas na Praia Central em 5 pontos, da Barra Sul à Norte. O Projeto visa orientar turistas e moradores quanto ao descarte ambientalmente correto dos resíduos, especialmente na orla marítima. Junto a isso, são distribuídas sacolas de papel, que são biodegradáveis e permitem a redução dos resíduos gerados na praia, e as pulseiras de identificação às crianças, que objetiva garantir a segurança das mesmas (Relatório BC/TAGP, 2019).

O Projeto Consciência na Praia tem como objetivo sensibilizar e despertar os usuários das praias e a comunidade local do Estaleiro, Estaleirinho e Taquaras a respeito das seguintes temáticas: Nossos Ecossistemas, Águas Limpas, Animais na Praia, Resíduos Sólidos e Vida na Praia. O Projeto dissemina informações científicas de forma leve, lúdica e eficiente (Balneário Camboriú, 2019).

#### **PRÊMIOS:**

- 2º Município com melhor IDH no estado e 4º do país [Fonte IBGE, 2010]
- 10º Município com melhor PIB per capita do estado e 188º do país [Fonte IBGE, 2016]
- 6º Município com melhor IFDM em SC e 49º no país [Fonte IFDM, 2016]
- 14º Município no ranking 100 melhores municípios bem-estar urbano [Fonte IBEU, 2016]
- Troféu Beto Carrero de Excelência no Turismo na modalidade Município Turístico [2017]

- 8° Destinos mais visitados para Lazer na demanda turística internacional [Fonte MTUR, 2018]
- Uma das 15 cidades favoritas do Sul do Brasil [Fonte Expedia, 2018]
- Uma das 22 melhores praias do Brasil [Expedia, 2018]
- Selo Brasil Amigo da Pessoa Idosa do Ministério de Direitos Humanos [2018]
- 24° colocada no país e 3° em SC no Ranking Connected Smart Cities [Fonte Urban Systems, 2018]
- Certificado Bandeira Azul para as praias Estaleiro e Estaleirinho temporada de Verão 2018/2019
- Uma das 26 cidades mais felizes do Brasil [Fonte Revista Bula, 2019]
- Prêmio Fiocruz Melhores Políticas Públicas do País Voltada para Idosos [2018]
- Prêmio de Direitos Humanos do Ministério de Direitos Humanos [2018]
- Cidade mais segura do Sul do País [Revista Exame, 2018]

#### 3.3.2.1. *Bandeira Azul*

O selo internacional, Bandeira Azul, é concedido as praias e marinas que atendam a uma lista de critérios ligados a questões ambientais e qualidade da água. O Programa Bandeira Azul foi criado pela *Foundation for Environmental Education (FEE)*, uma instituição internacional com integrantes representando seus respectivos países. No Brasil, o Operador Nacional do Programa é o Instituto Ambientes em Rede (IAR). As praias, marinas e embarcações inscritas no programa comprometem-se com o cumprimento de critérios propostos. Para ser certificada, a praia/marina/embarcação deve ser inicialmente aceita pelo Operador Nacional, recomendada pelo Júri Nacional e aprovada pelo Júri Internacional (Bandeira Azul, 2018).

O Júri Internacional é composto pela *Foundation for Environmental Education (FEE)*, *World Conservation Union (IUCN)*, *European Union for Coastal Conservation (EUCC)*, *United Nations Environmental Program (UNEP)*, *World Tourism Organization (WTO)*, *World Health Organization (WHO)*, *International Life Saving (ILS)*, *International Council of Marine Industry (ICOMIA)* e *Reef Check Program* (Bandeira Azul, 2018).

As praias do Estaleiro e Estaleirinho hastearam a Bandeira azul na temporada 2018/2019 (Figura 36) e foram aprovadas pelo júri nacional do programa Bandeira Azul para a renovação do certificado do programa para a temporada 2019/2020. O júri nacional analisou a documentação enviada pelo Município, com o objetivo de verificar se os requisitos do programa estão sendo cumpridos. A próxima etapa será obter a aprovação do júri internacional (Balneário Camboriú, 2019).



Figura 36- Praias do Estaleiro e do Estaleirinho com a Bandeira Azul hasteada na temporada 2018/2019. Fonte: Balneário Camboriú, 2019.

### 3.4. Estrutura Fundiária na Orla

A área na qual hoje se encontra o Município de Balneário Camboriú era ocupada, inicialmente, por índios tupi guarani. A presença dos indígenas está registrada nos sítios arqueológicos encontrados na Praia de Laranjeiras e na Ilha das Cabras, nos quais foram encontrados fósseis de 3.000 anos e sambaquis (Balneário Camboriú, 2015). Existem relatos referentes à colonização desde 1758, com algumas famílias que já moravam na margem

esquerda do rio. Oficialmente, o povoamento da região ocorreu em 1826, quando Baltazar Pinto Corrêa, de origem açoriana, recebeu do governo da Província de Santa Catarina esta área para povoar. Ele e a sua família fixaram residência na margem esquerda do Rio Camboriú. Mais tarde, descendentes de alemães do Vale do Itajaí e Blumenau também se dirigiram para a região, constituindo o “Arraial do Bom Sucesso”. A região se destacou como o maior produtor de café de Santa Catarina. Além desta, a exploração das jazidas de mármore, granito e calcário se destacava na atividade econômica. Nesta época a agricultura era valorizada e a faixa litorânea, desprezada (Balneário Camboriú, 2015).

O final da década de 1920 marca um novo período para a região, com o crescente interesse pela faixa litorânea. Principalmente por banhistas do Vale do Itajaí. Foram os alemães que trouxeram para a cidade o hábito de ir à praia. Até então, o banho de mar só era conhecido como tratamento medicinal ou pesca (os colonos achavam que 'mandar alguém para a praia' era uma ofensa). Durante a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), os alemães mantiveram-se afastados de nossa praia para não serem hostilizados, já o que exército brasileiro usou os hotéis e as moradias da praia como observatórios da costa brasileira. Com o fim do conflito, reiniciou-se o fluxo turístico (Balneário Camboriú, 2015).

Foi na década de 1960 que a atividade turística tomou o maior impulso, colocando a cidade como um dos grandes centros de turismo brasileiro. O centro comercial inicia o processo de desenvolvimento. Isto já é suficiente para que em 1964 a área litorânea seja desmembrada da sua porção rural e ganhe o status de município (Balneário Camboriú, 2015).

Na década de 1970 a construção da BR-101 possibilitou o acesso entre o Sul e o Norte do país, passando exatamente na porção central do município, sendo um fator marcante para o desenvolvimento urbano. No final da década de 1970 já se contabilizavam 40 hotéis. Inicia-se também uma expansão residencial transversalmente à linha da costa, em direção às encostas dos morros (Balneário Camboriú, 2015) (Figura 37 e Figura 38).



Figura 37 - Unidade de Planejamento 02. Fonte: IBGE, S/D.



Figura 38 – Fotografias históricas de praias de Balneário Camboriú. A) Praia do Estaleiro; B) Praia de Laranjeiras Fonte: IBGE, S/D.

Segundo os dados do IBGE a população estimada para 2019 em BC é de 142.295 pessoas, no último censo (2010) foram contabilizadas 108.089 pessoas, com densidade demográfica de 2.337,67 hab/km<sup>2</sup>. Cenário bem diferente do representado no PGI de 2003, com dados de 2000, a população era de 73.455 habitantes, com densidade demográfica de 1.469 hab/km<sup>2</sup>, uma das mais altas de Santa Catarina. Representava cerca de 1,4% da população catarinense. A densidade demográfica continuou e continua em vertiginoso crescimento, acompanhando o crescimento populacional motivado pela expansão do turismo.

Destaca-se na economia o setor secundário, cuja principal atividade é a indústria da construção civil, motivada justamente pelo turismo. O maior destaque, entretanto, é o setor terciário, com as atividades turísticas e comerciais. Atualmente, este setor é responsável por 99,21% da economia. Na década de 1990 o número de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços cresceu em 82,84%. O número de empresas com CNPJ atuantes em 1998 era de 4.958 (Balneário Camboriú, 2003).

Observado o histórico da ocupação, somado ao adensamento populacional e expansão da construção civil, na zona costeira, se tem como resultado inúmeros conflitos de uso em áreas da União, o que pode levar ao comprometimento da qualidade de vida e da qualidade ambiental. Na Tabela 3 são apresentados alguns dos principais conflitos fundiários identificados e na Figura 20 está demonstrada a área de intervenção deste plano e os limites dos terrenos da União em BC.

Tabela 3 – Principais conflitos fundiários de BC.

<b>CONFLITO FUNDIÁRIO</b>	<b>ESTRUTURA FUNDIÁRIA</b>	<b>CATEGORIA DE USO DA UNIÃO</b>	<b>Trechos</b>
<b>Privatização (hotel) X acesso à praia</b>	Pública, faixa de praia (bem da União)	Uso comum do povo	3.2
<b>Ocupação (barracas de churros e milho) X usuários da praia</b>	Pública, faixa de praia (bem da União)	Uso comum do povo	2.1, 2.2 e 1.11
<b>Ocupação (cancha de bocha) X usuários da praia</b>	Pública, faixa de praia (bem da União)	Uso comum do povo	2.2
<b>Ocupação (bares e restaurantes) X usuários da praia</b>	Pública, terrenos de marinha (bem da União)	Bem dominical	1.8, 1.11

## 4. CENÁRIOS DA ORLA

A classificação da orla integra o planejamento estratégico múltiplo, que dará subsídios para a tomada de decisões necessárias para se alcançar os cenários desejados. A construção de cenários é utilizada para descrever alternativas de futuro e baseia-se no conhecimento da situação atual (diagnóstico), para assim, se estabelecer tendências e delinear a situação desejada, que pode ser alcançada com ações de curto, médio e longo prazos (MMA/SQA, 2002).

### 4.1. Unidade 01 – Costa Brava

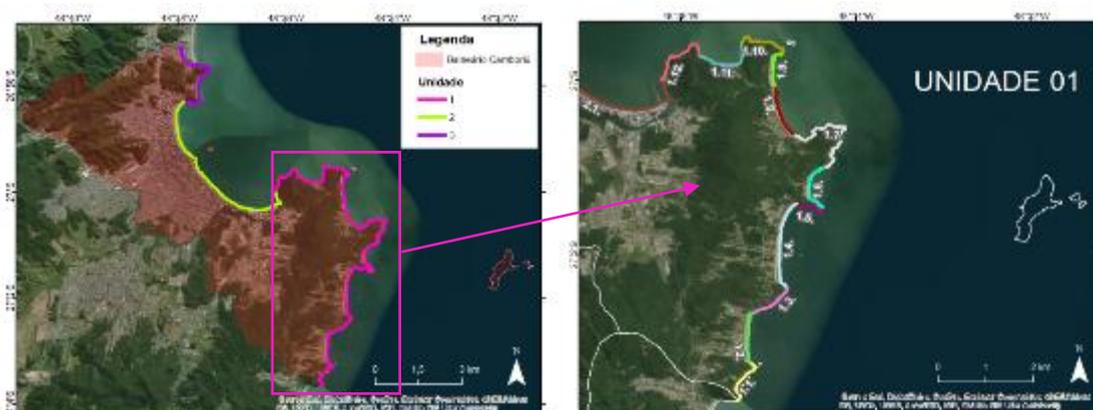


Figura 39 – Unidade 01 – Costa Brava.

#### 4.1.1. Trecho 1.1. – Ponta do Malta

##### Cenário atual

- Área de costão rochoso.
- Mar inadequado para banho e morraria com vegetação preservada.
- Propriedades privadas (casa noturna desativada, parque aquático e de entretenimento), área residencial unifamiliar e comercial próximo à rodovia.

### **Cenário tendência**

- Implantação da rede coletora de esgoto. As áreas de morro tendem a se manter preservadas com baixa ocupação.
- Ampliação da área residencial e comercial próxima à rodovia. Melhorias nos empreendimentos de entretenimentos.
- Implementação de ações previstas no plano de manejo da APA da Costa Brava.

### **Cenário desejado**

- Plano de manejo da APA Costa Brava implementado.
- Desenvolvimento dos empreendimentos de entretenimento com infraestrutura adequada para clientes (estacionamento, disposição correta de resíduos).
- Alargamento e melhorias da rodovia interpraia devido à proximidade e acesso à BR 101.
- Ampliação da ocupação.
- Desenvolvimento urbano com residências uni e multifamiliares e mistas, obedecendo o zoneamento do plano de manejo da APA.
- Desenvolvimento de complexos hoteleiros tendo em vista a proximidade da BR 101 ser parte “central” do bairro.
- Ampliação do comércio.

#### **4.1.2. Trecho 1.2. – Estaleirinho**

### **Cenário atual**

- Contaminação do rio mariquita.
- Esportes náuticos e campeonato de bodyboard. Vegetação de restinga razoavelmente preservada. Porém, em alguns trechos a restinga sofre contaminação biológica por espécies exóticas (pinus, casuarinas e etc).
- Alguns surfistas utilizam a restinga para fazer suas necessidades fisiológicas. Urbanização razoável. Residências, restaurantes e comércio em geral.

- Casas de segunda residência e casas para aluguel de temporada.
- Não existe estação de tratamento de efluentes domésticos.
- Pesca artesanal desordenada.

### **Cenário tendência**

- Ocupação familiar controlada.
- Aumento no fluxo de visitantes podendo ocorrer mais pisoteamento na vegetação de restinga aumentando a degradação ambiental na vegetação próxima da praia.
- Aumento no fluxo de veículos gerando uma série de impactos.

### **Cenário desejado**

- Manutenção da paisagem nas áreas não ocupadas, integrando na medida do possível as edificações à paisagem e implantando-se plano urbanístico-paisagístico que preserve a qualidade cênica obedecendo o estabelecido no Plano de Manejo da APA Costa Brava.
- Retirada das drenagens pluviais da faixa de areia das praias com a finalidade de evitar contaminação do sedimento e da água, assim como, problemas de erosão.
- Desviar urgentemente a drenagem pluvial localizada abaixo da quadra de tênis no canto norte da praia, visto que é um atual foco de contaminação da água e da areia e coloca em risco a atual certificação de praia Bandeira Azul.
- Manter a certificação de praia Bandeira Azul.
- Levantamento dos ocupantes junto ao cadastro imobiliário da prefeitura e cadastro da SPU da Orla.
- Solicitar cessão de usos para fins públicos para criação de áreas verdes de lazer.
- Recuperar áreas de restinga nativa nos últimos acessos dos cantos norte e sul da praia.
- Eliminar as trilhas irregulares sobre a vegetação de restinga.

- Instalar e adequar infraestruturas de praia tais como: acessos, rampas, passarelas, duchas e lava-pés, banheiros, estacionamentos, contentores de resíduos sólidos e placas informativas.
- Termo de ajustamento para padronização de passarelas particulares ou a utilização do acesso público.
- Instalação da rede coletora de esgoto no bairro.
- Instalação da rede de abastecimento de água.
- Instalação, revisão e manutenção da rede de drenagem pluvial do bairro (Elaboração de plano de drenagem).
- Aprimorar o serviço de limpeza da praia e da orla.
- Pavimentação adequada para local com baixo tráfego de veículos.
- Incentivar atividades de Educação Ambiental para conscientizar um uso mais sustentável nesta área buscando o fortalecimento do ecoturismo.
- Criar um ponto de observação da cultura local (rancho da pesca da Tainha) que possa ser incluída na rota cênica do município. (verificação da regularização do rancho de pesca).
- Inibir e fiscalizar a pesca predatória ilegal principalmente as com redes “feiticeiras”.
- Manutenção das atividades e eventos aquáticos esportivos especialmente relacionados a prática de surf e body board.
- Manutenção das atividades esportivas da modalidade de vôlei.
- Adequação do posto guarda vidas no canto sul e com estrutura adequada com banheiro fora de faixa da areia de praia. Em área de terreno de marinha livre de ocupação sem restrição ambiental de acordo com o Plano de Manejo da APA Costa Brava.
- Em caso de aumento do fluxo de usuários de praia seja instalada uma infraestrutura de salvamento (casa guarda vidas) no canto norte da praia.
- Aumento controlado do número de turistas.
- Arborização urbana com vegetação nativa da mata atlântica.
- Padronização dos ranchos de pesca artesanal com banheiros eficientes.

#### 4.1.3. Trecho 1.3. – Ponta do Coqueiro

##### **Cenário atual**

- Trecho de costão rochoso, encostas e mar agitado.
- Predomínio de residências unifamiliares em condomínios.
- Vegetação ainda preservada na maior parte do trecho, com alguns fragmentos e clareiras.
- Prática de pesca com vara e redes no costão.

##### **Cenário tendência**

- Construção de residências mantendo as características atuais.
- Pressão imobiliária intermediária.

##### **Cenário desejado**

- Manutenção da paisagem nas áreas preservadas e ocupação ordenada conforme o plano de manejo da APA da Costa Brava.

#### 4.1.4. Trecho 1.4. – Estaleiro

##### **Cenário atual**

- Baixo adensamento populacional.
- Orla razoavelmente preservada.
- Poucos acessos, porém com “avenida beira mar ainda desordenada.
- Praia de “tombo” ainda preservada.
- Boa qualidade de água.
- “Duas praias em uma” característica diferentes de uso (frequência).
- Ausência de rede coletora de esgoto e distribuição e abastecimento de água deficiente.
- Insegurança urbana razoável.
- Infraestrutura de apoio turística.
- Selo bandeira azul.
- Ausência de sistema de drenagem.
- Baixa infraestrutura de mobilidade urbana.

### **Cenário tendência**

- Aumento do adensamento populacional de forma ordenada e melhora contínua da qualidade da praia.
- Aumento das edificações com o consequente aumento da impermeabilização do solo.
- Aumento do fluxo turístico.
- Aumento do fluxo de veículos levando a mais problemas de mobilidade urbana e ambientais.

### **Cenário desejado**

- Manutenção da paisagem nas áreas não ocupadas, integrando na medida do possível as edificações à paisagem e implantando-se plano urbanístico-paisagístico que preserve a qualidade cênica obedecendo o estabelecido no Plano de Manejo da APA Costa Brava.
- Retirada das drenagens pluviais da faixa de areia das praias com a finalidade de evitar contaminação do sedimento e da água, assim como, problemas de erosão.
- Recuperação da qualidade de água do rio do Porto e da galeria do Canto Sul da praia.
- Garantir a conservação da área localizada na margem sul do rio do Porto (Foz) e também na área central da praia (promontório rochoso).
- Ordenamento, regularização, adequação e padronização dos ranchos de pesca no Rio do Porto.
- Substituição da rua da Praia por acesso por passarela exclusiva para pedestres, conforme solicitado pela associação de moradores do bairro durante reuniões do comitê Bandeira Azul.
- Levantamento dos ocupantes junto ao cadastro imobiliário da prefeitura e cadastro da SPU da Orla.
- Solicitar cessão de usos para fins públicos para criação de áreas verdes de lazer.
- Restauração da vegetação de restinga sobre a atual rua da Praia e implantação de espaços de lazer e convivência anexados.

- Recuperar áreas de restinga nativa nos pontos de erosão da praia e retirar as espécies exóticas invasoras.
- Extinguir as trilhas sobre a vegetação de restinga e instalar passarelas de acesso à praia nas porções norte e sul da praia.
- Manter a certificação de praia Bandeira Azul.
- Instalar e adequar infraestruturas de praia tais como: acessos, rampas, passarelas, duchas e lava-pés, banheiros, contentores de resíduos sólidos e placas informativas.
- Instalação da rede coletora de esgoto no bairro.
- Instalação da rede de abastecimento de água.
- Instalação, revisão e manutenção da rede de drenagem pluvial do bairro.
- Aprimorar o serviço de limpeza da praia e da orla.
- Pavimentação adequada para local com baixo tráfego de veículos.
- Incentivar atividades de Educação Ambiental para conscientizar um uso mais sustentável nesta área buscando o fortalecimento do ecoturismo.
- Instalação de um mirante na extremidade norte da praia com conjunto de infraestruturas de apoio para visitação com possibilidade de inclusão na rota cênica.
- Inibir e fiscalizar a pesca predatória ilegal principalmente as com redes “feiticeiras”.
- Desenvolvimento de atividades e eventos aquáticos esportivos especialmente relacionados a prática de surf.
- Desenvolvimento e elaboração de um projeto de fundo artificial para prática de surf.
- Manutenção das atividades de maratonas aquáticas (travessias).
- Melhoria na mobilidade urbana e segurança pública, incluindo vias para pedestres, calçadas, ciclofaixas e melhor transporte público.
- Aproveitar a situação atual do uso da praia e a vocação da mesma para diferenciar o uso das faixas norte e sul. Na porção norte manter a rusticidade e o acesso exclusivo. Na porção sul a vocação de convivência e mais infraestrutura.
- Pavimentação de todas as ruas.

#### 4.1.5. Trecho 1.5. – Ponta dos Lobos

##### **Cenário atual**

- Porção de costão rochoso que avança no mar coberta em parte por vegetação de mata atlântica, não possuindo ocupação urbana.
- Possui área não edificante de 80 metros a partir da LPM demarcada pela SPU.

##### **Cenário tendência**

- Preservação dos terrenos de marinha e faixa não edificante de 80 metros a partir da LPM.
- Baixa ocupação com uso residencial.
- Risco de ocupação irregular e degradação ambiental.

##### **Cenário desejado**

- Preservação dos terrenos de marinha e faixa não edificante de 80 metros a partir da LPM.
- Baixa ocupação com multiuso voltado a hospedagem, entretenimento, serviços e residencial com projetos integrados a paisagem natural.

#### 4.1.6. Trecho 1.6. – Pinho

##### **Cenário atual**

- Praia delimitada por dois costões, norte e sul, com vegetação ainda preservada. Praia predominantemente turística com águas limpas.
- Possui ocupação com dois restaurantes e uma pousada. Um camping, duas residências e estacionamento particular.
- Acesso público livre onde o naturismo é tolerável.
- Falta de segurança nos costões e no acesso público.

##### **Cenário tendência**

- Preservação dos costões rochosos e da vegetação existente.
- Ocupação das áreas permitidas pelo plano diretor com usos múltiplos.

- Redução da área de vegetação.
- Risco de ocupação irregular e degradação ambiental.

### **Cenário desejado**

- Manutenção da paisagem e preservação da qualidade cênica obedecendo o estabelecido no Plano de Manejo da APA Costa Brava.
- Reestabelecer a imagem depreciativa/pervertida projetada sobre a praia de naturismo por meio de fiscalização de uso e práticas. Dessa maneira, impedir as atividades inadequadas exercidas que inibem a visitação de turistas e moradores locais de Balneário Camboriú.
- Regular o uso naturista.
- Criar um ponto de informações turísticas com infraestrutura de base para a fiscalização de usos.
- Adequação das drenagens pluviais da faixa de areia da praia.
- Manutenção da vegetação de restinga na praia.
- Recuperar áreas de restinga nativa nos pontos de erosão da praia e retirar as espécies exóticas invasoras.
- Extinguir as trilhas sobre a vegetação de restinga e instalar passarelas de acesso à praia.
- Instalar e adequar infraestruturas de praia tais como: passarelas de acessos, duchas e lava-pés, banheiros, contentores de resíduos sólidos e placas informativas.
- Instalação da rede coletora de esgoto.
- Instalação da rede de abastecimento de água.
- Instalação, revisão e manutenção da rede de drenagem pluvial.
- Aprimorar o serviço de limpeza da praia e da orla.
- Inibir e fiscalizar a pesca predatória ilegal principalmente as com redes “feiticeiras”.
- Certificação da bandeira azul.

#### 4.1.7. Trecho 1.7. – Tartarugas

### **Cenário atual**

- Localidade que avança no mar composta por costão rochoso e vegetação de mata atlântica e pastagem.
- Acesso onde há ocupação residencial com famílias tradicionais de pescadores e novos residentes.
- Vocação para mergulho autônomo e ancoragem de embarcações.
- Área da lagoa com ocupação nas margens.
- Lagoa de encontra poluída e assoreada.

### **Cenário tendência**

- Preservação da faixa não edificante do costão rochoso.
- Ocupação das áreas permitidas pelo plano diretor.
- Redução da área de vegetação nativa.
- Manutenção da ocupação irregular nas margens da lagoa com poluição e assoreamento.
- Risco de ocupação irregular e degradação ambiental.

### **Cenário desejado**

- Desocupação das margens da lagoa.
- Despoluição e desassoreamento da lagoa.
- Criação de um parque municipal da lagoa.
- Certificação com bandeira azul.
- Preservação faixa não edificante de 80 metros.
- Baixa ocupação com multiuso voltado a hospedagem, entretenimento e serviços. Residências com projetos integrados a paisagem natural.
- Desenvolvimento de atividades de mergulho e manutenção da qualidade ambiental do local.
- Regular o uso de embarcações no canto sul da praia.
- Incrementar infraestruturas de apoio para exploração sustentável das trilhas ecológicas e incluí-las na rota cênica.

#### **4.1.8. Trecho 1.8. – Taquaras**

### **Cenário atual**

- Arrasto com rede na praia e pesca com vara.
- Estacionamento na via com parte em obra conflituosa.
- Canto sul da praia com ocupação por restaurantes, pousadas e ranchos de pesca na beira da praia.
- Lagoa pequena com acúmulo de matéria orgânica e eventualmente com desague no mar em eventos de precipitação extrema.
- Ao longo da praia presença de vegetação de restinga arbustiva e arbórea com trilhas desordenadas e limitadas pela rodovia.
- Rede de esgoto implementada. Ampliação de deck dos restaurantes sobre a restinga com fechamento do acesso público.
- Obra recente de banheiro público em atendimento ao TAC, porém o banheiro foi privatizado e abre de acordo com a demanda do restaurante.
- Saídas de drenagem no canto norte da praia.
- Presença de guarita de madeira de guarda vidas no canto sul da praia.

### **Cenário tendência**

- Degradação da restinga com trilhas desordenadas.
- Implementação do plano de manejo da APA Costa Brava.
- Aumento de atividades e práticas desportivas na praia.
- Aumento expressivo no fluxo de turistas, principalmente no canto sul, com adensamento de construções.

### **Cenário desejado**

- Manutenção da paisagem nas áreas não ocupadas, integrando na medida do possível as edificações à paisagem e implantando-se plano urbanístico-paisagístico que preserve a qualidade cênica obedecendo o estabelecido no Plano de Manejo da APA Costa Brava.
- Recuperação da qualidade de água da Lagoa de Taquaras.
- Retirada das drenagens pluviais da faixa de areia das praias com a finalidade de evitar contaminação do sedimento e da água, assim como, problemas de erosão.
- Restauração da vegetação de restinga no canto sul da praia.

- Recuperar áreas de restinga nativa da praia e retirar as espécies exóticas invasoras.
- Extinguir as trilhas sobre a vegetação de restinga e instalar passarelas de acesso à praia.
- Inserir a informação (placas) da existência de banheiro privado de uso público no acesso do restaurante Taquaras.
- Obter a certificação de praia Bandeira Azul.
- Instalar e adequar infraestruturas de praia tais como: acessos, rampas, passarelas, duchas e lava-pés, banheiros, contentores de resíduos sólidos e placas informativas.
- Instalação de um ponto de informações turísticas com quiosque e banheiros públicos no canto sul da praia.
- Fiscalizar efetivamente a ligação das residências na rede coletora de esgoto no bairro.
- Instalação da rede de abastecimento de água.
- Instalação, revisão e manutenção da rede de drenagem pluvial do bairro.
- Aprimorar o serviço de limpeza da praia e da orla.
- Adequar a via de acesso no canto sul priorizando os pedestres.
- Incentivar atividades de Educação Ambiental para conscientizar um uso mais sustentável nesta área buscando o fortalecimento do ecoturismo.
- Inibir e fiscalizar a pesca predatória ilegal principalmente as com redes “feiticeiras”.
- Fomentar o desenvolvimento de modalidades de esportes de areia e aquática.
- Realocação dos restaurantes que estão sobre a restinga e manutenção da paisagem natural.
- Estacionamento público ordenado e recuperação da qualidade da água da lagoa.

#### 4.1.9. Trecho 1.9. - Taquarinhas

##### **Cenário atual**

- Área de propriedade da Caixa Econômica Federal.

- Só existe uma ocupação na área.
- Ambientalmente ainda muito bem preservada, porém apresenta algumas espécies exóticas. Destaque para pinheiros ciprestes e agave.
- O estágio avançado de recomposição da vegetação de restinga na praia, pode ser considerado como uma referência de praia sem nenhuma ocupação.

#### **Cenário tendência**

- A tendência é a venda de toda a área por meio de leilão público.
- A aprovação do Plano de Manejo da APA pode tornar possível a criação de um parque natural municipal, reforçando as normas de preservação da localidade.

#### **Cenário desejado**

- Área de conservação visando a manutenção da paisagem natural, sem edificações. Máximo de preservação possível.
- Criação de um parque ecológico com trilhas ecológicas com projeto de ecoturismo.
- Permanência da faixa não edificante de 300 metros.
- Aprimoramento do estacionamento e infraestrutura de visitação no mirante anexo a avenida.
- Infraestruturas necessárias apenas visando o aprimoramento do serviço de limpeza e segurança.
- Potencial ponto turístico na rota cênica do município de Balneário Camboriú.

#### **4.1.10. Trecho 1.10. – Lajeado**

##### **Cenário atual**

- Localidade composta por costão rochoso e vegetação de mata atlântica.
- Vocação para mergulho e atividade de pesca.
- Trilhas de caminhada no costão.
- Presença poucas edificações.

- Ambiente bem preservado.

### **Cenário tendência**

- Preservação da faixa não edificante do costão rochoso.
- Ocupação das áreas permitidas pelo plano diretor.
- Redução da área de vegetação nativa.
- Risco de ocupação irregular e degradação ambiental.
- Aumento no número de embarcações circulando próximo ao costão.

### **Cenário desejado**

- Preservação faixa não edificante de 80 metros.
- Baixa ocupação de residências.
- Residências com projetos integrados a paisagem natural.
- Desenvolvimento de atividades de mergulho e manutenção da qualidade ambiental do local.
- Incrementar infraestruturas de apoio para exploração sustentável das trilhas existentes.

#### **4.1.11. Trecho 1.11. – Laranjeiras**

### **Cenário atual**

- Praia turística com baixo número de população residente, porém forte densidade comercial.
- Presença de sítio arqueológico negligenciado.
- Alta exploração turística.
- Fácil acesso à praia central. Fluxo de embarcações com estrutura de apoio.
- Alto tráfego de veículos causando congestionamento em época de temporada.
- Rede de água e esgoto ainda não funcionando 100%.
- Balneabilidade e qualidade da água boa, mas com possibilidade de influência do rio Camboriú.
- Ausência de sistema de drenagem.
- Mobilidade urbana atualmente deficitária.

- Atividade de maricultura e pesca artesanal.
- Planejamento urbanístico deficitário.

### **Cenário tendência**

- Aumento do número de construções e moradores.
- Saturação da infraestrutura turística.
- Perda da qualidade ambiental da praia. Aumento do fluxo de turistas.

### **Cenário desejado**

- Manutenção da paisagem nas áreas não ocupadas, integrando na medida do possível as edificações à paisagem e implantando-se plano urbanístico-paisagístico que preserve a qualidade cênica.
- Retirada das drenagens pluviais da faixa de areia das praias com a finalidade de evitar contaminação do sedimento e da água e recuperação da restinga.
- Recuperar áreas de restinga nativa da praia e retirar as espécies exóticas invasoras (incluindo sombreiros).
- Definição do local para o pessoal da pesca.
- Retirada das atividades irregulares de maricultura.
- Efetivar as ações citadas no PRAD de Laranjeiras.
- Fortalecimento das atividades culturais do evento arrancadão de canoas.
- Desenvolvimento de um Centro Histórico Antropológico visando contar a história local e dos primeiros habitantes (tribos indígenas) do município.
- Potencialidade de utilização do Centro Histórico Antropológico para atividades de educação ambiental.
- Instalar e adequar infraestruturas de praia tais como: acessos, rampas, passarelas, duchas e lava-pés, banheiros, contentores de resíduos sólidos e placas informativas.
- Fiscalizar efetivamente a ligação das residências na rede coletora de esgoto no bairro.
- Instalação, revisão e manutenção da rede de drenagem pluvial do bairro.
- Aprimorar o serviço de limpeza da praia e da orla.
- Adequar acessos priorizando os pedestres.

- Incentivar atividades de Educação Ambiental para conscientizar um uso mais sustentável nesta área buscando o fortalecimento do ecoturismo.
- Desenvolvimento de atividades de mergulho e manutenção da qualidade ambiental do local.
- Regular o uso de embarcações no canto leste da praia.
- Incrementar infraestruturas de apoio para exploração sustentável das trilhas ecológicas e incluí-las na rota cênica.
- Ordenamento do uso da orla (planejamento urbano), especialmente na faixa de areia.
- Planejar e ordenar o aumento do fluxo de turistas para evitar a hipersaturação.

#### 4.1.12. Trecho 1.12. – Aguada

##### **Cenário atual**

- Trecho com alta circulação de embarcações no costão e áreas privadas.
- Uso da área como mirante de observação na parte mais alta.
- Uso de pesca recreativa e maricultura.

##### **Cenário tendência**

- A tendência é a ocupação irregular nas encostas.
- Aumento do número de embarcações circulando e até a possibilidade de criação de estruturas para atracação de navios de turismo.

##### **Cenário desejado**

- Manutenção da vegetação existente com a retirada das espécies exóticas.
- Permanência do mirante de visitação e trilhas nos costões.
- Que seja discutido com a sociedade o possível desembarque de navios turísticos.
- Instalar placas nas trilhas do costão como instrumento de educa o ambiental.

## 4.2. Unidade 02 – Praia Central

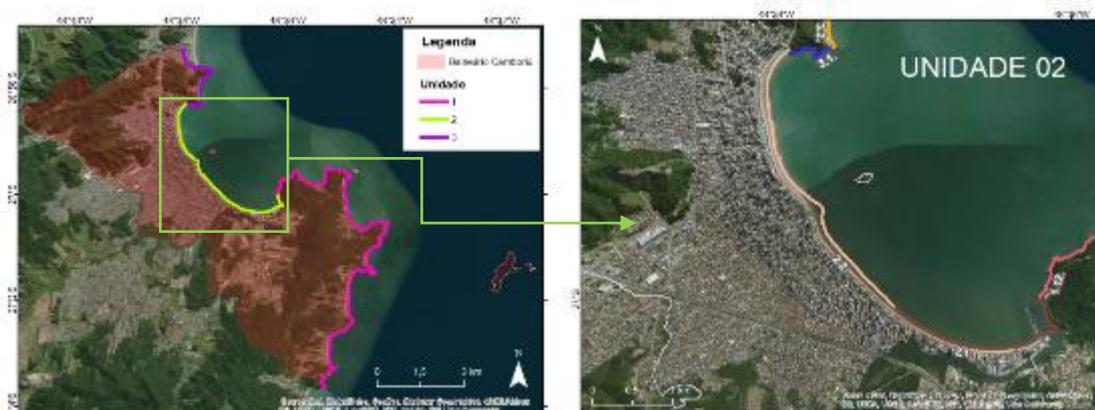


Figura 40 – Unidade 02 – Praia Central.

### 4.2.1. Trecho 2.1. – Barra Sul

#### Cenário atual

- Área bastante urbanizada com edifícios de alto gabarito.
- Contempla sistema de tratamento de esgoto, coleta de lixo e drenagem urbana.
- Sofre com eventos de maré cheia e ressacas associado a período de chuva.
- Apresenta avenida beira mar, quiosques, equipamentos turísticos e mobiliários urbano, ciclo faixa e atividades de hotelaria, gastronomia (bares e restaurantes).
- Praia com pequena largura de faixa de areia e elevada densidade de usuários. Múltiplas atividades esportivas na faixa de areia e atividades náuticas.
- Presença de arribadas de organismos marinhos exóticos, eventos artísticos na temporada (arenas de eventos) e turismo de sol e mar.
- Atividades de pesca artesanal, marinas, estruturas de apoio náutico de pequeno e grande porte. Manguezal em processo de recuperação.
- Festas tradicionais e patrimônios históricos, artístico e cultural.

#### Cenário tendência

- Adensamento da ocupação urbana por edifício de elevado gabarito, saturação do sistema viário.
- Incremento do processo de erosão praial e degradação da avenida e calçada por eventos de ressaca e marés.
- Perda da qualidade paisagística.
- Incremento de atividades turísticas e náutica.
- Perda da qualidade de água do rio Camboriú em virtude da falta de saneamento do município vizinho.
- Aumento do conflito entre moradores e praticantes de atividades esportivas na praia e na água.
- Especulação e interesses de instalação de grandes empreendimentos.

### **Cenário desejado**

- Aprimorar o padrão de urbanização existente.
- Alargamento da faixa de areia com objetivo de proteção costeira e disponibilidade de espaço para usos múltiplos e recuperação de restinga.
- Planejamento e ordenamento das atividades esportivas e usos diversos.
- Ampliação das calçadas, ampliação de faixa de areia para eventos multiusos e banho/lazer.
- Conjunto de infraestruturas e equipamentos de praia com acessibilidade.
- Manter 2 faixas de rodagem. Criar 1 faixa de serviço. Criar duas 2 faixas (corrida e ciclos).
- Estruturas subterrâneas de contenção de alagamentos/drenagem.
- Incremento e criação de postos guarda vidas, saúde, estrutura de apoio para atividades esportivas e turísticas.
- Melhoria na mobilidade urbana.
- Recuperação da qualidade de água do rio Camboriú e da enseada de Camboriú.
- Manutenção da pesca artesanal, atividade permanente de desassoreamento do rio Camboriú.
- Ordenamento das atividades e tráfego/fundeio de embarcações no espelho d'água.

- Restrição a implantação de estruturas, atividades portuárias e de grande porte que venham alterar as configurações locais.
- Controle de “blooms” de espécies marinhas exóticas e invasoras.
- Criação do parque linear do rio Camboriú e manutenção dos ecossistemas adjacentes.

#### 4.2.2. Trecho 2.2. – Praia Central

##### **Cenário atual**

- Área bastante urbanizada com edifícios de alto gabarito.
- Contempla sistema de tratamento de esgoto, coleta de lixo e drenagem urbana. Sofre com eventos de maré cheia e ressacas associado a período de chuva, porém com menor intensidade que o trecho 2.1.
- Apresenta avenida beira mar, quiosques, equipamentos turísticos e mobiliários urbano, ciclo faixa e atividades de hotelaria, gastronomia (bares e restaurantes).
- Praia com elevada densidade de usuários.
- Múltiplas atividades esportivas na faixa de areia e atividades náuticas.
- Presença de arribadas de organismos marinhos exóticos, eventos artísticos e esportivos (arenas de eventos) e turismo de sol e mar.
- Atividades de pesca artesanal, estruturas precárias de apoio à pesca artesanal.
- Construção do molhe do rio Marambaia.

##### **Cenário tendência**

- Adensamento da ocupação urbana por edifício de elevado gabarito, saturação do sistema viário.
- Incremento do processo de erosão praias e degradação da avenida e calçada por eventos de ressaca e marés. Perda da qualidade paisagística.
- Incremento de atividades turísticas e náutica.
- Perda da qualidade de água do rio Marambaia.

- Aumento do conflito entre usuários de praia e praticantes de atividades esportivas na praia e na água.
- Especulação e interesses de instalação de grandes empreendimentos.
- Aumento da Exploração comercial inadequada de atividades náuticas e esportivas e vendedores ambulantes.
- Aumento no conflito de uso na ciclofaixa e nas calçadas.

### **Cenário desejado**

- Aprimorar o padrão de urbanização existente.
- Alargamento da faixa de areia com objetivo de proteção costeira e disponibilidade de espaço para usos múltiplos e recuperação de restinga.
- Planejamento e ordenamento das atividades esportivas e usos diversos.
- Ampliação das calçadas, ampliação de faixa de areia para eventos multiusos e banho/lazer.
- Conjunto de infraestruturas e equipamentos de praia com acessibilidade.
- Manter 2 faixas de rodagem. Criar 1 faixa de serviço. Criar duas 2 faixas (corrida e ciclos).
- Estruturas subterrâneas de contenção de alagamentos/drenagem.
- Incremento e criação de postos guarda vidas, saúde, estrutura de apoio para atividades esportivas, turísticas e de salvamento com embarcação.
- Melhoria na mobilidade urbana.
- Recuperação da qualidade de água do rio Marambaia e da enseada de Camboriú.
- Manutenção da pesca artesanal.
- Ordenamento das atividades e tráfego/fundeio de embarcações no espelho d'água.
- Restrição a implantação de estruturas, atividades portuárias e de grande porte que venham alterar as configurações locais.
- Controle de “blooms” de espécies marinhas exóticas e invasoras.
- Criação do parque linear do rio Marambaia e manutenção dos ecossistemas adjacentes.

### 4.3. Unidade 03

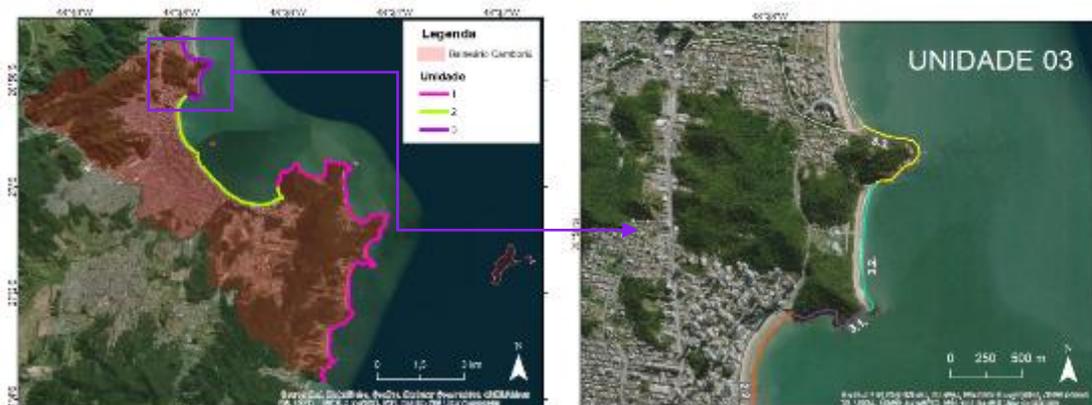


Figura 41 – Unidade 03 –Praia dos Amores.

#### 4.3.1. Trecho 3.1. – Pontal Norte (3.1, 3.2, 3.3)

##### **Cenário atual**

- Área de baixa ocupação, coberta por vegetação.
- Passarelas e trilhas de acesso.
- Equipamentos públicos, de lazer, segurança e uma residência e uma edificação mista.
- O trecho é composto por costão rochoso e pequena faixa de areia (prainha).
- Uso de pesca amadora.

##### **Cenário tendência**

- Aumento da visitação.
- Implantação de equipamentos turísticos.
- Perda de vegetação por uso irregular.
- Diminuição da segurança.

##### **Cenário desejado**

- Manter a área de baixa ocupação, manter a cobertura vegetal.
- Manter as passarelas e aprimorar as trilhas de acesso.

- Manter os equipamentos públicos, de lazer e segurança.
- Transformar as edificações existentes em estruturas de uso público.
- Manter as características naturais e paisagística do local.
- Uso de pesca amadora.
- Aumento da visitação.
- Implantação de equipamentos turísticos.
- Aumentar a segurança.
- Manutenção das características naturais da praiha recuperando a qualidade da água.

#### 4.3.2. Trecho 3.2. – Praia do Buraco

##### **Cenário atual**

- Praia bem preservada.
- Presença de um hotel de alto padrão que dificulta o acesso público de carro.
- Faixa de areia em frente ao hotel sendo utilizada exclusivamente pelos hóspedes do hotel.
- Não possui infraestrutura para usuários que não estão hospedados no hotel.

##### **Cenário tendência**

- Que o trecho continue sendo explorado apenas pelo hotel, podendo gerar conflitos com usuários que não estão hospedados no hotel.
- Manter o ambiente preservado considerando que o hotel é proprietário da maior parte do trecho.

##### **Cenário desejado**

- Manutenção do ambiente natural preservado.
- Implantação de infraestrutura básica para atendimento aos turistas que não estão hospedados no hotel.
- Resolução do conflito de uso da faixa de areia em frente ao hotel, permitindo que qualquer usuário possa ficar nessa área.

- Que seja melhorado o acesso para praia para quem vai de carro.

#### 4.3.3. Trecho 3.3. – Praia dos Amores

##### **Cenário atual**

- Trecho com costão rochoso (morro do careca), porém, com residências na parte próxima a estrada da Rainha.
- Morro do careca é utilizado como mirante e ponto de decolagem para voo livre Ambiente relativamente bem preservado.

##### **Cenário tendência**

- A tendência é o aumento do número de residências nos lotes ainda disponíveis no bairro.
- Aumento no número de turistas e usuários no morro do careca, buscando a contemplação da natureza e prática de voo livre.
- Maior pressão na vegetação existente no morro do careca.

##### **Cenário desejado**

- Que se mantenha uma ocupação ordenada.
- Que o morro do careca seja preservado e dotado de infraestrutura para os turistas.
- Que a vegetação nativa do morro seja mantida.

## 5. AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS

Totalizaram 124 ações e medidas elencadas para a resolução dos 84 problemas identificados, apresentadas de forma completa na tabela do PGI constante no dossiê. Os quadros com a i) síntese dos problemas dos trechos e ações relacionadas (“Quadro 4”), e com as ii) ações e medidas, finalidade, duração e responsável (“Quadro 5”), são apresentados no Anexo 17 e Anexo 18, respectivamente, bem como no apêndice 3. Neste sentido, abordamos aspectos gerais para um panorama sobre o número de ações e medidas previstas por trecho e as mais recorrentes.

Os trechos 1.4. e 2.1. são os que compreendem maior número de ações e medidas, 31 e 30 respectivamente, e também estão entre os com maior número de problemas, corroborando com o resultado obtido. O trecho 3.1. é o com o menor número de ações previstas (4), seguido pelo 1.9. Taquarinhas, com nove ações previstas, o que está de acordo com o levantamento dos problemas, que também são poucos para estes trechos. Na Figura 42 é apresentado o número de ações e medidas por trecho de planejamento analisado com o Projeto Orla BC.

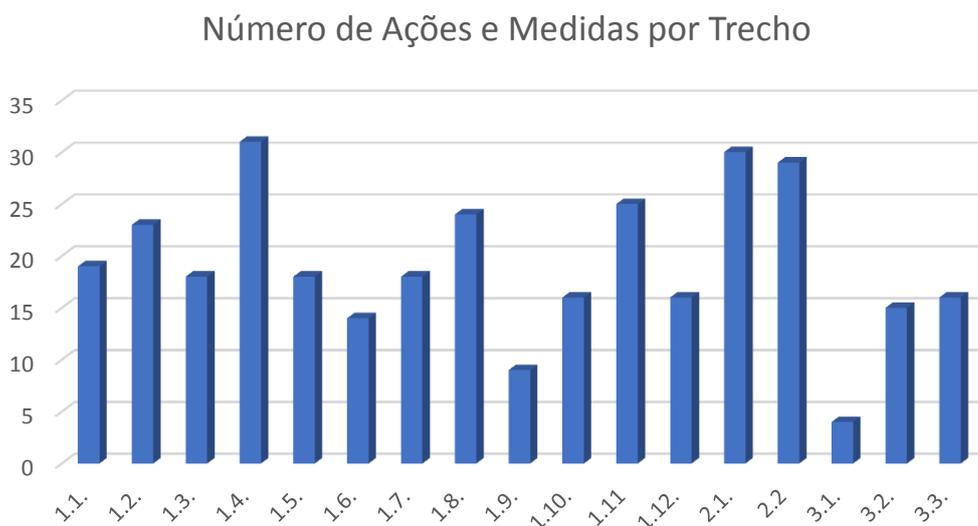


Figura 42 – Gráfico com o número de ações e medidas definidas por trecho de orla de BC.

Como pode ser observado na Tabela 4, das 124 ações e medidas, quatro devem ser empregadas em 64,7% dos trechos (11), são elas:

- Remoção de espécies exóticas;

- Cercamento de áreas a serem recuperadas;
- Reintrodução de espécies nativas;
- Campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas.

Outras 11 ações e medidas recorrem em 41,2% dos trechos (7): Campanha de educação ambiental e conscientização; Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio; Implantação do Programa Lixo fora d'água; elaboração de projetos para utilização dos materiais trazidos pelo mar; Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes; Programa de monitoramento de recursos hídricos; Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e interpraiais; Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região; Instalação de infraestruturas informativas; Incremento da fiscalização ambiental marinha; e Elaboração e implementação do Planejamento Espacial Marinho (Tabela 4).

Tabela 4 – Ações e medidas recorrentes para 64,7% e 41,2% dos trechos de orla de BC. 1= presente; 0 = ausente.

N	AÇÕES E MEDIDAS	1.1.	1.2.	1.3.	1.4.	1.5.	1.6.	1.7.	1.8.	1.9.	1.10.	1.11.	1.12.	2.1.	2.2.	3.1.	3.2.	3.3.	Trecho / Ação	%
102	remoção de espécies exóticas;	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	11	64,7
103	cercamento de áreas a serem recuperadas;	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	11	64,7
104	Reintrodução de espécies nativas.	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	11	64,7
105	campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas.	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	11	64,7
109	Campanha de educação ambiental e conscientização	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
112	Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
113	Implantação do Programa Lixo fora d'água.	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
114	elaboração de projetos para utilização dos materiais trazidos pelo mar.	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
115	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
116	Programa de monitoramento de recursos hídricos	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2

117	Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e interpraiais	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	7	41,2
118	Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	7	41,2
119	Instalação de infraestruturas informativas	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	7	41,2
120	Incremento da fiscalização ambiental marinha	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	7	41,2
122	Elaboração e implementação do Planejamento Espacial Marinho	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	7	41,2

Ações e medidas como: Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (servidões e passarelas); Educação e conscientização da comunidade local e turísticas; criação de um *dog park* na APA Costa Brava; Castração/vacina e fiscalização; Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo; Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas; Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus, são citados para 29,4% (5) dos trechos de BC. E outras seis ações são citadas para 23,5% dos trechos (Tabela 5):

- Demarcação de locais para estacionamento público;
- Estímulo ao transporte alternativo (ciclovias, transporte público);
- Instalação de paraciclos/bicicletário;
- Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva;
- Instalação de placas informativas sobre o tema;
- Implantação de boias sinalizadoras.

Tabela 5 – Ações e medidas recorrentes para 29,4% e 23,5% dos trechos de orla de BC.

N	AÇÕES E MEDIDAS	1.1.	1.2.	1.3.	1.4.	1.5.	1.6.	1.7.	1.8.	1.9.	1.10.	1.11.	1.12.	2.1.	2.2.	3.1.	3.2.	3.3.	Trecho / Ação	%
4	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (servidões e passarelas).	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	5	29,4
16	Educação e	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	5	29,4



## 6. SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES

A história da Zona Costeira (ZC) brasileira tem início a partir da década de 1960. A Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM) foi criada em 1974, para implementar programas de Zoneamento da ZC junto aos órgãos estaduais (Gruber et al., 2003). No Brasil, a ZC é Patrimônio Nacional conforme os termos do § 4º do art. 225 da Constituição Federal, devendo ter uma ocupação e exploração sustentável (Brasil, 1988a).

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, Lei nº 7.661/88, Decreto nº 5.300/04, define ZC como o espaço geográfico de interação do ar, mar e terra, composta por uma faixa marítima e uma terrestre (BRASIL, 1988b). Estabelece o limite o espaço de 12 milhas náuticas medidas a partir da linha de base, para a faixa marítima, como e, o espaço ocupado pelos municípios que sofrem influência direta dos fenômenos costeiros, para a faixa terrestre (Brasil, 2004) (Figura 43).

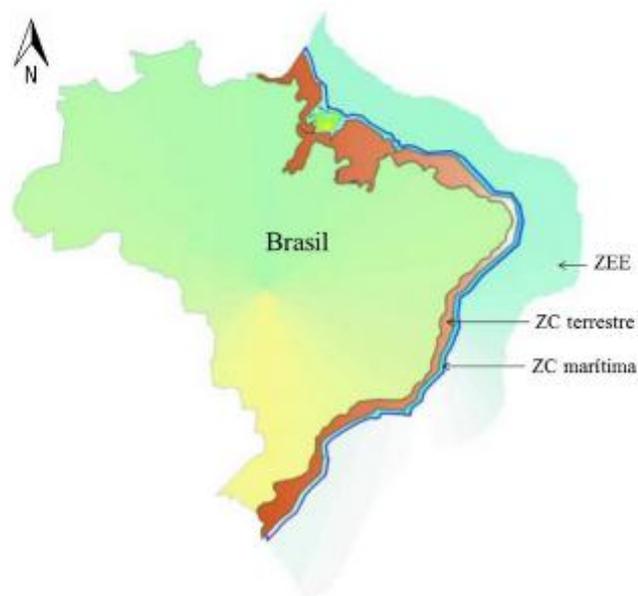


Figura 43 - Delimitação da ZC brasileira: faixa terrestre, faixa marítima e Zona Econômica Exclusiva. Fonte: Cristiano (2014) adaptado de MMA/SQA (2002).

Na ZC está inserida a orla marítima, que consiste em uma unidade geográfica de interface entre a terra e o mar, com fenômenos de ambos os ambientes em interação (BRASIL, 2004). Na ZC inserem-se também os terrenos de Marinha, que correspondem a uma faixa de 33 m, medidos para a

terra da posição da linha da preamar média de 1831, em áreas situadas no continente, na costa marítima e nas margens dos rios, lagos e as que contornam as ilhas, situadas em zona onde se sinta influência das marés (BRASIL, 1946).

A Lei Nacional do Gerenciamento Costeiro institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), que estabelece normas para a gestão da costa brasileira. É responsabilidade do PNGC a gestão da costa, sua proteção ambiental e orientação para a utilização racional dos recursos naturais, para a elevação da qualidade de vida, e a proteção do patrimônio; e instrumentos (BRASIL, 1988B). O Segundo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II) busca adequar o PNGC as novas demandas. O PNGC II estabelece a descentralização da gestão da ZC (CIRM, 1997).

A Lei Nacional de Gerenciamento Costeiro especifica ainda que estados e municípios poderão instituir seus próprios Planos de Gerenciamento Costeiro, através de lei, conforme normas e diretrizes do PNGC e o disposto na lei. O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (GERCO/SC) de Santa Catarina foi legalmente instituído em 2005.

Dentre os instrumentos legais disponíveis para a gestão do ambiente costeiro brasileiro destacamos o Projeto Orla, que consiste em uma ação integrada do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria do Patrimônio da União, para aperfeiçoar o ordenamento da orla, compatibilizando políticas ambiental, urbana e patrimonial. Os limites de orla e classificações definidas no Projeto Orla são regulamentados pelo Decreto Federal nº 5300 de 8 de dezembro de 2004.

O Projeto Orla está inserido no Plano de Ação Federal da Zona Costeira (PAF-ZC) desde sua segunda versão (2005). Este documento visa o planejamento de ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na zona costeira, buscando responsabilidades compartilhadas de atuação e estabelecendo o referencial acerca da atuação da União na região.

## 6.1. Base legal existente que permita implantar as ações normativas

O Brasil possui uma a série de normas, leis, decretos e resoluções que, regulam usos e atividades na costa, além da Lei Nacional de Gerenciamento Costeiro (Scherer et al., 2009).

### 6.1.1. Legislação Federal

Constituição de 1988

#### **Leis**

Lei 7.661/88 - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)

Lei 9.636/98 - Lei Patrimonial da União

Lei nº 9.795/1999- Institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Lei nº 9.985/2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

Lei nº 9.984/2000- Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA.

Lei nº 10.257/2001- Estatuto da Cidade.

Lei nº 10.233/2001- Dispõe a reestruturação de transportes aquaviários e terrestres e cria o Conselho Nacional de Integração de Política de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Lei nº 11.428/2006 - Dispõe sobre a utilização e proteção de vegetação nativa do Bioma de Mata Atlântica.

Lei nº 11.445/2007 – Institui as Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico.

Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Instituto Chico Mendes; e dá outras providências.

Lei nº 12.305/2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Lei nº12.651/2012 – Código Florestal

Lei 13.139/2015 - Lei Patrimonial da União

Lei 13.240/2015 - Lei Patrimonial da União

#### **Decretos**

Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1934 - Código de Águas.

Decreto nº 85.206, de 25 de setembro de 1980. Altera o artigo 8º do Decreto nº 76.389, de 3 de outubro de 1975, que dispõe sobre as medidas de prevenção e controle da poluição Industrial.

Decreto nº 3.725/2001 – Regulamenta a Lei nº 9636/98.

Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza SNUC, e dá outras providências.

Decreto nº 4.281/2002 - Regulamenta a lei 9.795/1999.

Decreto Federal que Regulamenta o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. 2004. Decreto n. 5.300 de 07 de dezembro de 2004.

Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004. Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.

Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.

Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

### **Portarias**

Portaria 113/2017 - Aprova o Termo de Adesão à Gestão de Praias (TAGP)

Parecer jurídico que aprova a minuta do TAGP

Portaria 4.192/2018 - Institui o Núcleo de Gestão de Praias na SPU (NUGEP)

Portaria 6.446/2018 - Altera a Portaria 4.192/2018

Portaria 1/2014 - Normatiza as Permissões de Uso para Eventos em áreas da União

Portaria 440/1996 - Institui o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-Gerco)

## **Resoluções**

CIRM. Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (1997).  
Resolução n. 5, de 03 de dezembro de 1997.

### 6.1.2. Legislação Estadual

#### **Leis**

Lei nº 11.986, de 12 de novembro de 2001. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza e adota outras providências.

Lei n. 13.553, de 16 de novembro de 2005. Institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Lei Nº 14.675/2009 – Institui o Código do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

#### **Decretos**

Decreto n. 3.077, de 20 de abril de 2005 Institui a Comissão Estadual para o Desenvolvimento do Projeto Orla

Decreto n. 4.015, de 16 de fevereiro de 2006. Altera o Decreto n. 3.077, de 20 de abril de 2005.

Decreto n. 5.010, de 22 de dezembro de 2006. Regulamenta o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

### 6.2. Base Institucional Local para Executar as Ações Previstas

Secretaria Municipal de Controle Governamental e Transparência Pública

Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Inclusão Social

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Municipal da Fazenda

Secretaria Municipal de Gestão Administrativa

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Secretaria Municipal de Obras

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Gestão Orçamentária

Procuradoria-Geral do Município  
Secretaria Municipal de Saúde  
Secretaria Municipal de Segurança Pública  
Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico  
Empresa Municipal de Água e Saneamento (EMASA)  
Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Balneário Camboriú (COMPUR)  
Batalhão de Polícia Ambiental

### 6.3. Fóruns de decisão existentes no município

#### **Legislativo**

Câmara Municipal de Balneário Camboriú

#### **Conselhos Administrativos**

Conselho da Cidade

Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA

Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta

Conselho Municipal de Contribuintes

FUNSERVIR - Conselho Administrativo

Conselho Gestor do BC Criativo

#### **Conselhos de Direito**

Conselho de Acompanhamento do Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB

Conselho de Alimentação Escolar - CAE

Conselho da Comunidade - CCCBC

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMH

Conselho Municipal de Defesa do Consumidor (art. 19) - CONDECON

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos Humanos - CMDH

Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência- CMDPD

Conselho Municipal de Direitos da Mulher - COMUM  
Conselho Municipal de Educação - CONSEME  
Conselho Municipal de Esportes de Balneário Camboriú - CMEBC  
Conselho Municipal da Economia Solidária - CMES  
Conselho Municipal do Idoso de Balneário Camboriú - CMIBC  
Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA  
Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC  
Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD  
Conselho Municipal de Proteção Animal - COMPA  
Conselho Municipal da Juventude - COMJUV  
Conselho Municipal da Saúde - COMUS  
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEAN  
Conselho Municipal de Segurança e Incolumidade Pública - COMSEP  
Conselho Municipal de Trânsito (art. 63 a 65) - COMTRAN  
Conselho Municipal de Turismo - COMTUR  
Conselho Municipal de Relações Internacionais e Federativas - CMRIF  
Conselho Municipal de Transparência e Controle Social - CMTC

#### 6.4. Instrumentos Gerenciais e Normativos Locais Existentes

- Lei Orgânica do Município de Balneário Camboriú - A Constituição do município fornece suporte legal a todas as ações e diretrizes municipais a serem implementadas no processo de construção do Planejamento Urbano, desenvolvimento, proteção ambiental, administração pública entre outros.
- Lei Municipal nº: 301/1974 - Código de Obras.
- Lei Nº 2686, de 19 de dezembro de 2006 - "Dispõe sobre a revisão do plano diretor do município de Balneário Camboriú".
- Lei Nº 2794, de 14 de janeiro de 2008. "Disciplina O Uso E A Ocupação Do Solo, As atividades de urbanização e dispõe sobre o parcelamento do solo no território do município de Balneário Camboriú."
- Lei municipal nº 2494/2008 – Dispõe sobre usos e ocupação do solo e parcelamento.

- Decreto Nº 9.429, de 06 de junho de 2019. "Cria a Comissão do "Projeto Orla", nomeia seus integrantes, e dá outras providências".
- Lei nº 1985 de 12 de julho de 2000 - cria a Área de Proteção Ambiental Costa Brava"- APA, e dá outras providências
- Decreto nº 7876, de 24 de agosto de 2015 - nomeia membros do conselho gestor da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava - APA, e dá outras providências.
- Decreto Nº 8121, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre a denominação da Costa das Orquídeas, e dá outras providências.
- TAGP.

## 6.5. Material técnico-científico disponível

No dossiê da orla d BC são disponibilizados alguns materiais relevantes de conhecimento técnico e científico existentes para a orla em questão como:

- PGI 2003,
- Artigos científicos,
- Plano de Manejo Preliminar da APA Costa Brava,
- Instrumentos/Planos estaduais,
- Legislação,
- Etc.

### 6.5.1. Referências citadas

AMFRI - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ. 2019. RELATÓRIO DE CONSULTORIA. Oficinas para a IIa Revisão do Plano de Gestão Integrada (PGI) do Projeto Orla de Balneário Camboriú. 25p.

Balneário Camboriú. 2003. PLANO DE INTERVENÇÃO NA ORLA MARÍTIMA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Versão preliminar. 89p.

Balneário Camboriú. 2015. Prefeitura. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico Disponível em: <http://www.secturbc.com.br/tb2013/pt-br/dicas>.

- Balneário Camboriú. 2018. Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA – Costa Brava. Ecolibra: 708p.
- Balneário Camboriú. 2019. Estaleiro e Estaleirinho são aprovadas novamente por júri nacional do Bandeira Azul. Disponível em [https://www.bc.sc.gov.br/imprensa\\_detalhe.cfm?codigo=25656](https://www.bc.sc.gov.br/imprensa_detalhe.cfm?codigo=25656)
- Balneário Camboriú. 2019. Relatório anual do TAGP. 101P.
- Bandeira Azul. 2019. As Praias do Estaleiro e do Estaleirinho hastearam Bandeira Azul na TEMPORADA 2018/2019 [www.bandeiraazul.org.br](http://www.bandeiraazul.org.br)
- Brasil- Governo Federal. 1988a. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Brasília, DF. <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7661.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7661.htm)>> Acesso em jan. 2018.
- Brasil- Governo Federal. 1988b. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>> Acesso em jan. 2018.
- Brasil. 2004. Decreto Federal que Regulamenta o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro Decreto n. 5.300 de 07 de dezembro de 2004. Brasília, DF: Senado, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/D5300.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5300.htm)> Acesso em: 20 abr. 2012.
- CIRM. Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (1997). Resolução n. 5, de 03 de dezembro de 1997. Brasília, DF: Comissão Interministerial de Recursos do Mar, 1997. Disponível em: <[www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=13&lang=>](http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13&lang=>)> Acesso em: 20 abr. 2012.
- Cristiano, S.C. 2014. Diagnóstico Ambiental Como Subsídio Para O Planejamento Costeiro: Abordagem sobre os Conflitos de Uso na Orla do Balneário Camacho, Jaguaruna/SC. Dissertação de mestrado – PPGGEO/UFRGS. 83p.
- Dias, G.F. Pegada ecológica e sustentabilidade humana. São Paulo: Gaia, 2002.
- Ferreira, J.C.; Silva, L.; Polette, M. (2009) – The Coastal Artifilization Process. Impacts and Challenges for the Sustainable Management of the Coastal

- Cities of Santa Catarina (Brazil). Journal of Coastal Research (ISSN 0749-0258), SI(56):1209-1213. Disponível online em [http://e-geo.fcsh.unl.pt/ics2009/\\_docs/ICS2009\\_Volume\\_II/1209.1213\\_J.C.Ferreira\\_ICS2009.pdf](http://e-geo.fcsh.unl.pt/ics2009/_docs/ICS2009_Volume_II/1209.1213_J.C.Ferreira_ICS2009.pdf)
- GERCOS/SC. Entendendo o processo de gerenciamento costeiro para o litoral de Santa Catarina. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente. Florianópolis, 2004.
- Gruber, N. L. S.; Barboza, E. G.; Nicolodi, J. L. Geografia dos Sistemas Costeiros e Oceanográficos: Subsídios para Gestão Integrada da Zona Costeira. Gravel, v. 1, p. 81-89, 2003.
- MMA; MPOG - Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2002) – Projeto Orla: Fundamentos para Gestão Integrada. 74p., Secretaria de Qualidade Ambiental, Secretaria do Patrimônio da União, Brasília, DF, Brasil. Disponível online em [http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/arquivos/11\\_04122008111238.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/arquivos/11_04122008111238.pdf)
- MMA; MPOG - Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2005) – Projeto orla: guia de implementação. 36p., Secretaria de Qualidade Ambiental, Secretaria do Patrimônio da União, Brasília, DF, Brasil. Disponível online em [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spu/publicacoes/081021\\_pub\\_projorla\\_guia.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spu/publicacoes/081021_pub_projorla_guia.pdf)
- Polette, M. Turismo e indicadores ambientais: uma chance para alcançar a sustentabilidade? In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO ECONÔMICOS DO PANTANAL. 4., 2004, Corumbá, MS. Anais... Mato Grosso do Sul: SAIMPAN, 2004. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/palestras/MarcusPolette.PDF>>
- Polette, M.; Silva, L.P. 2003 - GESAMP, ICAM e PNGC - Análise comparativa entre as metodologias de gerenciamento costeiro integrado. Ciência e Cultura (ISSN:0009-6725), 55(4):27-31, Campinas, SP, Brasil. Disponível online em <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v55n4/a17v55n4.pdf>

Portmann, M.E; Dalton, T.M.; Wiggin, J. 2015. Integrated Coastal Zone Management: Is It Past Its Prime? Environment Magazine, 57(2): 28-36.

SPG/SC - Secretário de Estado do Planejamento de Santa Catarina. 2010. Implantação do plano estadual de gerenciamento costeiro. Fase I 1. Plano de Gestão Setor Litoral Centro-Norte. 81p.

## 7. CRONOGRAMA GERAL

O cronograma para um ano de execução é apresentado no Anexo 19. Ademais, o cronograma geral está disponível dividido nos apêndices 1 e 4, e em sete (07) períodos abaixo:

- Imediato a 6 meses – curto prazo (Tabela 6);
- Permanente – curto prazo (Tabela 7);
- Até 18 meses – curto prazo (Tabela 8);
- Até 24 meses – médio prazo (Tabela 9);
- Até 36 meses – médio prazo (Tabela 10);
- Até 48 meses – longo prazo (Tabela 11);
- Outros prazos (Tabela 12).

Tabela 6 - Cronograma Imediato.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
124	Promover atividade de fiscalização sanitária nas edificações próximas da lagoa	Imediato	VISA
45	Solicitar ao IMA que seja incluído esse trecho na coleta e análise de água	Imediato	Sec de Meio Ambiente
83	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;	Imediato e permanente;	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras
99	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;	Imediato e permanente;	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras
58	Contemplar no plano municipal do turismo ações para promoção da localidade	até dezembro 2019	Secretaria do Turismo; CGM - PO; Associação de moradores
74	Buscar o Termo de ajustamento de conduta no MP Federal para manter as estruturas atuais até o engordamento da praia;	até 3 meses	Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Município e secretarias; SPU;
15	Inserir o passeio turístico interpraias na rota do Citytour.	até 6 meses	Secretaria de turismo, Sec de Meio Ambiente; Conselho gestor da APA; CGM - PO
46	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO
50	Solicitar ao poder público esclarecimentos dos possíveis impactos negativos da costa da APA	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação dos moradores do Estaleiro
62	Regularização do trapiche buscando a harmonia entre uso público e privado	até 6 meses	Sec turismo e Sec de meio ambiente, Colônia de pescadores
67	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas no acesso público (rondas na prainha e no costão);	até 6 meses	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Seguraça; AME

73	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO
23	Ativação da rede coletora de esgoto da rua Jacarandá	até 6 meses	
21	Fiscalização da ligação das residências na rede coletora (escolas, igreja, etc).	até 6 meses.	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária
64	Instalar mais postos guarda vidas;	até 6 meses;	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Seguraça; AME
66	Instalação de um posto de vigilância (guarda ambiental municipal);	até 6 meses;	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Seguraça; AME
14	Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércios, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo;	até 6 meses;	Secretaria de turismo, Sec de Meio Ambiente; Conselho gestor da APA; CGM - PO
63	Instalação de bóias (200m);	até 6 meses;	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Seguraça; AME
65	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas;	até 6 meses	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Seguraça; AME
5	Oficiar o hotel existente, solicitando o cumprimento da legislação patrimonial em relação a área comum de uso do povo.	até 06 meses	Sec de Meio Ambiente, SPU/SC,
6	Implantar sinalização informativa sobre a área de uso comum do povo.	até 06 meses	Sec de Meio Ambiente, SPU/SC,
7	Poder público municipal solicitar a SPU intervir/fiscalizar o uso irregular dos terrenos de marinha de área comum do povo (hotel).	até 06 meses	Sec de Meio Ambiente, SPU/SC,
8	Ação de fiscalização pelos fiscais de postura municipais objetivando o cumprimento da legislação em vigor	até 06 meses	Sec de Meio Ambiente, SPU/SC,
24	Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão.	até 06 meses	Procuradoria da PMBC; e VISA
25	Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes	até 06 meses	
60	Propor no legislativo municipal projeto de lei a destinação de valor (sugestão mínima de 50%) do recurso repassado com a TGP (Termo de Gestão de Praia) para a aplicação das ações do Projeto Orla.	Elaborar o projeto de lei em até 06 meses	Procuradoria do Município e Câmara de Vereadores.

Tabela 7 - Cronograma Permanente.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
26	Solicitar aumento do efetivo para ronda e fiscalização no trecho.	Permanente	Sec. De Segurança pública e PMSC
31	Buscar garantir o acesso adequado para a retirada do pescado.	Permanente	Sec de Meio ambiente e Sec de Planejamento
37	Criar alvará específico com limite por	Permanente	Sec da receita

	praia;		
38	regularização e revisão do número de pontos de milho e churros	Permanente	Sec da receita
68	solicitar o aumento do policiamento militar na área;	permanente	CGM - PO; PMSC
69	solicitar maior efetividade de ronda da guarda municipal	permanente	CGM - PO; PMSC
98	Elaborar programa de educação ambiental	Permanente	Sec de Meio Ambiente
109	Campanha de educação ambiental e conscientização	Permanente	Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; CGM-PO
110	Aumento de Fiscalização policial.	Permanente	Sec. Segurança Pública; PM; CGM- PO
111	Criação e fortalecimento da rede de vizinhos	Permanente	Sec. Segurança Pública; PM; CGM- PO
112	Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.	Permanente	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO
115	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes	Permanente	Sec. De Segurança Pública; PM; Polícia Ambiental; CGM-PO
120	Incremento da fiscalização ambiental marinha	Permanente	PM ambiental; guarda municipal ambiental; IMA; IBAMA; Colonia de pesca
121	Incremento da fiscalização ambiental marinha (CP)	Permanente	Sec. Meio Ambiente; CP; CGM-PO

Tabela 8 - Cronograma de 01 ano.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
108	Cobrar limpeza pública	até 12 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras;
44	Instalação de acesso suspenso sobre a vegetação de restinga (mariscal);	até 12 meses	Sec Meio Ambiente; Sec obras; CBM
82	Elaborar e executar o PRAD;	Até 12 meses	Sec do Meio Ambiente, Sec de Planejamento e CGPO
85	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva;	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO
86	Instalação de placas informativas sobre o tema;	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO
113	Implantação do Programa Lixo fora d'água.	Até 12 meses	Sec. Meio ambiente; Sec. Cultura; Sec. Educação; Sec. Turismo; Instituições de ensino; CGM-PO
114	elaboração de projetos para utilização dos materias trazidos pelo mar.	Até 12 meses	Sec. Meio ambiente; Sec. Cultura; Sec. Educação; Sec. Turismo; Instituições de ensino; CGM-PO
116	Programa de monitoramento de recursos hídricos	Até 12 meses	Sec Meio ambiente; Comitê de bacias; Instituições de ensino; EMASA; CGM-PO
118	Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região	Até 12 meses	Sec. Segurança Pública; PM; CGM- PO
119	Instalação de infraestruturas informativas	Até 12 meses	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de

			ensino; CGM-PO
123	Implantação de bóias sinalizadoras	Até 12 meses	CBM; CP; Sec. Meio Ambiente;
34	Desenvolver um plano de incentivo das atividades culturais tradicionais di local	até 12 meses e permanente	Sec de turismo e Sec de Meio Ambiente
22	Ação de limpeza e revitalização da lagoa.	até 12 meses.	
88	Editar normativo para regulamentar e disciplinar a lei 3907/16 (lei municipal) a fim de estabelecer regra e parâmetros para publicidade, prevendo padrões, tamanho e quantidade;	até 12 meses.	Sec. Do Meio Ambiente; Sec. De Planejamento
89	fiscalizar a instalação de publicidade na praia;	até 12 meses.	Sec. Do Meio Ambiente; Sec. De Planejamento
32	Solicitar a SPU levantamento de RIP(Registro Imobiliário Patrimonial) em toda faixa de terreno de marinha do trecho;	Até 12 meses;	SPU; CGM - PO
10	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar
49	Construção de banheiro público para pescadores artesanais e turistas	até 18 meses (prioridade)	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária; Sec Obras
81	Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar

Tabela 9 - Cronograma de 02 anos.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
3	Adequação do acesso norte da praia (morro do Careca).	até 24 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
9	Projetos para dragagem contemplando a periodicidade das dragagens	até 24 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; ConSegMar; Colonia de Pesca
33	elaborar um estudo de capacidade de carga de turistas;	Até 24 meses	Sec de turismo e Sec de meio Ambiente
36	Elaboração de um Plano para regulação dos usos das margens do Rio Camboriú e espelho d'água	até 24 meses	Colonia de pesca; secretaria de Planejamento; secretaria do Meio Ambiente; Captania dos portos; ConSegMar; comitê gestor do Rio Camboriú

48	Plano e execução de arborização das vias ;	até 24 meses	Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA
55	elaboração de um plano de zoneamento das atividades esportivas	até 24 meses	Fundação municipal de esporte; Associação Catarinense de escolas de surf de Balneário Camboriú; Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento
72	Construir um centro de convivência e equipamentos de lazer na antiga estação de tratamento da EMASA	até 24 meses	Sec. Meio Ambiente, Associação dos moradores de Taquaras; Fundação de Esporte; CGM - PO; Fundação de cultura
87	Revisão do código de postura e fiscalização na praia; Instalação de placas informativas	até 24 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Secretaria do Meio Ambiente
122	Elaboração e implementação do Planejamento Espacial Marinho	Até 24 meses	Sec. Meio Ambiente; Sec. Planejamento; SPU; CP
19	Planejar a nova localização e quantidade de canchas de bocha.	até 24 meses.	fundação municipal de esporte; Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento; Associação de bocha
20	retirar as canchas de bocha da faixa de areia;	até 24 meses.	
84	Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;	Até 24 meses.	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras
100	Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;	Até 24 meses.	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras
13	Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da região da APA Costa Brava;	até 24 meses;	Secretaria de turismo, Sec de Meio Ambiente; Conselho gestor da APA; CGM - PO
117	Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e interpraia	Até 24meses	Bombeiros; Sec. Meio Ambiente; Polícia Ambiental; CGM-PO
59	Construção de novo posto guarda vidas com banheiro exclusivo para os bombeiros e banheiros públicos para usuários	até 24 meses	Secretaria de Obras; Corpo de bombeiros militar

Tabela 10 - Cronograma de 03 anos.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
16	Educação e conscientização da comunidade local e turísticas;	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
17	criação de um dog park na APA Costa Brava;	até 36 meses	
18	Castração/vacina e fiscalização;	até 36 meses	

27	criação de um Departamento municipal de Gestão de Pesca;	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores e CGM - PO
28	Reorganizar o espaço de vagas para atracar embarcações nos trapiches público em frente a rua Jardim da Saudade;	até 36 meses	
29	3. Criar mais uma estrutura de apoio náutico a pesca artesanal no trecho entre a Rua Joana Maria e a antiga "fábrica de gelo".	até 36 meses	
43	Cobrar a execução da rede de esgoto;	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária
47	Criação e execução de áreas de lazer arborizadas/urbanizadas nas servidões de acesso à praia	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA
61	Cobrar a execução da rede de esgoto;	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária
102	remoção de espécies exóticas;	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas
103	cercamento de áreas a serem recuperadas;	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas
104	Reintrodução de espécies nativas.	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas
105	campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas.	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas

Tabela 11 - Cronograma de 04 anos.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
93	Desenvolvimento de novos estudos buscando identificar as causas e soluções para este problema	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colonia de Pescadores e CGM - PO

94	Melhorar a qualidade de água do rio Camború;	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colonia de Pescadores e CGM - PO
95	Adequar a estação de tratamento de efluentes líquidos do município (EMASA);	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colonia de Pescadores e CGM - PO
96	estudo da influência do "bota fora" da dragagem do rio Itajaí Açu;	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colonia de Pescadores e CGM - PO
97	Adequar o sistema de drenagem do município	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colonia de Pescadores e CGM - PO
1	Projeto e execução de escadas e passarelas no acesso existente; Placas informativas informando a ausência de guarda vidas e as condições de uso da praia.	até 48 meses	Secretaria de Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
2	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovias, transporte público); Instalação de paraciclos	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO
4	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (servidões e passarelas).	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
11	Instalação de paraciclos	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes
12	Disponibilização de local adequado com infraestrutura (Captania, PMA,	até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Polícia Militar ambiental; Corpo de Bombeiros;
35	Recomposição do estoque sedimentar (reestruturação da faixa de areia); Recomposição da vegetação de restinga;	até 48 meses	secretaria de Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente
39	Fechamento de vias durante o final de semana;	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO
40	elaborar uma campanha de incentivo de transporte alternativo;	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO
41	cobrar melhorias do transporte público;	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO

42	cobrar aprovação e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do transporte público	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO
51	Demarcação de locais para estacionamento público;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO
52	Estímulo ao transporte alternativo (ciclovía, transporte público);	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO
53	Instalação de paraciclos	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO
54	Desenvolvimento de um código ambiental municipal (lei municipal)	até 48 meses	
56	Pavimentar as ruas de acesso à praia	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras;
57	Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; EMASA
70	Instalação de uma base avançada de atendimento de urgência e emergência médica	até 48 meses	CBM; Secretaria de Saúde; Secretaria de Obras; Secretaria de Planejamento
77	Buscar novas alternativas de transporte público;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;
78	Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;
79	Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;
80	Construção de mais unidades de banheiros públicos com parceria público/privado	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento;
101	Ampliação e reestruturação da ciclofaixa e calçadão	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes
106	Buscar novas alternativas de transporte público;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;
107	Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;

Tabela 12 - Cronograma prazos diversos.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
---	-----------------	----------------------	-------------

30	Construção de local adequado para manipulação do pescado e gestão de resíduos da pesca	até 5 anos	Colônia de pesca; secretaria de Planejamento; Epagri; Secretaria de Turismo; secretaria do Meio Ambiente; Compur: Instituto Pronatura
76	Demolir a estrutura fixa e instalar estruturas móveis por 3 meses de acordo com as normas da vigilância sanitária (renováveis por mais 3 meses - permissão de uso) até a engorda da praia;	indeterminado	Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Município e secretarias; SPU;
75	Defender juridicamente a permanência das estruturas na praia até a engorda da praia no caso de notificação para demolição;	indeterminado;	Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Município e secretarias; SPU;
90	Incluir o município na tomada de decisão quanto a empreendimentos no espelho d'água;	até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colônia de Pescadores; CGM - PO
91	Mobilização social e ação civil pública para avaliar a viabilidade do empreendimento;	até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colônia de Pescadores; CGM - PO
92	Considerar o decidido no Projeto Orla frente a instalação de empreendimentos de grande porte no espelho d'água	até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colônia de Pescadores; CGM - PO

## ANEXOS

**Lista de presença da 1ª Reunião da Comissão Técnica do Projeto Orla – Balneário Camboriú**  
**Data : 07 de março de 2019. Local: Sala de reuniões da Secretaria do Meio Ambiente, Parque Raimundo Malta, SC.**

Nome	Entidade	Telefone	Endereço eletrônico
Eduarda Montella	SEMAM	(47) 996443083	projeto.orla@sc.gov.br
Rosilda B. Torres	SEMAM	(47) 99673-8412	projeto.semam@sc.gov.br
Myrma Kotera	SECTOR	142 89942846	maria_kotera@sc.gov.br
PORES RAUOS DE RAUOS	FURB C	(47) 984160180	projetos@furb.sc.gov.br
Leon Nissen	INSTITUTO PD	48.999431212	leon.nissen@pdsc.gov.br
Patrícia Zimmerman	SEMAM	47999322360	oceanografia.semam@sc.gov.br
Silvana de Castro	Comunicação	(54) 53606-6592	silvalima@fcb.com.br
Sérgio Luiz Baltro	SPU Manutenção URBANO	(47) 3262 - 7185	sergioluz@breggi@hahnville.com

**Lista de presença da Apresentação do Plano de Trabalho do Projeto Orla – Balneário Camboriú**  
**Data : 18 de março de 2019, 18:00 hs. Local: Auditório da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, SC.**

Nome	Entidade	Telefone	Enderço eletrônico
Robine Zimmermann	SEMAM	47-33637145	
CARLEI PROJTR.CO	Liga B. Praia	47-88999999	carleis-um-de-pol.com.br
Rodrigo CASARAS	INSTITUTO FIECER	(47) 992276358	rodrygo@fiecerc.com.br
Ignor dos Santos		988447174	osorio@sum.com.br
Eduardo Mout Silva	SEMAN	(47) 3363-7445	magda.serman@seman.gov.br
Ismael da Silva	ASS. NEVA. ESTEREA	999464075	mael.novas@estereva@gmail
Antonia Jean Meiria	WALDON STORE	47 99696-3423	antoniameiria@wds@gmail.com
Paulo Caseca	Wolterley	(47) 996096667	wolterley@terra.com.br
Ynara Karlaivi K. J. Henry	Qimem	47) 999773875	karlaivi@qimem.com.br
MARCIO AROU WACIBRICK	EMBIURE	(47) 99419-9336	marcio.arou@embiture.com
Jose I U Minozzi	Entusiastas	47-33414626	suminuzzi@gmail.com

Lista de presença da Apresentação do Plano de Trabalho do Projeto Orla – Balneário Camboriú  
 Data : 18 de março de 2019, 18:00 hs. Local: Auditório da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, SC.

Nome	Entidade	Telefone	Enderço eletrônico
Cap Rodrigo Sibalony	Capos Bahian	(47) 992 50860	13 Jerni@bahian.sc.gov.br
MARCELO PEREIRA	ASSOC. NAQUAN	11 38820930	cau@naquane.com.br
Valtius Perlima Oliveira	AME	47 99929982	VALTIUS@ameil.com
Andrina Ricardo Favelle	Quidava	99821-2484	andrina_favelle@cid.com.br
RODRIGO NOBRE	Parium	99635-616	RODRIGONOBRE@parium.org
André Furlan Meirinho	CAABC	99949-8380	vereador@caabc.meirinho.com.br
ALEXANDRE MACHADO	TO BRASIL		
Dorivaldo G. Fomutelli	gab. Patrick	999576608	gab@fomutelli.org
Alcides Cruz	Opinaria	47 999250737	
Valter Souza	Verano		
Orlando Achutti	Verano		

**Lista de presença da Apresentação do Plano de Trabalho do Projeto Orla – Balneário Camboriú**

**Data : 18 de março de 2019, 18:00 hs. Local: Auditório da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, SC.**

Nome	Entidade	Telefone	Endereço eletrônico
Jacildo De Lencastre Kleber Antônio Adornal	Sec. de Obras Orçamento	(41) 99654-0582 (41) 99960 1500	Jacildo@camboriu.sc.gov.br Kleber
Zetei	Obras	(41) 996201934	Zetei
Vivian Luis De Souza	Plan. Físico	(41) 99929-3200	Vivian Luis De Souza
Albaiana RENEITA	VENCARDON	(41) 9 91622262	Albaiana
Edna Nissen	SUSMUTON	48 999052212	Edna

Anexo 3 - Lista de Presença 10 de junho de 2019.

Lista de presença - Oficina I do Projeto Orla do Município de Balneário Camboríu			
Data: 10/06/2019 - Local: Sinduscon - BC			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Eduarda Montella	SEMAN - BC	(47) 946443093	paqueta.fernandes@br.sen.gov.br
Spio FRA de Freitas	MTA	(63) 3.2827.2168	spio.fra@torcimgov.br
Mornez Scher	UFSC / UAFECI	(48) 95481645	mscher@ufsc.br
MARIO TETTO	FME	(47) 38831.5330	mpolotetto@gmail.com
Luiz Dai Amador	Tecnia Atividade / Soma	47 99923-9065	luizdai@gmail.com
141450 VILAVIEVES	ASSOC F ADORC	47 99167-2060	141450v@gmail.com
Marcosoma Paul de Araújo Mattos	Assoc. da gente do Continente Intelectual (UAFECI/UFSC)	46922008070	matos.paulo@gmail.com
Marcos Vinícius Caspary de Aguiar	NSO/CIH/Assoc. dos Médicos	982277170	casparvinicius@gmail.com
MARCELO PERON	ASSOC. PONTAL TRAVANCO	71-98803-0730	comune@guerra.org.br
Delaine Kléberson Torres	Projeto de Saúde Criança	47-99158-0089	kléberson@projeto.org.br
Carlesson de Souza	S.P.O.L.C.	48-32519210	carlesson@spolc.org.br
Umarildo C. Moraes	SAUSC	47-32514787	umarildo@sausc.org.br
Luciane Viegas	SECTUR EC	(47) 99146-5494	luciane.viegas@ec.sc.gov.br
KECEA CASTILHO S. ALVES	SQUISC	(47) 32518200	keceacastilho@squsc.org.br
Luiz Otávio	PPGG-UFSC	(53) 981076647	luizotavio@ppgg.ufsc.br
Rebeca da Paqueta	PPG Ciências UFSC	47 99905888	rebeca.paqueta@ppgciencias.ufsc.br
SARA F. R. B. N.	UFSC	42 999656488	sarafrb@ufsc.br
Sérgio Paulo S. Francisco	CBMSE	47 999520390	sergio@cbm.sc.gov.br
Rita C. Duda	UFSC / UAFECI	48 991802931	rita.duda@ufsc.br
SEBASTIÃO LUIZ BACENO	SPU - PMAE	47-32677185	sebastiao@spu.org.br

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Adelino Gaitão Neto	Amfêi	(48) 35989.5259	Kica Geo 02@gmail.com
Tatiana Galkinski	Prata NH Lavouras	47 936582872	To de OBITAVIA . com
Renato Bassani	INSURVEN L.D	47.99943217	RENTO ASSURVED @ GMAIL.COM
Diego B. Moraes	ASSUNSO DEBARRADA	(47) 391980045	diego@barrada14@hotmail.com
Domício B. Gomes	SEMAM	(47) 99035.8912	pagotox.se.mart@br.c.gov
Frederico Savel Ruy	ES P U. S/C	483.884.06688	
Edmar S. Sousa	Ass. Pentes millos	47. 984180499	edmarcm72@hotmail.com
João Edson Lourenço	COLÔNIA DE PESADORA	(47) 996803223	
Jilso Pereira	Bancoeros	(47) 99654593	Frederico@com.se.gov.br
João B. S.	Ruota de Milão	(47) 999-31855	
João C. Oliveira	Instituto Amigos do Petróleo	(47) 9664-5068	joaooliveira@inam.org.br
IE			
MARCIO HENRI WEBER	CAOS SUCESSO NETO	(47) 999199336	MARCIOHWEBER@HOTMAIL.COM
Rogério Almeida	122		

Anexo 4 - Lista de presença de 11 de junho de 2019.

Lista de presença - Oficina 1 do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú			
Data: 11/06/2019 - Local: Hotel Silbara - BC			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Eduarda Mont'Alma	SENA M	(47) 986143083	maurita.montan@br.br.gov.br
maria rosalia B. Colares	SEM M	47999773815	antoniamaria@sem.br
Deidiane Custodiato/Kia	AMEKI	(48) 339735293	Kicagool@gmail.com
VMarcilio C. mout	SPUISC	(47) 330544278	marilia@spuisc.br
Luciana vespere	SECTUR BC	(47) 3946-5494	luciana.vargas@br.sc.gov.br
Luciana Paul de Menezes Pimenta	LAGECI / UFSC	(48) 920008070	matteo.escione@gmail.com
Chelcy GUILHERME A. Pimenta	ACIMM - ADM. MUNICÍPIO BC	47 98881140	chelly@acim.com
MARIO TERRO	FMEBC	47 988345330	marior@fmebc.com
Edi Paulo Stepp Francisco	CBMBC	47-993520390	edip@cbm.br
Carolina Lopes Aguiar	ACES BC	47-999491844	carolina@acesbc.com
Talio Ferey	ACES BC	47-35624-7396	talio@acesbc.com
Waldemar de B. A. B.	ACES BC	47-901016467	waldemar@acesbc.com
Paulo Carlos Malvestri	ACES BC	47-931952131	malvestri@acesbc.com
Tatiana Galvão	PCSA M. Balneário	47 996572872	tg@pcsa.com
Enyri g. m. f. f. f.	PCSA de Balneário	47 992099955	enyri@pcsa.com
Cláudia Moraes	PCSA	47 991260445	claudia@pcsa.com
Divane S. Oliveira	PCSA de BC	47 96383005	divane@pcsa.com
Edmar S. Souza	ASPMIC	47 984180429	edmar@spm.com
Flávia Maria de A. S. P. M. C.	ASPMIC	47 988277170	flavia@spm.com
Flávia de S. S. S.	ASPMIC	47 999833708	flavia@spm.com
Sora F. F. F. F. F.	ASPMIC	47 999833708	sora@spm.com



Anexo 5 – Lista de Presença de 12 de junho de 2019.

Lista de presença – Oficina I do Projeto Orla do Município de Baneário Camboriú			
Data: 12/06/2019 – Horário: 17h às 21h – Local: Associação de Moradores do Estaleiro			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Edson de Azevedo	SEMAN	(47) 996443093	projetos.orla@gmail.com.br
Marcelo Mendes	SEUSC	(48) 33514278	marcelo.mendes@plum.com.br
Marisa T. Cabellen Stora	AMOBAN	47-93642-1731	marisa@acc-srv.br
MARIO TESTO	ENERBC	47-98831-5330	mariberto@gmail.com
Luiz F. Pinzani	PROJETO	41-991453434	luiz.pinzani@gmail.com
Elcio de Lima Filho	AME	(47) 998837177	elf.comercial@gmail.com
Viviane de Sousa	AME	(47) 99949-9662	viviane@gmail.com
Lucas Rosalvi Peroto		(47) 98805-7566	lucaspereira@hotmail.com
Vanessa de Souza	PARA DO POZO	(47) 99979-3700	vanessa@yahoo.com.br
Jose Mauricio Girelamo	PARA ESTALEIRINHO	(47) 99104-0777	mauricio.vendas@terra.com.br
Alcino Sauer	MONTE ESTRELA	47-98889-8976	alcino.sauer@gmail.com
Sora Freitas Trizalis	MTUR	(45) 2623-7688	Sora.Freitas@Toniara.gov.br
Luciana Viegas	SECTUR BC	(47) 98716-5404	luciana.viegas@bcsc.org
José Gilson Vicente	COLÔNIA DE PESCADOR	9968037223	
Sora Freitas	AME	(47) 99889-6764	sorafrs@terra.com
Tainá Galiski	PARA DA LAGUNA	(47) 99652-2872	Taina@terra.com
Marcelo Mendes	SEMAM	(47) 99977-3815	marcelomendes@semam.org
Deleide Cristina Pinto	PMFRT	(48) 338885239	deleide@terra.com
Marcelo Mendes	SEUSC	47-99135-2138	marcelo.mendes@plum.com
Mauricio Luiz de Mattos	LAGOA / UFSC	(48) 92000-8070	matteos.mauricio@gmail.com



Lista de presença – Oficina I do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú			
Data: 13/06/2019 - Local: Hotel Sibara - BC			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Edvardo Mestibellun	SEMAN	(41) 996443093	prof. edvardo.mestibellun@seman.br
Thaís Kallone Lima	Associação	41 99977 3815	thaiskallone@outlook.com.br
São Tiago de Fátima	ATVIA	(61) 2023-7688	SaoTiagoF@Tomsa.gov.br
José Carlos P. M. Jr	Escuela de Superiores	41-931852434	Superiores@outlook.com
Luciana Vercosa	SECUR&C	(41) 99116-5494	luciana.vercosa@bc.sc.gov.br
Melina Cristina Pires (Kiel) Fompe		(48) 93889-5293	Kica.pires@outlook.com
Luís Macleze		(41) 99923-9065	luismac@outlook.com
LENO ALDEN	Associação P.O	41-994431212	lenoalden@outlook.com
MARIO TETTO	AMEBC	41988315330	mario.tetto@amell.com
Marisa T. Goshellon Stark	AMOBAN	41 98642-1233	marisa@ace-str.br
São João Siqueira Francisco	OBMC	41.99820880	saojoao@obm.sc.gov.br
UNIVALDO VIANA	SPUSC	48-32514278	univaldo.viana@spus.gov.br
SERGIO LUIZ BACCIO	SPU - OMBC	41-389992216	sergioluzbaccio@outlook.com
Adriano José Mehlmann	Escuela de Superiores	41.999491844	adriano@superiores.gov.br
Evmaria da Silva	Escuela de Superiores (NESC)	47-997621445	evmaria@superiores.gov.br
PERCECION DA SILVA	ASSOCIAÇÃO DE MÚSICA	988242170	percecion@outlook.com
Edmar S Souza	ASPMIC	984180429	edmar@aspmic.gov.br
João Edmar Viante	CADINIA DE PESCADOR	996863729	joaoedmar@cadinia.gov.br
RAFAEL GALVANI	PRIMA BIA LADYGAS	41/99572892	rafael@primabialadygas.com



Anexo 7 - Lista de presença de 14 de junho de 2019.

Lista de presença - Oficina I do Projeto Orla do Município de Balneário Camború			
Data: 14/06/2019 - 18h as 21h - Local: Associação de Moradores do Estaleiro			
Nome	Entidade	Telefone	Enderço Eletrônico
Ednada Mendelli	SENHAN	(47) 996143083	maria, marcelo, luiz, luiz
Luiz Mariche		(47) 99925-9065	luizmariche@gmail.com
MARILIA MORAIS	SOVISC	48-32514238	marilia.moraes@plangnet
MARILETTO	FME BC	47 988315330	mariletto@fmebc.com
Luciano Veiros	SECTOS	47 3361-8112	luciano@sectos.gov.br
Jean Elias Liconde	COBAMIN DE PESCADOR	996837223	jean@cobamin.com
ALISON SEIZ DUARTE	Associação Moradores Taguara	(47) 996068151	alison@moradores.com
JANUÁRE GALVIS VI	PRIMA DA LANGUINHA	(47) 996572872	januare@prima.com
Sauê de Souza	AME	(47) 99947-4062	sauede@ame.com
Wladimir Castro Oliveira	AME - CONSULTORIA	(47) 999837177	wladimir@ame.com
SEIÃO DE LIMA F	AME	(47) 999837177	seião@ame.com
LUZ F. PIRAVI	PRIMA - GARFEM	41 991452111	luz@prima.com
JOÃO PAULO SILVA FERREIRA	Carisco	47 99520390	joaopaulo@carisco.com
Vitor Buiati Souza	Mareia / Centro	47 99106-3223	vitor@mareia.com
Delmo Alves de Oliveira	MARINA (Estaleiro)	(47) 98408-1471	delmo@marina.com
ERNESTINA SCHENBERG	REPOZICIONAMENTO CASA ESTALEIRO	(47) 99963-0880	ernestina@repositorio.com
ANTENOR VASSILANI	PROPRIETÁRIO RIO-ESTALEIRO	(47) 99983-2562	antenor@riovaleiro.com.br
MARCO ANTONIO SCHREIBER	1º REGISTRO Imóveis de	47 999774578	marco@registro.com.br
AVILDO S. BENEVOIST	PRIMA DO FILHO	47 99663-8888	avildo@prima.com
ANTONIO C. ARAUJO	PRIMA DO PINTO	47-999836280	antonio@prima.com

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
EUAPDO P. DA SILVA	MORAGOR TABAHOAS	47991896267	ASCOAL1967@gmail.com
Adilson Saldanhanha	MORADA ESTRELA	47988648416	adensaldanhanha@hotmail.com
Adelina Cintianna Rita	(King) PMPRI	(48) 338855295	kingpao2@gmail.com
Sônia Rita de Freitas	MTBZ	(62) 2025 7689	SoniaFreitas@Tomsnet.com.br
Sergio Luiz Baiero	SOU - PMBC	(41) 944491218	sergioluizbaiero@hotmail.com
Marcos T. Castellon Stroh	AMOBAN	47-93642.1731	marcos@oce.sr1.br
Mauricio P. de Mattos	LAGED / OFSC	(48) 920008070	matosbuena@gmail.com
Melange Estan de S. Aguiar	MB	(43) 992301482	delafuji.seane@gmail.com
Jafira a.s. (Lith)	N. Oculus	41. 999411767	melatunial@lithuare.com
Rhoda Kemp de Frouf	preparafrouf	47. 995671327	rhodakemp@preparafrouf.com.br
MARCELO PEREIRO	ASSOC. MURCIELLO TABAHOAS	41 38203 0130	carvato@guimaraes.com.br
MST de Jairo B. C. Lourenço	Jumcom	47199777 3815	deibara@centel.com.br
VEDVO BASSSEN	ASSOC. VISON P. D.	48 (19) 4131212	

ESCALA

**Lista de presença - Oficina 1 do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú**  
 Data: 17/06/2019 - 18h as 21h - Local: Associação de Moradores do Estaleiro

Nome	Entidade	Telefone	Enderço Eletrônico
Adriana Mendelli	SEMM	(47) 996443033	maioria.morador@bc.bc.sc.br
Edno Asssem	ENSTURCON PD	48 9949131212	
MARIO TERTO	FINEBC	47 98831.5330	MARIO TERTO@GMAIL.COM
Paula Costa	SEABEN de Sulp (ACCESB)	47 9195 2137	SulpCosta@Gmail.com
Mama Lotaco	SEABEN	41 99 91478 46	seabensulben@bc.bc.br
Paula F. Costa	AME	47 999919 6764	PaulaF33c@Gmail.com
Marcos de Castro	AME	47 99947962	Marcos@Gmail.com
Elcio de Linares Filho	AME	(47) 99983-7177	elf.comercial@gmail.com
Anilton's Arriscado Filho	MEP DO PULC	47 99665-8886	ANILTON.BITENCOURT@GMAIL.COM
Luiz Carlos Rodolfo	Associação Imagemora	(47) 99903.3333	loizeleite@gmail.com
José Carlos	PARA NI LARUTANOS	47 99659 2872	Joscar@Gmail.com
Edson Eduardo	COLÔNIA DE PESCADOR	9996803723	
Edurcio Duarte Bodo	NOVAPOL AMBIENTARIO	047 99962 2305	duarte@ambientaria.com.br
Marciano Hermann	MONADOR	051 98127 0925	Marciano.hermann@gmail.com
MARCELO PEREIRA	ASSOC. MORADORES TRAVUNHO	47 98803 0130	carume@moradores.com.br
Adelina Castro	Associação AMFEI	(48) 33885238	Adelina02@gmail.com
Marcos Paulo de Souza	LAPECI/URSC	(48) 520008070	marcelosouza@gmail.com
Roberto	ESCALA	47 96067562	
Sergio Luiz Bologno	SEU - PMBC	47 999392818	sergiulobologno@hotmail.com
Adriana Ferreira	Risks	(47) 99609 5842	adriana@risks.com



Anexo 9 - Lista de presença de 18 de junho de 2019

Lista de presença - Oficina I do Projeto Orla do Município de Bañeário Camború			
Data: 18/06/2019 - 17h às 21h - Local: Hotel Sibara			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Leandro Messer	Instituto P.O	48.49431212	
Mauro P. A. Mattos	LAECI/UFSC	48.920028070	matto.mauro@gmail
Regina R Almeida	Ami M. Du nos	47.997011584	
Roberto P. M. Spina	Escolas de São (AESB)	47.991952134	Suaiberto@uaol.com.br
Tullio Fere	Escolas de São (AESB)	47.996294396	tulliofere@gmail.com
Enrico Renato Higuel	Milha e Churrasco 59	47.999553885	enricorenato@uol.com.br
me. Jorginho de Moraes	Milha e Churrasco 26	47.999930087	deinhoras@uol.com.br
DORACI TULIO	Milha e Churrasco 22	336093015	DORACI TULIO
Viviani Martins	Milha 105	984007066	
Ilson Renato Feres	Milha Churrasco 126	999109125	
CLAUDIO R. S. RIBEIRO	Milha 74	47.999950625	
Joãozinho	" 64	392105773	
Edmar S Saugen	MILHO 72	999441465	
Tom Paulo Skipp Francisco	CBMSC	999520380	
Baronete W. S. Buda	Milha 94	47.996994565	
Daniela R. Silva	Rapando 1010	33606463	Daniela.R.25
MARIA ELISA D. SILVA TUMEDI	Milha 92	96904858	
Mariet. Castellan. Shue	FAMOBAR	9842-1731	mariesthba@gmail.com
Márcia H.A. Mendes	Milha 34	9584026885	
Mariani Stella Amorim	Milha 36	989612.62	MARIANI R. H. A



Anexo 10 - Lista de presença de 26 de junho de 2019.

Nome	Entidade	Telefone	Enderço Eletrônico
Edvaldo Montalvão	SEMM	(47) 996443083	edvaldo.montalvao@br.de.gov.br
Luciana Vargas	SECURE	(41) 99396-5494	luciana.vargas@br.sc.gov.br
SE/50 De Kimarfe	AME	(41) 99883-7177	
MARCELO PAIXOTO	ASSOC. NOVOS MORAIS	47-98030130	convito@atividadeamoraleb
ANILTONS DITEVICIONY F. RIB	MAN. DA FINE	41 99663-8888	
Alcione Ferreira, Paulo da Silva	Vila. Vila. de Fink	(41) 9.9509.5992	alcione.almeida@br.de.gov.br
Adelicia Cristina R. de S. / R. de S.	AMPERI	(48) 99989-5259	kica@br.de.gov.br
João Elian Vieira	COLÔNIA DE PESCADOR	47, 996803773	
Tealino Santos	Assoc. Moradores Tríplice	(47) 984006114	SantosFaciliosm@br.de.gov.br
Manoel Omena	SEUISC	47.3514287	manoel.omena@planning@br.de.gov.br
MARIO TETTO	EMERBC	47.98834.5330	PROJETOS@emerbc.sc.gov.br
FRANILDE GAL. SMI	PRAA DE LABORATORIOS	47.99657.2872	franciele@br.de.gov.br
ANTONIO CARLOS APARIC	PRATA DO PUNHO	47.99983-6280	antonio@br.de.gov.br
João de Deus	ASSOC. Moradores Tríplice	47.991144933	
Diana Lúcia de Souza	ASS. PRAIA DO SOL	41. 99979-3700	diana@br.de.gov.br
Leandro Marchese		47.9923-9065	
LEONILDO ASSIS	INSTITUTO P. O	49-999483712	



Anexo 12 - Lista de presença de 20 de agosto de 2019.

Lista de presença – Oficina II do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú			
Data: 20/08/2019 – 17h às 21h - Local: Sede Náutica dos Bombeiros na Barra Norte			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
MARIO TERRO	FMEBC	47.38831.5330	marioterro@comi.com
Adelina C. Pinto/Kicy	AMFRI	48 9388855299	Kicogee02@gmail.com
Marcilio Lorenz	6PUI5P	48 32518244	marcilio.lorenz@abengpenn
Robson Simões	SEMM	47 33637145	
João F. T.	Ministério do Turismo	61. <del>484</del> 2013-7689	Sara.Fruitas@Turismo.gov.br
Renato Nasser	Austrator P.O	49-999431212	
Luison Marcho	Senam / Andara Azul	47. 999239065	luison@amr.com
Marcelo Roberto Lourenço	Sencomf	47 99927.3815	balneario.lourenco@sencomf.br
João Paulo S. Francisco	CBMSC	47 99952.0390	joao.f@cbm.sc.gov.br
Lucas W. Gomes	CVBC (Sistema Unipennas)	47 98537125	lucas@trahd.com.br
Wagner Assunção	CBMSC	47 99225.1992	assuncao@cbm.sc.gov.br
Yvelin Rincón	CVBC	47 99959-3538	yvelin_cortadope@cbm.sc.gov.br
Denilde Simandim	CVBC	47 95183.6002	denilde.simandim@gmail.com
Aurélius Charost	CVBC	47-99925-2451	AURELIO.CHAROST@CBM
Edmar de Fomenha	Securac	47 99922-2305	edmar@securac.com.br
SERGIO LOPES	SPV (PMSC)	47 999392213	sergio@vbgg.com.br

Anexo 13 - Lista de presença 21 de agosto de 2019.

Lista de presença – Oficina II do Projeto Orla do Município de Balneário Camború			
Data: 21/08/2019 – 18h às 21h - Local: Associação de Moradores do Estaleiro			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Patrícia de Menezes	SEMANA	93632145	
Fabrizia Mendes	Semana	(47) 91643023	fabrizia_mendes@ig.com.br
Monica Teixeira Lima	Semana	421999433515	monica_lima@ig.com.br
Don Elio de Lencastre	Colônia Pescador	47 996803223	
Robson Paul de Mattos	VESEC/LAGECI	(48) 920008040	metten.escione@gmail.com
Luana Hezbank	no prelo	51) 99166419	luana_hezbank@gmail.com
Tatiana Cristina Diniz	SPV/SC	32518200 (48)	Tatiana.diniz@riacasa.com
Adelina Cristina Rosta (Lucy) Amfiri	(Lucy) AMFRI	(48) 9999885299	Kicagere02@gmail.com
Luiz F. Pizani	Mediadora	41 991453434	lun.pizani@unicen.br
MARCELO A. PEIXOTO	ASSOC TRAVENÇAS	47 9803 0330	carvalho@travençascam.com
Luana de Jesus	As. ESTALEIRO	47 996039402	luana@qmail.com
Renata Assis A	ASSOCIACAO P'D	42-999413112	
MARCELO CRUZ	SOLIGO	47 988315330	marcelo_cruz@planning.com.br
MARILENE	AMEAC		marlene@ameac.com
CISARDA ZEA	UNIVALI/Trajini	47 999254649	oscar@UNIVALI.br
Vanessa	Museu de Turismo	41 3023 7694	Vanessa@turismomuseu.com.br
Patrícia Cristina Fidelis	AMFRI	(48) 9999885299	patricia_cristina@ig.com.br
Esther Schwanke N. V.	SEC TUR SI	(47) 99922 83 03	esther@IBRPA/SC.gov.br
Valeriana Fomoso Tadeu de Souza	Sec. Saúde de Turismo	(47) 99109 5462	valeriana@turismomuseu.com.br
Vanessa de Jesus	Ass. Estaleiro	(47) 99922 83 03	vanessa@estaleiro.com.br



Anexo 14- Lista de presença 22 de agosto de 2019.

Lista de presença – Oficina II do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú			
Data: 22/08/2019 – 18h às 21h - Local: Centro Comunitário - Estaleiro			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Roberta Montellin	Simons	(47) 986943083	roberta.montellin@be.org
MARU TETTO	FME BC	(47) 98831.5330	roberta@fmebc.org.br
Paulina Simonsen	SEMANA	47 9 5657145	
Vivius de Lima	AME	47 990949062	VIVIVS@Comat.co
RENUS ALESSI	INSTITUTO P.D	(47) 989431212	
Foto TH	Museu de Turismo	61-2023 7688	Tereza.Filipe@Turismo.gov.br
OSCAR B. FEU	UNIVALI/TERIAI	(47) 99985-4647	OSCAR@UNIVALI.SR
Suelo D. Zigi	FME	(47) 989196764	Suelo@be.org.br
MARCELO DENZO	ASSE. MANUA	(47) 988030730	cardele@psoldeura.com
Jamanda Moura	SOCS	47-33512207	jamanda.pereira@psoldeura.com
TEREZA CRISTIANE DAVES	SOVISC	(48) 38818200	TEREZA.DAVES@PLANOSMORA
Luisei Manchete	SEMANA/Instituto FEUL	(47) 99925.7025	Luisei@comat.co
Diana Nolis de Souza	Ass. Semanas	(47) 39929-3200	diananolis@semanas.com.br
Isadora Francisco P. Siqueira	Ass. Associação Piche	746-93842	isadora@semanas.com.br
enri SIMON	MANUA	(47) 99453487	enri@comat.co
Leila Eulenberg	ASS	47 9 91644433	
Adelina Custódio/Instituto	MPFR	(48) 985839288	leilac@comat.co
Marciana R. da Mattos	AGECI/UFSC	(48) 920008070	matto.marciana@gmail.com

Anexo 15 – Dados gerais de problemas e ações e medidas – apêndice 1.

TRECHO	N.º PROB.	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	N.º AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
1.9.	1	Acesso perigoso, precário ou inadequado	Falta de planejamento;	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	1	Projeto e execução de escadas e passarelas no acesso existente; Placas informativas informando a ausência de guarda vidas e as condições de uso da praia.	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Possível criação de UC (Decreto Parque Natural)
				Transtornos para estacionar; Estacionamento irregulares; diminuição de visitação turística;	2	Demarcação de locais para estacionamento público; Estimulo ao transporte alternativo (ciclóvia, transporte público); Instalação de paraciclôs	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estimulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana
3.2.	1	Acesso perigoso, precário ou inadequado	falta de manutenção e adequação;	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	3	Adequação do acesso norte da praia (morro do Careca).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 24 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	
1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. - 1.11.				Efeitos de ressacas (passarelas); falta de planejamento; falta de manutenção e adequação; abertura de acessos por particulares	4	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (serviços e passarelas).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto parcial de implantação de infraestruturas de praia.
3.2.	2	Apropriação da faixa de areia em frente ao Hotel "privatização" de área de uso comum do povo	Usuário da praia que não está hospedado no hotel não pode ficar nessa faixa de areia.	Uso indevido da área comum do povo sem anuência do órgão competente.	5	Oficiar o hotel existente, solicitando o cumprimento da legislação patrimonial em relação a área comum de uso do povo.	Buscar garantir o uso adequado para todos os usuários da praia e o cumprimento da legislação em vigor.	até 06 meses	Sec de Meio Ambiente, SPU/SC,	
					6	Implantar sinalização informativa sobre a área de uso comum do povo.				
					7	Poder público municipal solicitar a SPU intervir/fiscalizar o uso irregular dos terrenos de marinha de área comum do povo (hotel).				
					8	Ação de fiscalização pelos fiscais de postura municipais objetivando o cumprimento da legislação em vigor				
2.1.	3	Assoreamento da margem direita do rio Camboriú da passarela até a rampa da rua Joana Maria	Deposição natural	encalhe de embarcações; perda de profundidade de calado dificultando ao pescador exercer as atividades	9	Projetos para dragagem contemplando a periodicidade das dragagens	Para aumentar a profundidade de calado das embarcações	até 24 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; ConSegMar; Colonia de Pesca	Reivindicação já realizada por parte dos pescadores ao município (Secretaria do Meio Ambiente e ao gabinete do prefeito)

1.9.	4	Ausência de banheiro público	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros	10	Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul
3.2.	5	ausência de estrutura de apoio ao usuário da praia (quiosque e banheiro público)								
2.1. - 2.2.	6	Ausência de paraciclos	falta de planejamento	Ocupação inadequada do espaço público para guardar bicicletas; desentimulo do uso de bicicleta	11	Instalação de paraciclos	Estimular o uso de bicicletas e garantir o local adequado para guarda de bicicleta	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes	Projeto de Reurbanização da avenida Atlântica
2.1.	7	Ausência de uma estrutura física para órgãos competentes de fiscalização	falta de planejanto; incremento das atividades	Risco de acidentes e infrações	12	Disponibilização de local adequado com infraestrutura (Captania, PMA,	Buscar garantir melhoria e agilidade nas atividades fiscalização	até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Polícia Militar ambiental; Corpo de Bombeiros;	Projeto de instalação de posto da polícia ambiental;
1.2. - 1.4.	8	Baixa atividade de turismo fora da temporada de verão	Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo	Enfraquecimento da economia local	13	Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da região da APA Costa Brava;	Promover o desenvolvimento economico local	até 24 meses;	Secretaria de turismo, Sec de Meio Ambiente; Conselho gestor da APA; CGM - PO	Plano Municipal de Turismo; Plano de Manejo da APA Costa Brava; Projeto Rota Cênica
					14	Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércios, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo;		até 6 meses;		
					15	Inserir o passeio turístico interpraias na rota do Citytour.		até 6 meses		
1.2. - 1.4. - 1.8. - 1.9. - 1.11.	9	cachorro na praia	Abandono de animais; falta de educação/conscientização dos tutores dos animais	Transmissão de doenças; risco de segurança/ataque; risco de saúde ao animal; Impacto negativo a fauna silvestre;	16	Educação e conscientização da comunidade local e turísticas;	Acabar com a presença de cães na praia	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto Abraço Animal
					17	criação de um dog park na APA Costa Brava;				
					18	Castração/vacina e fiscalização;				
2.1. - 2.2.	10	cancha de bocha (estrutura fixa) sobre a praia	Instalação da atividade sem o devido processo legal.	Ocupação inadequada da faixa de areia diminuindo o espaço para os usuários e banhistas.	19	Planejar a nova localização e quantidade de canchas de bocha.	Garantir o uso público e liberar área na faixa de areia (área de uso comum do povo).	até 24 meses.	fundação municipal de esporte; Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento; Associação de bocha	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da avenida Atlântica;
					20	retirar as canchas de bocha da faixa de areia;				
1.8.	11	Contaminação da lagoa de Taquaras	Despejo clandestino de efluentes não tratados	Risco de disseminação de doenças	21	Fiscalização da ligação das residências na rede coletora (escolas, igreja, etc).	Promover a proteção do meio ambiente e dos usuários da lagoa	até 6 meses.	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária	Se liga na rede;
					22	Ação de limpeza e revitalização da lagoa.		até 12 meses.		
					23	Ativação da rede coletora de esgoto da rua Jacarandá		até 6 meses		
3.2.	12	Contaminação do Ribeirão Ariribá	Risco de contaminação e doenças	Lançamento de efluentes não tratados	24	Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão.	Buscar garantir um meio ambiente saudável livre de riscos de	até 06 meses	Procuradoria da PMBC; e VISA	TAC ribeirão Ariribá

					25	Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes	contaminação de doenças.			
3.1.	13	Criminalidade e usos de drogas no período noturno	Risco de assaltos e medo por parte da população que frequenta o trecho.	Pouca fiscalização por parte dos órgãos de segurança pública nesse trecho, principalmente no período noturno.	26	Solicitar aumento do efetivo para ronda e fiscalização no trecho.	Buscar garantir a segurança dos usuários	Permanente	Sec. De Segurança pública e PMSC	
2.1.	14	Desordenamento do uso das embarcações de pesca nos atracadouros no Rio Camboriú	falta de fiscalização do poder público frente a autorização de pesca; falta de atracadouros para pesca; excesso de embarcações de pesca	Degradação da vegetação das margens; Conflito entre pescadores;	27	criação de um Departamento municipal de Gestão de Pesca;	Para ordenar o uso da pesca artesanal; Preservar as margens (manguezal); Melhorar a gestão dos resíduos sólidos e efluentes líquidos; Buscar garantir a segurança da qualidade do pescado	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores e CGM - PO	Projeto de atracadouro Público na rua Jardim da Saudade;
					28	Reorganizar o espaço de vagas para atracar embarcações nos trapiches público em frente a rua Jardim da Saudade;				
2.2.	15	Desordenamento do uso das embarcações de pesca nos atracadouros no Rio Marambaí	falta de fiscalização do poder público frente a autorização de pesca; falta de atracadouros para pesca; excesso de embarcações de pesca	29	3. Criar mais uma estrutura de apoio náutico a pesca artesanal no trecho entre a Rua Joana Maria e a antiga "fábrica de gelo".					
2.1. - 2.2.	16	Destinação inadequada dos resíduos sólidos(restos de pesca)	Pesca artesanal	Poluição do rio Camboriú; Odores	30	Construção de local adequado para manipulação do pescado e gestão de resíduos da pesca	Buscar garantir uma melhor qualidade do pescado e dar a destinação correta dos resíduos	até 5 anos	Colonia de pesca; secretaria de Planejamento; Epagri; Secretaria de Turismo; secretaria do Meio Ambiente; Compur; Instituto Pronatura	Projeto do Mercado Público;
1.11.	17	dificuldade de retirada da produção de maricultura e pesca artesanal	Falta de estrutura adequada	Falata de incentivo para a atividade da maricultura	31	Buscar garantir o acesso adequado para a retirada do pescado.	Promover a melhoria na atividade de logística da maricultura local.	Permanente	Sec de Meio ambiente e Sec de Planejamento	
1.8.	18	Edificação em terreno de marinha não regularizada junto a SPU	Ocupação irregular	Degradação do ambiente e ocupação em áreas públicas	32	Solicitar a SPU levantamento de RIP(Registro Imobiliário Patrimonial) em toda faixa de terreno de marinha do trecho;	Promover a regularização de ocupações e levantamento de possíveis áreas para uso público	Até 12 meses;	SPU; CGM - PO	
1.11.	19	Elevado número de turistas na temporada de verão	Ausência de controle no número de turistas	super lotação da praia causando diversos transtornos	33	elaborar um estudo de capacidade de carga de turistas;	Promover um maior conforto aos usuários da praia de acordo com a capacidade adequada	Até 24 meses	Sec de turismo e Sec de meio Ambiente	
1.8.	20	Enfraquecimento da cultura tradicional local	Ausência de incentivo pelo poder público para promoção das atividades culturais	Enfraquecimento da cultura local	34	Desenvolver um plano de incentivo das atividades culturais tradicionais de local	Promover a cultura tradicional local	até 12 meses e permanente	Sec de turismo e Sec de Meio Ambiente	
2.1. - 2.2.	21	Erosão causando a diminuição da faixa de areia	Ocupação inadequada da área de praia (vegetação de restinga);	Destruição do calçadão; Alagamento das vias; Carreamento do sedimento para as vias públicas	35	Recomposição do estoque sedimentar (reestruturação da faixa de areia); Recomposição da vegetação de restinga;	Reverter o processo de erosão da praia	até 48 meses	secretaria de Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da avenida Atlântica;

2.1.	22	Estrangulamento da área navegável do Rio Camboriú	Aumento das estruturas de apoio (pier, trapiches) e porte de embarcações (lanchas)	Risco de acidentes aquaviários; Impactos negativos para os pescadores artesanais	36	Elaboração de um Plano para regulação dos usos das margens do Rio Camboriú e espelho d'água	Buscar um melhor ordenamento do espelho d'água e das margens do Rio Camboriú	até 24 meses	Colônia de pesca; secretaria de Planejamento; secretaria do Meio Ambiente; Capitania dos portos; ConSegMar; comitê gestor do Rio Camboriú	
1.11.	23	Excesso de Ambulantes na praia	Liberação de Alvarás sem controle pelo poder público	Saturação do comércio ambulante	37	Criar alvará específico com limite por praia;	Promover um maior controle e organização do comércio na faixa de areia da praia	Permanente	Sec da receita	
1.11.	24	Excesso de tenda de milhos e churros	Liberação de Alvarás sem controle para essa atividade	Ocupação da faixa de areia	38	regularização e revisão do número de pontos de milho e churros	Promover o equilíbrio das atividades comerciais na praia	Permanente	Sec da receita	
2.1. - 2.2.	25	Excesso de veículos na avenida Atlântica	Deficiência no transporte público; Adensamento populacional; Cultura de priorização de veículos particulares	engarrafamento; lentidão de deslocamento; acidentes; poluição sonora/atmosférica/visual.	39	Fechamento de vias durante o final de semana;	Para buscar uma melhoria na mobilidade urbana e de qualidade de vida.	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do Transporte Público
					40	elaborar uma campanha de incentivo de transporte alternativo;				
					41	cobrar melhorias do transporte público;				
					42	cobrar aprovação e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do transporte público				
1.11.	26	Falha na operação de rede de esgoto e ligações clandestinas	Parcelamento irregular do solo; Falta de gestão do poder público	Contaminação da água do mar e lençol freático; risco a saúde pública; Risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial	43	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária	Ampliação da Rede de esgoto;
1.8.	27	Falha no bombeamento da rede de esgoto	Problemas técnicos							
1.4.	28	Falta de acesso para entrada do quadriciclo do CBM	Ausência de planejamento	Demora no atendimento	44	Instalação de acesso suspenso sobre a vegetação de restinga (mariscal);	Promover a melhoria no atendimento de emergência	até 12 meses	Sec Meio Ambiente; Sec obras; CBM	
1.6.	29	Falta de análise de balneabilidade pelo IMA	O trecho não está contemplado no plano de pontos do IMA	Falta de informação sobre a balneabilidade da praia.	45	Solicitar ao IMA que seja incluído esse trecho na coleta e análise de água	Ter informações sobre a balneabilidade da praia	Imediato	Sec de Meio Ambiente	
1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. - 1.9.	30	Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;	46	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídica e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava
1.2. - 1.4.	31	Falta de arborização e áreas verdes de lazer	Ausência de planejamento do poder público	Poucas áreas verdes de lazer arborizadas	47	Criação e execução de áreas de lazer arborizadas/urbanizadas nas servidões de acesso à praia	Para oferecer aos moradores e turistas opções de lazer em áreas públicas mais verdes	até 36 meses	Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA	Lei 4107/18; Projeto de infraestruturas do Bandeira Azul; PRAD
					48	Plano e execução de arborização das vias ;		até 24 meses		

1.6.	40	Falta de políticas públicas voltada para o turismo em geral e de naturismo	e projetos pelo poder público para o trecho em questão	Baixo numero de turistas fora da temporada de verão	58	turismo ações para promoção da localidade	da atividade de turismo no trecho em questão	até dezembro 2019	Secretaria do Turismo; UGM - PO; Associação de moradores	de Turismo ; Plano de Manejo da APA Costa Brava
2.1.	41	Falta de posto guarda vidas com banheiro	Falta de planejamento na época da construção	Risco de demora na resposta rápida para busca e salvamento de banhistas.	59	Construção de novo posto guarda vidas com banheiro exclusivo para os bombeiros e banheiros públicos para usuários	Buscar garantir uma maior proteção e segurança aos usuários da praia.	em ate 24 meses	Secretaria de Obras; Corpo de bombeiros militar	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da avenida Atlântica;
3.2.	42	Falta de recursos financeiros rubricados (destinado especificamente) para a praia e a área de atuação do projeto Orla	Não poder programar e prever ações e projetos necessários ao tema	Falta de planejamento financeiro para o setor da orla	60	Propor no legislativo municipal projeto de lei a destinação de valor (sugestão mínima de 50%) do recurso repassado com a TGP (Termo de Gestão de Praia) para a aplicação das ações do Projeto Orla.	Buscar garantir recursos financeiros permanentes para as atividades e projetos	Elaborar o projeto de lei em até 06 meses	Procuradoria do Município e Câmara de Vereadores.	
1.2. - 1.4. - 1.6.	43	Falta de rede de esgoto	Parcelamento irregular do solo; Falta de gestão do poder público	Contaminação da água do mar e lençol freático; risco a saúde pública; Risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na	61	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária	Ampliação da Rede de esgoto;
1.11.	44	Falta de regularização e ordenamento do trapiche para fins públicos e privados	Ausência de controle e regulamentação pelo poder público	Transtornos aos pescadores e outras embarcações particulares	62	Regularização do trapiche buscando a harmonia entre uso público e privado	Promover a melhoria na atividade náutica da localidade	até 6 meses	Sec turismo e Sec de meio ambiente, Colônia de pescadores	
1.4.	45	Falta de segurança aquática e policiamento	Baixo efetivo dos órgãos fiscalizadores	sensação de insegurança e risco de acidentes	63	Instalação de bóias (200m);	Promover a melhoria da segurança como um todo	até 6 meses;	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME	2- TAC FG;
				64	Instalar mais postos guarda vidas;	até 6 meses;				
				65	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas;	até 6 meses				
1.6.	46	Falta de segurança e policiamento para fiscalização no canto norte e no acesso público (libertinagem, sexo, drogas)	Ausência de fiscalização pelos órgãos competentes	Afugentamento de turistas e usuários	66	Instalação de um posto de vigilância (guarda ambiental municipal);	Promover um ambiente mais seguro para os usuários da praia.	até 6 meses;	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME	2- TAC FG;
				67	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas no acesso público (rondas na prainha e no costão);	até 6 meses				
3.2.	47	Falta de segurança pública nas extremidades da praia	assaltos; usuários de drogas; risco de violência sexual	Pouca fiscalização por parte dos órgãos de segurança pública	68	solicitar o aumento do policiamento militar na área;	Buscar garantir mais segurança e tranquilidade aos turistas e usuários da praia.	permanente	CGM - PO; PMSC	
				69	solicitar maior efetividade de ronda da guarda municipal					
1.4.	48	Falta de serviço de emergência eficiente e demora de atendimento	Ausência de planejamento do poder público	Demora no atendimento	70	Instalação de uma base avançada de atendimento de urgência e emergência médica	Garantir um atendimento mais rápido e eficiente	até 48 meses	CBM; Secretaria de Saúde; Secretaria de Obras; Secretaria de Planejamento	

1.8.	49	Falta de um espaço público de convivência e lazer para a comunidade local	Ausência de planejamento e projeto por parte do poder público	Falta de opção de lazer para a comunidade local	72	Construir um centro de convivência e equipamentos de lazer na antiga estação de tratamento da EMASA	Promover o bem estar e o lazer da população local	até 24 meses	Sec. Meio Ambiente, Associação dos moradores de Taquaras; Fundação de Esporte; CGM - PO; Fundação de cultura	Proposta de construção de um centro histórico cultural
1.11.	50	Laranjeiras não estar inclusa na área da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;	73	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídica e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava
2.1. - 2.2.	51	Milho e churros com estrutura fixa sobre a faixa de areia	Ocupação antiga na faixa de areia para essa atividades e TAC com MP estadual regulamentando a situação.	Estrutura de concreto na faixa de areia. TAC pelo MP estadual sem a devida competência para o caso por se tratar de área federal.	74	Buscar o Termo de ajustamento de conduta no MP Federal para manter as estruturas atuais até o engordamento da praia;	Para garantir o sustento das famílias nessa atividade comercial de acordo com as normas atuais.	até 3 meses	Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Município e secretarias; SPU;	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da avenida Atlântica;
					75	Defender juridicamente a permanência das estruturas na praia até a engorda da praia no caso de notificação para demolição;		indeterminado;		
					76	Demolir a estrutura fixa e instalar estruturas móveis por 3 meses de acordo com as normas da vigilância sanitária (renováveis por mais 3 meses - permissão de uso) até a engorda da praia;		indeterminado		
1.11.	52	Mobilidade urbana na temporada de verão	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraia;	77	Buscar novas alternativas de transporte público;	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público
					78	Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade;				
					79	Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus				
2.1. - 2.2	53	Número insuficiente de banheiros públicos	falta de planejamento	Risco de transmissão de doença; Contaminação da areia; odores;	80	Construção de mais unidades de banheiros públicos com parceria público/privado	Segurança sanitária; melhorar atendimento ao usuário	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento;	Projeto de reurbanização da avenida Atlântica
1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. 1.11.	54	Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros	81	Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul
1.11.	55	Ocupações Irregulares sobre a praia (bares e restaurantes)	Ausência de fiscalização pelo poder público na época da implantação	Ocupação desordenada	82	Elaborar e executar o PRAD;	Promover um ambiente mais equilibrado e organizado	Até 12 meses	Sec do Meio Ambiente, Sec de Planejamento e CGPO	
2.2.	56	Poliuição do Rio Marambaia	Lançamento clandestino de efluentes não tratados	Risco de contaminação do ambiente e doenças para os	83	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;	Buscar garantir um ambiente saudável e uma praia limpa para os	Imediato e permanente;	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec. de Obras	Emissário de esgoto; Nano bolhas; Jardim filtrante (UNIVALI); Lei atual para

				usuários da praia.	84	Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;	uma praia limpa para os usuários.	Até 24 meses.		ligação de esgoto; Se liga na rede
1.2. - 1.4. - 1.8. - 1.11.	57	Poluição sonora	Falta de educação e respeito a legislação vigente; falta de fiscalização efetiva;	Perturbação da ordem pública; Impacto na fauna; desqualificação do turismo;	85	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva;	Buscar a tranquilidade e o bem estar da comunidade e usuários da praia	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO	
					86	Instalação de placas informativas sobre o tema;				
2.1. - 2.2.	58	Poluição sonora na faixa de orla	Caixas de som na faixa de areia;	Poluição sonora; irritabilidade; desestímulo ao uso da praia pelo usuário	87	Revisão do código de postura e fiscalização na praia; Instalação de placas informativas	Harmonizar a convivência entre os usuários da praia	até 24 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Secretaria do Meio Ambiente	Projeto de Reurbanização da avenida Atlântica
2.2.	59	Poluição visual ocasionada por publicidade na praia (patrocínio)	Instalação da publicidade sem a devida regulamentação da legislação vigente	Aumento da poluição visual	88	Editar normativo para regulamentar e disciplinar a lei 3907/16 (lei municipal) a fim de estabelecer regra e parâmetros para publicidade, prevendo padrões, tamanho e quantidade;	Buscar garantir um ambiente visual e paisagem mais limpa nessa questão.	até 12 meses.	Sec. Do Meio Ambiente; Sec. De Planejamento	
					89	fiscalizar a instalação de publicidade na praia;				
2.1. - 2.2.	60	Possível instalação em espelho d'água de empreendimentos de grande porte (porto, hotel, shopping)	Especulação do espelho d'água; Emissão de LAP para empreendimento de grande porte (ex: BC Port)	Impacto negativo para atividades de pesca, náutica. Impactos negativos paisagísticos, ambientais, mobilidade urbana, social, econômico, turístico.	90	Incluir o município na tomada de decisão quanto a empreendimentos no espelho d'água;	Incluir o município na decisão da ocupação do espelho d'água	até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores; CGM - PO	empreendimento BC Port
					91	Mobilização social e ação civil pública para avaliar a viabilidade do empreendimento;				
					92	Considerar o decidido no Projeto Orla frente a instalação de empreendimentos de grande porte no espelho d'água				
2.1. - 2.2.	61	Presença de "bloom" de diatomáceas e briozoários na água de banho e faixa de areia	saneamento básico ineficiente; extinção da fauna predadora; dragagem do rio camboriú; construção do molhe da barrasul; Local de despejo inadequado da dragagem do Rio Itajaí Açu (Bota fora) muito próximo da praia central de BC;	Perda da qualidade de água para banho; odores; estético/paisagístico; saúde pública; contaminação da faixa de areia; diminuição da área ocupável da faixa de areia; Utilização de máquinas e maior efetivo da equipe de limpeza para a retirada dos organismos na praia; diminuição do fluxo turístico	93	Desenvolvimento de novos estudos buscando identificar as causas e soluções para este problema	reestabelecer a qualidade da água e da areia da praia; melhoria no incremento do turismo; diminuição dos riscos a saúde; melhoria da paisagem; diminuição do custo de manutenção da limpeza da praia; reestabelecer o equilíbrio ecológico	ate 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colonia de Pescadores e CGM - PO	Estudo sobre o tema com parceria da Univali e secretaria do Meio Ambiente; Projeto para filtragem e retenção dos briozoários e diatomáceas.
					94	Melhorar a qualidade de água do rio Camború;				
					95	Adequar a estação de tratamento de efluentes líquidos do município (EMASA);				
					96	estudo da influência do "bota fora" da dragagem do rio Itajaí Açu;				
					97	Adequar o sistema de drenagem do município				
3.1.	62	Resíduos sólidos deixados pelos usuários que freguentam a Prainha	Poluição ambiental.	Falta de consciência e educação dos usuários.	98	Elaborar programa de educação ambiental	Divulgar a educação ambiental	Permanente	Sec de Meio Ambiente	
3.1.	63	Risco de contaminação da água oriunda do Rio Marambaia	Risco de Transmissão de doenças para os banhistas	Lançamento clandestino de efluentes não tratados no Rio Marambaia.	99	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas);	Buscar garantir um ambiente saudável e uma praia limpa para os usuários.	Imediato e permanente;	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras	Emissário de esgoto; Nano bolhas; Jardim filtrante (UNIVALI); Lei atual para ligação de esgoto; Se liga

					100	Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;		Até 24 meses.		na rede
2.1. - 2.2.	64	Saturação da ciclofaixa e passeio público	Aumento do número de usuários e modais (skate, patinetes motorizados, bicicletas, etc)	Risco de acidentes; viabilidade de execução das atividades	101	Ampliação e reestruturação da ciclofaixa e calçada	Diminuição de risco de acidentes e melhoria no conforto e fluxo dos usuários da ciclofaixa	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes	Projeto de Reurbanização da avenida Atlântica
1.2. - 1.4. - 1.8. - 1.11. 1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	65	supressão da vegetação nativa/de restinga	Desrespeito a legislação ambiental; Uso indevido da área de vegetação de restinga ; Degradação ambiental	Perda da biodiversidade, Perda de proteção costeira; Perda paisagística; Uso inadequado do solo	102	remoção de espécies exóticas;	Promover a recuperação do ecossistema costeiro	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas	
					103	cercamento de áreas a serem recuperadas;				
					104	Reintrodução de espécies nativas.				
					105	campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas.				
1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. - 1.9.	66	Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraiais;	106	Buscar novas alternativas de transporte público;	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público
					107	Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus				
1.6.	67	Falta de limpeza pública	Falta de planejamento e gestão	Poluição, doenças...	108	Cobrar limpeza pública	Melhoria da limpeza pública	ateé 12 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras;	
1.1;1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	68	Resíduos sólidos deixados pelos usuários	Poluição do ambiente natural	Falta de educação	109	Campanha de educação ambiental e conscientização	Promover a educação ambiental	Permanente	Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; CGM-PO	
1.1	69	Uso de drogas	Ausência de fiscalização dos órgãos competentes	Baixo efetivo	110	Aumento de Fiscalização policial.	Promover a segurança dos usuários	Permanente	Sec. Segurança Pública; PM; CGM- PO	
					111	Criação e fortalecimento da rede de vizinhos				
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	70	Risco de acidentes	Falta de conhecimento de informações sobre o tema	Ausência de informações	112	Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.	Promover a segurança dos usuários	Permanente	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	71	Resíduos sólidos trazidos pelo mar	Poluição do ambiente natural	Descarte inadequado dos resíduos	113	Implantação do Programa Lixo fora d'água.	Promover a destinação adequada do lixo	Até 12 meses	Sec. Meio ambiente; Sec. Cultura; Sec. Educação; Sec. Turismo; Instituições de ensino; CGM-PO	
					114	elaboração de projetos para utilização dos materias trazidos pelo mar.				
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	72	Invasões	Degradação ambiental	Ocupação irregular	115	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes	Promover o uso e ocupação do solo de maneira regularizada	Permanente	Sec. De Segurança Pública; PM; Polícia Ambiental; CGM-PO	

1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	73	Degradação do ambiente natural	Perda da biodiversidade local	Uso inadequado do solo	116	Programa de monitoramento de recursos hídricos	Buscar garantir a proteção das nascentes	Até 12 meses	Sec. Meio ambiente; Comitê de bacias; Instituições de ensino; EMASA; CGM-PO	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	74	Queimadas	Degradação ambiental	Falta de educação dos usuários e pescadores amadores	117	Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e interpraías	Promover uma fiscalização ambiental mais efetiva	Até 24 meses	Bombeiros; Sec. Meio Ambiente; Polícia Ambiental; CGM-PO	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	75	Criminalidade	Assaltos e furtos	Baixo efetivo dos agentes de segurança pública	118	Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região	Promover a segurança dos moradores e turistas	Até 12 meses	Sec. Segurança Pública; PM; CGM-PO	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	76	Falta de informação e sinalização	Atividade de turismo fica prejudicada	Ausência de planejamento pelo poder público	119	Instalação de infraestruturas informativas	Promover a divulgação de informações para o turista	Até 12 meses	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	77	Pesca ilegal com rede feiticeira	Perda da biodiversidade local	Ganância de alguns pescadores	120	Incremento da fiscalização ambiental marinha	Promover a proteção da biodiversidade marinha	Permanente	PM ambiental; guarda municipal ambiental; IMA; IBAMA; Colonia de pesca	
	78	Pesca ilegal noturna	Perda da biodiversidade local	Ganância de alguns pescadores			Promover a proteção da biodiversidade marinha	Permanente	PM ambiental; guarda municipal ambiental; IMA; IBAMA; Colonia de pesca	
1.1; 1.5; 1.7	79	Poluição sonora por embarcações atracadas sem regulação do poder público	Perturbação do sossego e afugentamento da fauna	Falta de educação	121	Incremento da fiscalização ambiental marinha (CP)	Buscar garantir a tranquilidade nas localidades	Permanente	Sec. Meio Ambiente; CP; CGM-PO	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	80	Risco de acidentes com embarcações	Risco de morte humana e contaminação do ambiente marinho	Navegação em desacordo com as regras			Promover a segurança da navegação	Permanente	CP; CBM;	
	81	Pouca fiscalização de embarcações por parte do poder público	Risco de acidentes	Baixo efetivo dos agentes competentes			Promover uma maior segurança da navegação	Permanente	CP;	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	82	Falta de ordenamento do espelho d'água	Risco de acidentes	Ausência de planejamento pelo poder público	122	Elaboração e implementação do Planejamento Espacial Marinho	Para organizar os diversos usos no espelho d'água	Até 24 meses	Sec. Meio Ambiente; Sec. Planejamento; SPU; CP	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7	83	Falta de sinalização e demarcação marinha da área de banhista	Risco de acidentes	Navegação em desacordo com as regras	123	Implantação de bóias sinalizadoras	Promover a segurança dos banhistas	Até 12 meses	CBM; CP; Sec. Meio Ambiente;	
1.3	84	Poluição da Lagoa	Risco de doenças	Lançamento clandestino de efluentes não tratados	124	Promover atividade de fiscalização sanitária nas edificações próximas da lagoa	Promover a despoluição da lagoa	Imediato	VISA	

Anexo 16 – “Quadro síntese 2” para cada um dos trechos da orla de BC – apêndice 2.

1.2 Estaleirinho

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
B	Pesca artesanal e submarina Restaurantes área residencial Hoteleria Volei de praia Eventos de surf Turismo de sol e mar Casa de eventos (casamentos) Praia exposta reflectiva com vegetação de restinga Camping Desova de tartaruga Cicloturismo	Ecoturismo e turismo de aventura Observação de aves Manter a certificação Bandeira Azul Campeonato de surf e body board Campeonato de pesca esportiva Atividades de Educação ambiental Prática de mergulho recreativo Eventos culturais e gastronômicos Mirantes de observação (canto norte) Cicloturismo	Acessos públicos inadequado (passarelas e ruas irregulares)	Efeitos de ressacas (passarelas); falta de planejamento; falta de manutenção e adequação; abertura de acessos por particulares	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (servidões e passarelas).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto parcial de implantação de infraestruturas de praia.
			Falta de estacionamento público	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamento irregulares; diminuição de visitação turística;	Demarcação de locais para estacionamento público; Estimulo ao transporte alternativo (ciclovia, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estimulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana
			cachorro na praia	Abandono de animais; falta de educação/conscientização dos tutores dos animais	Transmissão de doenças; risco de segurança/ataque; risco de saúde ao animal; Impacto negativo a fauna silvestre;	Educação e conscientização da comunidade local e turísticas; criação de um dog park na APA Costa Brava;Castração/vacina e fiscalização;	Acabar com a presença de cães na praia	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto Abraço Animal
			Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros	Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul
			Falta de rede de esgoto	Parcelamento irregular do solo; Falta de gestão do poder público	Contaminação da água do mar e lençol freático; risco a saúde pública; Risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária	Ampliação da Rede de esgoto;
			Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraias;	Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhorar na sinalização e estrutura das paradas de ônibus	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público

Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídica e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava
Poluição sonora	Falta de educação e respeito a legislação vigente; falta de fiscalização efetiva;	Perturbação da ordem pública; Impacto na fauna; desqualificação do turismo;	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva; Instalação de placas informativas sobre o tema;	Buscar a tranquilidade e o bem estar da comunidade e usuários da praia	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO	
supressão da vegetação de restinga	Desrespeito a legislação ambiental; Uso indevido da área de vegetação de restinga	Perda da biodiversidade, Perda de proteção costeira; Perda paisagística;	remoção de espécies exóticas; cercamento de áreas a serem recuperadas;	Promover a recuperação do ecossistema de restinga	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA	
falta de plano de drenagem e manutenção da rede existente	Falta de planejamento e parcelamento irregular do solo	Erosão da praia e vias, Contaminação da praia; alagamento de rediências; drenagem pluvial na faixa de areia	Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente	Promover a melhoria da infraestrutura de drenagem pluvial	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; EMASA	
falta de pavimentação das ruas de acesso a praia	Falta de planejamento	contaminação da praia; impacto atmosférico por dispersão de material particulado; obstrução de drenagens;	vimentar as ruas de acesso à pr	Melhoria da infraestrutura e qualidade de vida	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras;	
Baixa atividade de turismo fora da temporada de verão	Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo	Enfraquecimento da economia local	1-Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da região da APA Costa Brava; 2- Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércios, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo; 3- Inserir o passeio turístico interpraias na rota do Citytour.	Promover o desenvolvimento econômico local	1- até 24 meses; 2- até 6 meses; 3- até 6 meses	Secretaria de turismo, Sec de Meio Ambiente; Conselho gestor da APA; CGM - PO	Plano Municipal de Turismo; Plano de Manejo da APA Costa Brava; Projeto Rota Cênica

			Falta de arborização e áreas verdes de lazer	Ausência de planejamento do poder público	Poucas áreas verdes de lazer arborizadas	1- Criação e execução de áreas de lazer arborizadas/urbanizadas nas servidões de acesso à praia; 2- Plano e execução de arborização das vias ;	Para oferecer aos moradores e turistas opções de lazer em áreas públicas mais verdes	1- até 36 meses; 2- até 24 meses	Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA	Lei 4107/18; Projeto de infraestruturas do Bandeira Azul; PRAD
--	--	--	--	---	--	--	--	----------------------------------	---	--

#### 1.4. Estaleiro

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
B	Pesca artesanal e submarina Restaurantes área residencial Hoteleria Volei de praia Eventos de surf Turismo de sol e mar Casa de eventos (casamentos) Praia exposta reflectiva com vegetação de restinga Camping Desova de tartaruga Cicloturismo	Ecoturismo e turismo de aventura Observação de aves Manter a certificação Bandeira Azul Campeonato de surf e body board Campeonato de pesca esportiva Atividades de Educação ambiental Prática de mergulho recreativo Eventos culturais e gastronômicos Mirantes de observação (canto norte) Cicloturismo	Acessos públicos inadequado (passarelas e ruas irregulares)	Efeitos de ressacas (passarelas); falta de planejamento; falta de manutenção e adequação; abertura de acessos por particulares	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (serviços e passarelas).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto parcial de implantação de infraestruturas de praia.
			Falta de estacionamento público	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamento irregulares; diminuição de visitação turística;	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovias, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana
			cachorro na praia	Abandono de animais; falta de educação/conscientização dos tutores dos animais	Transmissão de doenças; risco de segurança/ataque; risco de saúde ao animal; Impacto negativo a fauna silvestre;	Educação e conscientização da comunidade local e turísticas; criação de um dog park na APA Costa Brava; Castração/vacina e fiscalização;	Acabar com a presença de cães na praia	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto Abraço Animal
			Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros	Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul
			Falta de rede de esgoto	Parcelamento irregular do solo; Falta de gestão do poder público	Contaminação da água do mar e lençol freático; risco a saúde pública; Risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária	Ampliação da Rede de esgoto;
			Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraia;	Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público
			Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídica e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava

Poluição sonora	Falta de educação e respeito a legislação vigente; falta de fiscalização efetiva;	Perturbação da ordem pública; Impacto na fauna; desqualificação do turismo;	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva; Instalação de placas informativas sobre o tema;	Buscar a tranquilidade e o bem estar da comunidade e usuários da praia	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO	
supressão da vegetação de restinga	Desrespeito a legislação ambiental; Uso indevido da área de vegetação de restinga	Perda da biodiversidade, Perda de proteção costeira; Perda paisagística;	remoção de espécies exóticas; cercamento de áreas a serem recuperadas;	Promover a recuperação do ecossistema de restinga	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA	
falta de plano de drenagem e manutenção da rede existente	Falta de planejamento e parcelamento irregular do solo	Erosão da praia e vias, Contaminação da praia; alagamento de rediências; drenagem pluvial na faixa de areia	Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente	Promover a melhoria da infraestrutura de drenagem pluvial	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; EMASA	
falta de pavimentação das ruas de acesso a praia	Falta de planejamento	contaminação da praia; impacto atmosférico por dispersão de material particulado; obstrução de drenagens;	Pavimentar as ruas de acesso à praia	Melhoria da infraestrutura e qualidade de vida	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras;	
Falta de segurança aquática e policiamento	Baixo efetivo dos órgãos fiscalizadores	sensação de insegurança e risco de acidentes	1- Instalação de bóias (200m); 2- Instalar mais postos guarda vidas; 3- Aumentar o efetivo na base integrada para rondas;	Promover a melhoria da segurança como um todo	1- até 6 meses; 2- até 6 meses; 3- até 6 meses	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME	2- TAC FG;
Falta de acesso para entrada do quadriciclo do CBM	Ausência de planejamento	Demora no atendimento	Instalação de acesso suspenso sobre a vegetação de restinga (mariscal);	Promover a melhoria no atendimento de emergencia	até 12 meses	Sec. Meio Ambiente; Sec obras; CBM	
Baixa atividade de turismo fora da temporada de verão	Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo	Enfraquecimento da economia local	1-Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da região da APA Costa Brava; 2- Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércios, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo; 3- Inserir o passeio turístico interpraia na rota do Citytour.	Promover o desenvolvimento economico local	1- até 24 meses; 2- até 6 meses; 3- até 6 meses	Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA	Plano Municipal de Turismo; Plano de Manejo da APA Costa Brava; Projeto Rota Cênica
Falta de arborização e áreas verdes de lazer	Ausência de planejamento do poder público	Poucas áreas verdes de lazer arborizadas	1- Criação e execução de áreas de lazer arborizadas/urbanizadas nas servidões de acesso à praia; 2- Plano e execução de arborização das vias ;	Para oferecer aos moradores e turistas opções de lazer em áreas públicas mais verdes	1- até 36 meses; 2- até 24 meses	Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA	Lei 4107/18; Projeto de infraestruturas do Bandeira Azul; PRAD
Falta de serviço de emergência eficiente e demora de atendimento	Ausência de planejamento do poder público	Demora no atendimento	Instalação de uma base avançada de atendimento de urgência e emergência médica	Garantir um atendimento mais rápido e eficiente	até 48 meses	CBM; Secretaria de Saúde; Secretaria de Obras; Secretaria de Planejamento	

			Falta de esclarecimento (comunidade da APA) dos possíveis impactos negativos na região da APA causados pela obra	Não teve audiência pública na APA sobre esse tema	Dúvidas e desconhecimento dos fatos sobre a questão do engordamento da praia central entre os moradores do trecho	Solicitar ao poder público esclarecimentos dos possíveis impactos negativos da costa da APA	Esclarecer as dúvidas sobre o tema para a população local	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação dos moradores do Estaleiro	
--	--	--	--	---	---	---	---	-------------	--	--

## 1.6. Pinho

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
A	Praia de Naturismo. Ambiente natural ainda bem preservado.	Ecoturismo; Turismo relacionado ao naturismo; Eventos culturais e gastronômicos; Mirantes de observação (canto norte); Cicloturismo	Acessos públicos inadequado (passarelas e ruas irregulares)	Efeitos de ressacas (passarelas); falta de planejamento; falta de manutenção e adequação; abertura de acessos por particulares	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (serviços e passarelas).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto parcial de implantação de infraestruturas de praia.
			Falta de estacionamento público	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamento irregulares; diminuição de visitação turística;	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclavia, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana
			Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros	Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul
			Falta de limpeza pública	Falta de planejamento e gestão	Poluição, doenças...	Cobrar limpeza pública	Melhoria da limpeza pública	até 12 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras;	
			Falta de rede de esgoto/água	Parcelamento irregular do solo; Falta de gestão do poder público	Contaminação da água do mar e lençol freático; risco a saúde pública; Risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária	Ampliação da Rede de esgoto;
			Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraias;	Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público



### 1.8. Taquaras

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
B	Pesca artesanal e submarina; Restaurantes; área residencial; Hotelaria; Comunidade tradicional; Turismo de sol e mar; Praia exposta reflectiva com vegetação de restinga; Cicloturismo	Ecoturismo e turismo de aventura; Observação de aves; Obter a certificação Bandeira Azul; Valorização da cultura local tradicional (engenho de farinha de mandioca, pesca artesanal); Atividades de Educação ambiental; Prática de mergulho recreativo; Eventos culturais e Gastronômicos; Cicloturismo	Acessos públicos inadequado (passarelas e ruas irregulares)	Efeitos de ressacas (passarelas); falta de planejamento; falta de manutenção e adequação; abertura de acessos por particulares	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (serviços e passarelas).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do	Projeto parcial de implantação de infraestruturas de praia.
			cachorro na praia	Abandono de animais; falta de educação/conscientização dos tutores dos animais	Transmissão de doenças; risco de segurança/ataque; risco de saúde ao animal; Impacto negativo a fauna silvestre;	Educação e conscientização da comunidade local e turísticas; criação de um dog park na APA Costa Brava;Castração/vacina e fiscalização;	Acabar com a presença de cães na praia	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto Abraço Animal
			Falta de banheiro público para pescadores artesanais	Ausência de planejamento e projeto	Pescadores fazendo suas necessidades fisiológicas em locais impróprios	Construção de banheiro público para pescadores artesanais e turistas	Promover o bem estar dos pescadores e evitar a contaminação do ambiente	até 18 meses (prioridade)	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária; Sec Obras	
			Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros	Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul
			Enfraquecimento da cultura tradicional local	Ausência de incentivo pelo poder público para promoção das atividades culturais	Enfraquecimento da cultura local	Desenvolver um plano de incentivo das atividades culturais tradicionais de local	Promover a cultura tradicional local	Em até 12 meses e permanente	Sec de turismo e Sec de Meio Ambiente	
			Falha no bombeamento da rede de esgoto	Problemas técnicos	Contaminação da água do mar e lençol freático; risco a saúde pública; Risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária	Ampliação da Rede de esgoto;
			Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraias;	Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público
			Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídica e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava



### 1.9. Taquarinhas

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
A	Pesca artesanal Existência Fauna e Flora endêmica Turismo de sol e mar Praia exposta reflectiva com vegetação de restinga Cicloturismo	Ecoturismo e turismo de aventura Observação de aves Pesca artesanal Criação de UC de proteção integral Atividades de Educação ambiental Mirantes de observação (canto norte) Cicloturismo	Acesso existente perigoso	Falta de planejamento;	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	Projeto e execução de escadas e passarelas no acesso existente; Placas informativas informando a ausência de guarda vidas e as condições de uso da praia.	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Possível criação de UC (Decreto Parque Natural)
			Acesso existente perigoso	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamento irregulares; diminuição de visitação turística;	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovias, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana
			cachorro na praia	Abandono de animais; falta de educação/conscientização dos tutores dos animais	Transmissão de doenç�as; risco de seguranç�a/ataque; risco de saúde ao animal; Impacto negativo a fauna silvestre;	Educação e conscientização da comunidade local e turísticas; criação de um dog park na APA Costa Brava;Castração/vacina e fiscalização;	Acabar com a presenç�a de cães na praia	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto Abraço Animal
			Ausência de banheiro público	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; dimuiç�o da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros	Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul
			Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobranç�a do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veiculos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraias;	Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhorias na sinalização e estrutura das paradas de �nibus	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veiculos; Melhorar a seguranç�a do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Seguranç�a Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público
			Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo	Inseguranç�a jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer seguranç�a jurídica e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava

### 1.11. Laranjeiras

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
B	<p>Pesca artesanal e submarina</p> <p>Restaurantes área residencial</p> <p>Hoteleria</p> <p>Volei de praia</p> <p>Eventos de surf</p> <p>Turismo de sol e mar</p> <p>Casa de eventos (casamentos)</p> <p>Praia exposta reflectiva com vegetação de restinga</p> <p>Camping</p> <p>Desova de tartaruga</p> <p>Cicloturismo</p>	<p>Ecoturismo e turismo de aventura</p> <p>Observação de aves</p> <p>Manter a certificação Bandeira Azul</p> <p>Campeonato de surf e body board</p> <p>Campeonato de pesca esportiva</p> <p>Atividades de Educação ambiental</p> <p>Prática de mergulho recreativo</p> <p>Eventos culturais e gastronômicos</p> <p>Mirantes de observação (canto norte)</p> <p>Cicloturismo</p> <p>Sítios Arqueológicos</p>	<p>Acessos públicos inadequado (passarelas e ruas irregulares)</p>	<p>Efeitos de ressacas (passarelas); falta de planejamento; falta de manutenção e adequação; abertura de acessos por</p>	<p>Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;</p>	<p>Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (serviços e passarelas).</p>	<p>Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;</p>	<p>até 48 meses</p>	<p>Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores</p>	<p>Projeto parcial de implantação de infraestruturas de praia.</p>
			<p>Falta de estacionamento público</p>	<p>Falta de planejamento;</p>	<p>Transtornos para estacionar; Estacionamento irregulares; diminuição de visitação turística;</p>	<p>Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovia, transporte público); Instalação de paraciclos</p>	<p>Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local</p>	<p>até 48 meses</p>	<p>Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO</p>	<p>Plano de Mobilidade Urbana</p>
			<p>cachorro na praia</p>	<p>Abandono de animais; falta de educação/conscientização dos tutores dos animais</p>	<p>Transmissão de doenças; risco de segurança/ataque; risco de saúde ao animal; Impacto negativo a fauna silvestre;</p>	<p>Educação e conscientização da comunidade local e turísticas; criação de um dog park; Castração/vacina e fiscalização;</p>	<p>Acabar com a presença de cães na praia</p>	<p>até 36 meses</p>	<p>Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)</p>	<p>Projeto Abraço Animal</p>
			<p>Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)</p>	<p>Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia</p>	<p>Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros</p>	<p>Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;</p>	<p>Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;</p>	<p>8 meses (priori</p>	<p>Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar</p>	<p>Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul</p>
			<p>Falha na operação de rede de esgoto e ligações clandestinas</p>	<p>Parcelamento irregular do solo; Falta de gestão do poder público</p>	<p>Contaminação da água do mar e lençol freático; risco a saúde pública; Risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial</p>	<p>Cobrar a execução da rede de esgoto;</p>	<p>Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico</p>	<p>até 36 meses</p>	<p>EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária</p>	<p>Ampliação da Rede de esgoto;</p>
			<p>Mobilidade urbana na temporada de verão</p>	<p>Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;</p>	<p>Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraias;</p>	<p>Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus</p>	<p>Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;</p>	<p>até 48 meses</p>	<p>Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;</p>	<p>Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público</p>
			<p>Laranjeiras não estar incluída na área da APA Costa Brava</p>	<p>Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo</p>	<p>Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;</p>	<p>Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;</p>	<p>Estabelecer segurança jurídica e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;</p>	<p>até 6 meses</p>	<p>Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO</p>	<p>Plano de Manejo da APA Costa Brava</p>

Poluição sonora	Falta de educação e respeito a legislação vigente; falta de fiscalização efetiva;	Perturbação da ordem pública; Impacto na fauna; desqualificação do turismo;	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva; Instalação de placas informativas sobre o tema;	Buscar a tranquilidade e o bem estar da comunidade e usuários da praia	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO	
supressão da vegetação de restinga	Desrespeito a legislação ambiental; Uso indevido da área de vegetação de restinga	Perda da biodiversidade, Perda de proteção costeira; Perda paisagística;	remoção de espécies exóticas; cercamento de áreas a serem recuperadas;	Promover a recuperação do ecossistema de restinga	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA	
Ocupações Irregulares sobre a praia (bares e restaurantes)	Ausência de fiscalização pelo poder público na época da implantação	Ocupação desordenada	Elaborar e executar o PRAD;	Promover um ambiente mais equilibrado e organizado	Até 12 meses	Sec do Meio Ambiente, Sec de Planejamento e CGPO	
Excesso de Ambulantes na praia	Liberação de Alvarás sem controle pelo poder público	Saturação do comércio ambulante	1- Criar alvará específico com limite por praia;	Promover um maior controle e organização do comercio na faixa de área da praia	Permanente	Sec da receita	
Elevado número de turistas na temporada de verão	Ausência de controle no número de turistas	super lotação da praia causando diversos transtornos	elaborar um estudo de capacidade de carga de turistas;	Promover um maior conforto aos usuários da praia de acordo com a capacidade adequada	Até 24 meses	Sec de turismo e Sec de meio Ambiente	
Falta de regularização e ordenamento do trapiche para fins públicos e privados	Ausência de controle e regulamentação pelo poder público	Transtornos aos pescadores e outras embarcações particulares	Regularização do trapiche buscando a harmonia entre uso público e privado	Promover a melhoria na atividade náutica da localidade	até 6 meses	Sec turismo e Sec de meio ambiente, Colônia de pescadores	
dificuldade de retirada da produção de maricultura e pesca artesanal	Falta de estrutura adequada	Falata de incentivo para a atividade da maricultura	Buscar garantir o acesso adequado para a retirada do pescado.	Promover a melhoria na atividade de logistica da maricultura local.	Permanente	Sec de Meio ambiente e Sec de Planejamento	
Excesso de tenda de milho e churros	Liberação de Alvarás sem controle para essa atividade	Ocupação da faixa de areia	regularização e revisão do número de pontos de milho e churros	Promover o equilíbrio das atividades comerciais na praia	Permanente	Sec da receita	

## 2.1. Barra Sul

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
C	Esportes náuticos (jet Velas Windsurf Canoagem Sup beach tennis futebol futvolei Pesca artesanal Passeios turísticos embarcados Lazer para crianças (parque infantil) Gastronomia comércio Ancoragem de embarcações Bocha Comercio artesanal local (associação de mães) Presença de ecossistemas protegidos (manguezal) Quiosques Venda de milho e churros Turismo religioso cultural (Capela Santo Amaro e Casa Linhares) Atividade de turismo (bondinho) Pier turístico Eventos artísticos em geral Vendedores ambulantes turismo receptivo de cruzeiros Show de Fogos de artifício no primeiro de ano	Atividades de esportes náuticos Esportes na areia Valorização da cultura local (pesca artesanal, gastronomia, artesanato) Incremento de Infraestruturas de apoio náutico para pequenas e médias embarcações Estruturas flutuantes Exploração de eventos turísticos	falta de ordenamento e espaço das atividades esportivas (horários e autorizações)	ausência de espaço e zoneamento das atividades	conflito entre os usuários	elaboração de um plano de zoneamento das atividades esportivas	Para regular e ordenar as diferentes atividades de esporte na faixa de areia	até 24 meses	Fundação municipal de esporte; Associação Catarinense de escolas de surf de Balneário Camboriú; Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da avenida Atlântica; Estruturas de apoio aos esportes de praia
			Destinação inadequada dos resíduos sólidos(restos de pesca)	Pesca artesanal	Poluição do rio Camboriú; Odores	Construção de local adequado para manipulação do pescado e gestão de resíduos da pesca	Buscar garantir uma melhor qualidade do pescado e dar a destinação correta dos resíduos	até 5 anos	Colônia de pesca; secretaria de Planejamento; Epagri; Secretaria de Turismo; secretaria do Meio Ambiente; Compur; Instituto Pronatura	Projeto do Mercado Público;
			Número insuficiente de banheiros públicos	falta de planejamento	Risco de transmissão de doença; Contaminação da areia; odores;	Construção de mais unidades de banheiros públicos com parceria público/privado	Segurança sanitária; melhorar atendimento ao usuário	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento;	Projeto de reurbanização da avenida Atlântica
			Ausência de paracilos	falta de planejamento	Ocupação inadequada do espaço público para guardar bicicletas; desestimulo do uso de bicicleta	Instalação de paracilos	Estimular o uso de bicicletas e garantir o local adequado para guarda de bicicleta	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes	Projeto de Reurbanização da avenida Atlântica
			Estrangulamento da área navegável do Rio Camboriú	Aumento das estruturas de apoio (pier, trapiches) e porte de embarcações (lanchas)	Risco de acidentes aquaviários; Impactos negativos para os pescadores artesanais	Elaboração de um Plano para regulação dos usos das margens do Rio Camboriú e espelho d'água	Buscar um melhor ordenamento do espelho d'água e das margens do Rio Camboriú	até 24 meses	Colônia de pesca; secretaria de Planejamento; secretaria do Meio Ambiente; Capitania dos portos; ConSegMar; comitê gestor do Rio Camboriú	
			Poluição sonora na faixa de orla	Caixas de som na faixa de areia;	Poluição sonora; irritabilidade; desestímulo ao uso da praia pelo usuário	Revisão do código de postura e fiscalização na praia; Instalação de placas informativas	Harmonizar a convivência entre os usuários da praia	até 24 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Secretaria do Meio Ambiente	Projeto de Reurbanização da avenida Atlântica
			Erosão causando a diminuição da faixa de areia	Ocupação inadequada da área de praia (vegetação de restinga);	Destruição do calçadão; Alagamento das vias; Carreamento do sedimento para as vias públicas	Recomposição do estoque sedimentar (reestruturação da faixa de areia); Recomposição da vegetação de restinga;	Reverter o processo de erosão da praia	até 48 meses	secretaria de Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da avenida Atlântica;
			Excesso de veículos na avenida Atlântica	Deficiência no transporte público; Adensamento populacional; Cultura de priorização de veiculosparticulares	engarrafamento; lentidão de deslocamento; acidentes; poluição sonora/atmosférica/visual.	Fechamento de vias durante o final de semana; elaborar uma campanha de incentivo de transporte alternativo; cobrar melhorias do transporte público; cobrar aprovação e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do transporte público	Para buscar uma melhoria na mobilidade urbana e de qualidade de vida.	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do Transporte Público

Ausência de uma estrutura física para órgãos competentes de fiscalização	falta de planejamento; incremento das atividades	Risco de acidentes e infrações	Disponibilização de local adequado com infraestrutura (Captaria, PMA,	Buscar garantir melhoria e agilidade nas atividades fiscalização	até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Polícia Militar ambiental; Corpo de Bombeiros;	Projeto de instalação de posto da polícia ambiental;
Saturação da ciclofaixa e passeio público	Aumento do número de usuários e modais (skate, patinetes motorizados, bicicletas, etc)	Risco de acidentes; viabilidade de execução das atividades	Ampliação e reestruturação da ciclofaixa e calçada	Diminuição de risco de acidentes e melhoria no conforto e fluxo dos usuários da ciclofaixa	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes	Projeto de Reurbanização da avenida Atlântica
Desordenamento do uso das embarcações de pesca nos atracadouros no Rio Camboriú	falta de fiscalização do poder público frente a autorização de pesca; falta de atracadouros para pesca; excesso de embarcações de pesca	Degradação da vegetação das margens; Conflito entre pescadores;	criação de um Departamento municipal de Gestão de Pesca; Reorganizar o espaço de vagas para atracar embarcações nos trapiches público em frente a rua Jardim da Saudade; Criar mais uma estrutura de apoio náutico a pesca artesanal no trecho entre a Rua Joana Maria e a antiga "fábrica de gelo".	Para ordenar o uso da pesca artesanal; Preservar as margens (manguezal); Melhorar a gestão dos resíduos sólidos e efluentes líquidos; Buscar garantir a segurança da qualidade do pescado	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores e CGM - PO	Projeto de atracadouro Público na rua Jardim da Saudade;
Possível instalação em espelho d'água de empreendimentos de grande porte (porto, hotel, shopping)	Especulação do espelho d'água; Emissão de LAP para empreendimento de grande porte (ex: BC Port)	Impacto negativo para atividades de pesca, náutica. Impactos negativos paisagísticos, ambientais, mobilidade urbana, social, econômico, turístico.	Incluir o município na tomada de decisão quanto a empreendimentos no espelho d'água; Mobilização social e ação civil pública para avaliar a viabilidade do empreendimento; Considerar o decidido no Projeto Orla frente a instalação de empreendimentos de grande porte no espelho d'água	Incluir o município na decisão da ocupação do espelho d'água	até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores; CGM - PO	empreendimento BC Port



## 2.2. Praia Central

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
C	Esportes náuticos (jet Velas Windsurf Canoagem Sup beach tennis futebol futvolei Pesca artesanal Passeios turísticos embarcados Lazer para crianças (parque infantil) Gastronomia comércio Ancoragem de embarcações Bocha Comercio artesanal local (associação de mães) Presença de ecossistemas protegidos (manguezal)	Atividades de esportes nauticos Esportes na areia Valorização da cultura local (pesca artesanal, gastronomia, artesanato) Incremento de Infraestruturas de apoio náutico para pequenas e médias embarcações Estruturas flutuantes Exploração de eventos turísticos	falta de ordenamento e espaço das atividades esportivas (horários e autorizações)	ausência de espaço e zoneamento das atividades	conflito entre os usuários	elaboração de um plano de zoneamento das atividades esportivas	Para regular e ordenar as diferentes atividades de esporte na faixa de areia	até 24 meses	Fundação municipal de esporte; Associação Catarinense de escolas de surf de Balneário Camboriú; Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da avenida Atlântica; Estruturas de apoio aos esportes de praia
			Destinação inadequada dos resíduos sólidos (restos de pesca)	Pesca artesanal	Poluição do rio Camboriú; Odores	Construção de local adequado para manipulação do pescado e gestão de resíduos da pesca	Buscar garantir uma melhor qualidade do pescado e dar a destinação correta dos resíduos	até 5 anos	Colônia de pesca; secretaria de Planejamento; Epagri; Secretaria de Turismo; secretaria do Meio Ambiente; Compur; Instituto Pronatura	Projeto do Mercado Público;
			Número insuficiente de banheiros públicos	falta de planejamento	Risco de transmissão de doença; Contaminação da areia; odores;	Construção de mais unidades de banheiros públicos com parceria público/privado	Segurança sanitária; melhorar atendimento ao usuário	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento;	Projeto de reurbanização da avenida Atlântica
			Ausência de paraciclos	falta de planejamento	Ocupação inadequada do espaço público para guardar bicicletas; desestímulo do uso de bicicleta	Instalação de paraciclos	Estimular o uso de bicicletas e garantir o local adequado para guarda de bicicleta	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes	Projeto de Reurbanização da avenida Atlântica
			Poluição sonora na faixa de orla	Caixas de som na faixa de areia;	Poluição sonora; irritabilidade; desestímulo ao uso da praia pelo usuário	Revisão do código de postura e fiscalização na praia; Instalação de placas informativas	Harmonizar a convivência entre os usuários da praia	até 24 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Secretaria do Meio Ambiente	Projeto de Reurbanização da avenida Atlântica
			Erosão causando a diminuição da faixa de areia	Ocupação inadequada da área de praia (vegetação de restinga);	Destruição do calçadão; Alagamento das vias; Carreamento do sedimento para as vias públicas	Recomposição do estoque sedimentar (reestruturação da faixa de areia); Recomposição da vegetação de restinga;	Reverter o processo de erosão da praia	até 48 meses	secretaria de Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da avenida Atlântica;

Excesso de veículos na avenida Atlântica	Deficiência no transporte público; Adensamento populacional; Cultura de priorização de veículos particulares	engarrafamento; lentidão de deslocamento; acidentes; poluição sonora/atmosférica/visual.	Fechamento de vias durante o final de semana; elaborar uma campanha de incentivo de transporte alternativo; cobrar melhorias do transporte público; cobrar aprovação e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do transporte público	Para buscar uma melhoria na mobilidade urbana e de qualidade de vida.	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do Transporte Público
Saturação da ciclofaixa e passeio público	Aumento do número de usuários e modais (skate, patinetes motorizados, bicicletas, etc)	Risco de acidentes; viabilidade de execução das atividades	Ampliação e reestruturação da ciclofaixa e calçada	Diminuição de risco de acidentes e melhoria no conforto e fluxo dos usuários da ciclofaixa	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes	Projeto de Reurbanização da avenida Atlântica
Desordenamento do uso das embarcações de pesca nos atracadouros no Rio Marambai	falta de fiscalização do poder público frente a autorização de pesca; falta de atracadouros para pesca; excesso de embarcações de pesca	Degradação da vegetação das margens; Conflito entre pescadores;	criação de um Departamento municipal de Gestão de Pesca; Reorganizar o espaço de vagas para atracar embarcações nos trapiches público em frente a rua Jardim da Saudade; Criar mais uma estrutura de apoio náutico a pesca artesanal no trecho entre a Rua Joana Maria e a antiga "fábrica de gelo".	Para ordenar o uso da pesca artesanal; Preservar as margens (manguezal); Melhorar a gestão dos resíduos sólidos e efluentes líquidos; Buscar garantir a segurança da qualidade do pescado	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores e CGM - PO	Projeto de atracadouro Público na rua Jardim da Saudade;
Possível instalação em espelho d'água de empreendimentos de grande porte (porto, hotel, shopping)	Especulação do espelho d'água; Emissão de LAP para empreendimento de grande porte	Impacto negativo para atividades de pesca, náutica. Impactos negativos paisagísticos, ambientais, mobilidade urbana, social, econômico, turístico.	Incluir o município na tomada de decisão quanto a empreendimentos no espelho d'água; Mobilização social e ação civil pública para avaliar a viabilidade do empreendimento; Considerar o decidido no Projeto Orla frente a instalação de	Incluir o município na decisão da ocupação do espelho d'água	até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores; CGM - PO	empreendimento BC Port



### 3.1. Pontal Norte

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	ATIVIDADE GERADORA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
A	Ambiente natural com baixíssimo de ocupação antrópica. Trecho utilizado por turistas e moradores que buscam um local mais preservado para passeios e atividade de pesca amadora. Nesse trecho também está localizada a base de busca e salvamento aquático do CBM. Apresenta também um deck suspenso que liga a barra norte até a praia do buraco.	Almento no fluxo de turistas; Criação de UC municipal	Criminalidade e usos de drogas no período noturno	Risco de assaltos e medo por parte da população que frequenta o trecho.	Pouca fiscalização por parte dos órgãos de segurança pública nesse trecho, principalmente no período noturno.	Solicitar aumento do efetivo para ronda e fiscalização no trecho.	Buscar garantir a segurança dos usuários	Permanente	Sec. De Segurança pública e PMSC	
			Risco de contaminação da água oriunda do Rio Marambaia	Risco de Transmissão de doenças para os banhistas	Lançamento clandestino de efluentes não tratados no Rio Marambaia.	1- Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ; 2- Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;	Buscar garantir um ambiente saudável e uma praia limpa para os usuários.	1 Imediato e permanente; 2 Até 24 meses.	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras	Emissário de esgoto; Nano bolhas; Jardim filtrante (UNIVALI); Lei atual para ligação de esgoto; Se liga na rede
			Resíduos sólidos deixados pelos usuários que frenquantam a Prainha	Poluição ambiental.	Falta de consciência e educação dos usuários.	Elaborar programa de educação ambiental	Divulgar a educação ambiental	Permanente	Sec de Meio Ambiente	

### 3.2. Praia do Buraco

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	ATIVIDADE GERADORA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
A	Esportes aquático (surf); Turismo de sol e mar; pouso de parapente; pesca amadora de vara;	Body surf, Evento de bodyboard/surf Eco turismo Observação de aves Caminhadas Turismo de sol e mar	Acesso precário (acesso norte)	falta de manutenção e adequação;	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	1- Adequação do acesso norte da praia (morro do Careca).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 24 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	
			Falta de estacionamento público	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamento irregulares; diminuição de visitação turística;	Demarcação de locais para estacionamento público; Estimulo ao transporte alternativo (ciclovía, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estimulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM-PO	
			ausência de estrutura de apoio ao usuário da praia (quiosque e banheiro público)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros	Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	8 meses (priori	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar	
			Falta de recursos financeiros rubricados (destinado especificamente) para a praia e a área de atuação do projeto Orla	Não poder programar e prever ações e projetos necessários ao tema	Falta de planejamento financeiro para o setor da orla	1- Propor no legislativo municipal projeto de lei a destinação de valor (sugestão mínima de 50%) do recurso repassado com a TGP (Termo de Gestão de Praia) para a aplicação das ações do Projeto Orla.	Buscar garantir recursos financeiros permanentes para as atividades e projetos	Elaborar o projeto de lei em até 06 meses	Procuradoria do Município e Câmara de Vereadores.	
			Falta de existência de um Código Ambiental municipal	Dificuldade no regramento da ações de proteção e gestão ambiental do município		1- Desenvolvimento de um código ambiental municipal (lei municipal)				
			Contaminação do Ribeirão Ariribá	Risco de contaminação e doenças	Lançamento de efluentes não tratados	1- Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão. 2- Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes	Buscar garantir um meio ambiente saudável livre de riscos de contaminação de doenças.	em até 06 meses	Procuradoria da PMBC; e VISA	TAC ribeirão Ariribá

				<p>1- Oficiar o hotel existente, solicitando o cumprimento da legislação patrimonial em relação a área comum de uso do povo. 2- Implantar sinalização informativa sobre a área de uso comum do povo. 3 - Poder público municipal solicitar a SPU intervir/fiscalizar o uso irregular dos terrenos de marinha de área comum do povo (hotel). 4- Ação de fiscalização pelos fiscais de postura municipais objetivando o cumprimento da legislação em vigor</p>	<p>Buscar garantir o uso adequado para todos os usuários da praia e o cumprimento da legislação em vigor.</p>	<p>em até 06 meses</p>	<p>Sec de Meio Ambiente, SPU/SC,</p>			
			<p>Falta de segurança pública nas extremidades da praia</p>	<p>assaltos; usuários de drogas; risco de violência sexual</p>	<p>Pouca fiscalização por parte dos órgãos de segurança pública</p>	<p>1- solicitar o aumento do policiamento militar na área; 2- solicitar maior efetividade de ronda da guarda municipal</p>	<p>Buscar garantir mais segurança e tranquilidade aos turistas e usuários da praia.</p>	<p>permanente</p>	<p>CGM - PO; PMSC</p>	

Costões Rochosos 1.1;1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3.

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	ATIVIDADE GERADORA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	TRECHOS ONDE SE APLICA	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
A	Complexo turístico com eventos e Parque aquático Residências e comércio Acesso sul da Av. Interpraías Pesca esportiva Trilhas Ciclismo na via de acesso Maratonas Mergulho Pesca submarina Atividades náuticas motorizadas e sem motor Maricultura Pesca de rede de cerco	Eco turismo Infraestrutura turística Corrida de aventura Escalada trilhas socio educativas Entretimento Observação de aves Conservação marinha Produção de hortaliças orgânicas Pesquisas científicas, artísticas e culturais Pesca esportiva Mergulho recreativo Pagamento por serviços ambientais Criação de áreas protegidas	Resíduos sólidos deixados pelos usuários	Poluição do ambiente natural	Falta de educação	1. Campanha de educação ambiental e conscientização	Promover a educação ambiental	1.1;1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Permanente	Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; CGM-PO	
			Uso de drogas	Ausência de fiscalização dos órgãos competentes	Baixo efetivo	1. Aumento de Fiscalização policial. 2. Criação e fortalecimento da rede de vizinhos	Promover a segurança dos usuários	1.1	Permanente	Sec. Segurança Pública; PM; CGM- PO	
			Risco de acidentes	Falta de conhecimento de informações sobre o tema	Ausência de informações	1. Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.	Promover a segurança dos usuários	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Permanente	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO	
			Resíduos sólidos trazidos pelo mar	Poluição do ambiente natural	Descarte inadequado dos resíduos	1.Implantação do Programa Lixo fora d'água. 2. elaboração de projetos para utilização dos materias trazidos pelo mar.	Promover a destinação adequada do lixo	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 12 meses	Sec. Meio ambiente; Sec. Cultura; Sec. Educação; Sec. Turismo; Instituições de ensino; CGM-PO	
			Invasões	Degradação ambiental	Ocupação irregular	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes	Promover o uso e ocupação do solo de maneira regularizada	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Permanente	Sec. De Segurança Pública; PM; Polícia Ambiental; CGM-PO	
			Degradação do ambiente natural	Perda da biodiversidade local	Uso inadequado do solo	1. Programa de monitoramento de recursos hídricos	Buscar garantir a proteção das nascentes	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 12 meses	Sec Meio ambiente; Comitê de bacias; Instituições de ensino; EMASA; CGM-PO	
			Queimadas	Degradação ambiental	Falta de educação dos usuários e pescadores amadores	1. Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e interpraías	Promover uma fiscalização ambiental mais efetiva	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 24 meses	Bombeiros; Sec. Meio Ambiente; Polícia Ambiental; CGM-PO	
			Criminalidade	Assaltos e furtos	Baixo efetivo dos agentes de segurança pública	1. Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região	Promover a segurança dos moradores e turistas	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 12 meses	Sec. Segurança Pública; PM; CGM- PO	
			Falta de informação e sinalização	Atividade de turismo fica prejudicada	Ausência de planejamento pelo poder público	1. Instalação de infraestruturas informativas	Promover a divulgação de informações para o turista	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 12 meses	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO	
			Supressão da vegetação nativa	Degradação ambiental	Uso inadequado do solo	1. Reintrodução de espécies nativas. 2. campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas. 3. Substituição da vegetação exótica por nativa	Promover um ambiente mais equilibrado e saudável	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 24 meses	sec. Meio Ambiente; Instituições de ensino; ONGS; Igrejas; CGM-PO	
Pesca ilegal com rede feiteira	Perda da biodiversidade local	Ganância de alguns pescadores	Incremento da fiscalização ambiental marinha	Promover a proteção da biodiversidade marinha	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Permanente	PM ambiental; guarda municipal ambiental; IMA; IBAMA; Colonia de pesca				



Anexo 17- Quadro “4” - Síntese de Problemas da orla de BC. Apêndice 3.

PROBLEMAS	TRECHO	AÇÕES E MEDIDAS
Acesso perigoso, precário ou inadequado	1.9.	Projeto e execução de escadas e passarelas no acesso existente; Placas informativas informando a ausência de guarda vidas e as condições de uso da praia. Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovias, transporte público); Instalação de paracidos
	3.2.	Adequação do acesso norte da praia (morro do Careca).
	1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. - 1.11.	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (serviços e passarelas).
Apropriação da faixa de areia em frente ao Hotel "privatização" de área de uso comum do povo	3.2.	Oficiar o hotel existente, solicitando o cumprimento da legislação patrimonial em relação a área comum de uso do povo.
		Implantar sinalização informativa sobre a área de uso comum do povo.
		Podem público municipal solicitar a SPU intervir/fiscalizar o uso irregular dos terrenos de marinha de área comum do povo (hotel)
		Ação de fiscalização pelos fiscais de postura municipais objetivando o cumprimento da legislação em vigor
Assoreamento da margem direita do rio Camboriú da passarela até a rampa da rua Joana Maria	2.1.	Projetos para dragagem contemplando a periodicidade das dragagens
Ausência de banheiro público	1.9.	Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;
ausência de estrutura de apoio ao usuário da praia (quiosque e banheiro público)	3.2.	
Ausência de paracidos	2.1. - 2.2.	Instalação de paracidos
Ausência de uma estrutura física para órgãos competentes de fiscalização	2.1.	Disponibilização de local adequado com infraestrutura (Captania, PMA,
Baixa atividade de turismo fora da temporada de verão	1.2. - 1.4.	Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da região da APA Costa Brava;
		Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércios, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo;
		Inserir o passeio turístico interpraias na rota do Citytour.
cachorro na praia	1.2. - 1.4. - 1.8. - 1.9. - 1.11.	Educação e conscientização da comunidade local e turísticas;
		criação de um dog park na APA Costa Brava;
		Castração/vacina e fiscalização;
cancha de bocha (estrutura fixa) sobre a praia	2.1. - 2.2.	Planejar a nova localização e quantidade de canchas de bocha.
		retirar as canchas de bocha da faixa de areia;
Contaminação da lagoa de Taquaras	1.8.	Fiscalização da ligação das residências na rede coletora (escolas, igreja, etc).
		Ação de limpeza e revitalização da lagoa.
		Ativação da rede coletora de esgoto da rua Jacarandá
Contaminação do Ribeirão Arribá	3.2.	Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão.
		Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes
Criminalidade e usos de drogas no período noturno	3.1.	Solicitar aumento do efetivo para ronda e fiscalização no trecho.
Desordenamento do uso das embarcações de pesca nos atracadouros no Rio Camboriú	2.1.	criação de um Departamento municipal de Gestão de Pesca;
		Reorganizar o espaço de vagas para atracar embarcações nos trapiches público em frente a rua Jardim da Saudade;
Desordenamento do uso das embarcações de pesca nos atracadouros no Rio Marambaí	2.2.	3. Criar mais uma estrutura de apoio náutico a pesca artesanal no trecho entre a Rua Joana Maria e a antiga "fábrica de gelo".

Destinação inadequada dos resíduos sólidos(restos de pesca)	2.1. - 2.2.	Construção de local adequado para manipulação do pescado e gestão de resíduos da pesca
difficuldade de retirada da produção de maricultura e pesca artesanal	1.11.	Buscar garantir o acesso adequado para a retirada do pescado.
Edificação em terreno de marinha não regularizada junto a SPU	1.8.	Solicitar a SPU levantamento de RIP(Registro Imobiliário Patrimonial) em toda faixa de terreno de marinha do trecho;
Elevado número de turistas na temporada de verão	1.11.	elaborar um estudo de capacidade de carga de turistas;
Enfraquecimento da cultura tradicional local	1.8.	Desenvolver um plano de incentivo das atividades culturais tradicionais di local
Erosão causando a diminuição da faixa de areia	2.1. - 2.2.	Recomposição do estoque sedimentar (reestruturação da faixa de areia); Recomposição da vegetação de restinga;
Estrangulamento da área navegável do Rio Camboriú	2.1.	Elaboração de um Plano para regulação dos usos das margens do Rio Camboriú e espelho d'água
Excesso de Ambulantes na praia	1.11.	Criar alvará específico com limite por praia;
Excesso de tenda de milhos e churros	1.11.	regularização e revisão do número de pontos de milho e churros
Excesso de veículos na avenida Atlântica	2.1. - 2.2.	Fechamento de vias durante o final de semana;
		elaborar uma campanha de incentivo de transporte alternativo;
		cobrar melhorias do transporte público;
		cobrar aprovação e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do transporte público
Falha na operação de rede de esgoto e ligações clandestinas	1.11.	Cobrar a execução da rede de esgoto;
Falha no bombeamento da rede de esgoto	1.8.	
Falta de acesso para entrada do quadriciclo do CBM	1.4.	Instalação de acesso suspenso sobre a vegetação de restinga (mariscal);
Falta de análise de balneabilidade pelo IMA	1.6.	Solicitar ao IMA que seja incluído esse trecho na coleta e análise de água
Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. - 1.9.	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;
Falta de arborização e áreas verdes de lazer	1.2. - 1.4.	Criação e execução de áreas de lazer arborizadas/urbanizadas nas servidões de acesso à praia Plano e execução de arborização das vias ;
Falta de banheiro público para pescadores artesanais	1.8.	Construção de banheiro público para pescadores artesanais e turistas
Falta de esclarecimento (comunidade da APA) dos possíveis impactos negativos na região da APA causados pela obra de engordamento da praia central	1.4.	Solicitar ao poder público esclarecimentos dos possíveis impactos negativos da costa da APA
Falta de estacionamento público	1.4. - 1.6. - 1.11. - 3.2.	Demarcação de locais para estacionamento público;
		Estímulo ao transporte alternativo (ciclóvia, transporte público);
		Instalação de paraciclos
Falta de existência de um Código Ambiental municipal	3.2.	1- Desenvolvimento de um código ambiental municipal (lei municipal)
Falta de ordenamento e espaço das atividades esportivas (horários e autorizações)	2.1. - 2.2.	elaboração de um plano de zoneamento das atividades esportivas
falta de pavimentação das ruas de acesso a praia	1.2. - 1.4.	Pavimentar as ruas de acesso à praia
falta de plano de drenagem e manutenção da rede existente	1.2. - 1.4. - 1.8.	Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente

Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo	1.8.	Contemplar no plano municipal do turismo ações para promoção da localidade
Falta de políticas públicas voltada para o turismo em geral e de naturismo	1.6.	
Falta de posto guarda vidas com banheiro	2.1.	Construção de novo posto guarda vidas com banheiro exclusivo para os bombeiros e banheiros públicos para usuários
Falta de recursos financeiros rubricados (destinado especificamente) para a praia e a área de atuação do projeto Orla	3.2.	Propor no legislativo municipal projeto de lei a destinação de valor (sugestão mínima de 50%) do recurso repassado com a TGP (Termo de Gestão de Praia) para a aplicação das ações do Projeto Orla.
Falta de rede de esgoto	1.2. - 1.4. - 1.6.	Cobrar a execução da rede de esgoto;
Falta de regularização e ordenamento do trapiche para fins públicos e privados	1.11.	Regularização do trapiche buscando a harmonia entre uso público e privado
Falta de segurança aquática e policiamento	1.4.	Instalação de bóias (200m);
		Instalar mais postos guarda vidas;
		Aumentar o efetivo na base integrada para rondas;
Falta de segurança e policiamento para fiscalização no canto norte e no acesso público (libertinagem, sexo, drogras)	1.6.	Instalação de um posto de vigilância (guarda ambiental municipal);
		Aumentar o efetivo na base integrada para rondas no acesso público (rondas na prainha e no costão);
Falta de segurança pública nas extremidades da praia	3.2.	solicitar o aumento do policiamento militar na área;
		solicitar maior efetividade de ronda da guarda municipal
Falta de serviço de emergência eficiente e demora de atendimento	1.4.	Instalação de uma base avançada de atendimento de urgência e emergência médica
Falta de um espaço público de convivência e lazer para a comunidade local	1.8.	Construir um centro de convivência e equipamentos de lazer na antiga estação de tratamento da EMASA
Laranjeiras não estar incluída na área da APA Costa Brava	1.11.	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;
Milho e churros com estrutura fixa sobre a faixa de areia	2.1. - 2.2.	Buscar o Termo de ajustamento de conduta no MP Federal para manter as estruturas atuais até o engordamento da praia;
		Defender juridicamente a permanência das estruturas na praia até a engorda da praia no caso de notificação para demolição;
		Demolir a estrutura fixa e instalar estruturas móveis por 3 meses de acordo com as normas da vigilância sanitária (renováveis por mais 3 meses - permissão de uso) até a engorda da praia;
Mobilidade urbana na temporada de verão	1.11.	Buscar novas alternativas de transporte público;
		Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade;
		Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus
Número insuficiente de banheiros públicos	2.1. - 2.2	Construção de mais unidades de banheiros públicos com parceria público/privado
Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. 1.11.	Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;
Ocupações Irregulares sobre a praia (bares e restaurantes)	1.11.	Elaborar e executar o PRAD;
Poluição do Rio Marambaia	2.2.	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;
		Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;
Poluição sonora	1.2. - 1.4. - 1.8. - 1.11.	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva;
		Instalação de placas informativas sobre o tema;
Poluição sonora na faixa de orla	2.1. - 2.2.	Revisão do código de postura e fiscalização na praia; Instalação de placas informativas

Poluição visual ocasionada por publicidade na praia (patrocínio)	2.2.	Editar normativo para regulamentar e disciplinar a lei 3907/16 (lei municipal) a fim de estabelecer regra e parâmetros para publicidade, prevendo padrões, tamanho e quantidade; fiscalizar a instalação de publicidade na praia;
Possível instalação em espelho d'água de empreendimentos de grande porte (porto, hotel, shopping)	2.1. - 2.2.	Incluir o município na tomada de decisão quanto a empreendimentos no espelho d'água; Mobilização social e ação civil pública para avaliar a viabilidade do empreendimento; Considerar o decidido no Projeto Orla frente a instalação de empreendimentos de grande porte no espelho d'água
Presença de "bloom" de diatomáceas e briozóários na água de banho e faixa de areia	2.1. - 2.2.	Desenvolvimento de novos estudos buscando identificar as causas e soluções para este problema Melhorar a qualidade de água do rio Camború; Adequar a estação de tratamento de efluentes líquidos do município (EMASA); estudo da influência do "bota fora" da dragagem do rio Itajal Açu; Adequar o sistema de drenagem do município
Resíduos sólidos deixados pelos usuários que frequentam a Prainha	3.1.	Elaborar programa de educação ambiental
Risco de contaminação da água oriunda do Rio Marambaia	3.1.	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ; Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;
Saturação da ciclofaixa e passeio público	2.1. - 2.2.	Ampliação e reestruturação da ciclofaixa e calçada
supressão da vegetação nativa/de restinga	1.2. - 1.4. - 1.8. - 1.11. 1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	remoção de espécies exóticas; cercamento de áreas a serem recuperadas; Reintrodução de espécies nativas. campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas.
Transporte público deficiente	1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. - 1.9.	Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus
Falta de limpeza pública	1.6.	Cobrar limpeza pública
Resíduos sólidos deixados pelos usuários	1.1;1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Campanha de educação ambiental e conscientização
Uso de drogas	1.1	Aumento de Fiscalização policial. Criação e fortalecimento da rede de vizinhos
Risco de acidentes	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.
Resíduos sólidos trazidos pelo mar	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Implantação do Programa Lixo fora d'água. elaboração de projetos para utilização dos materias trazidos pelo mar.
Invasões	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes
Degradação do ambiente natural	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Programa de monitoramento de recursos hídricos
Queimadas	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e interprais

Criminalidade	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região
Falta de informação e sinalização	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Instalação de infraestruturas informativas
Pesca ilegal com rede feiteiceira Pesca ilegal noturna	1.4; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Incremento da fiscalização ambiental marinha
Poluição sonora por embarcações atracadas sem regulação do poder público Risco de acidentes com embarcações Pouca fiscalização de embarcações por parte do poder público	1.1; 1.5; 1.7 1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Incremento da fiscalização ambiental marinha (CP)
Falta de ordenamento do espelho d'água	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Elaboração e implementação do Planejamento Espacial Marinho
Falta de sinalização e demarcação marinha da área de banhista	1.1; 1.3; 1.5; 1.7	Implantação de bóias sinalizadoras
Poluição da Lagoa	1.3	Promover atividade de fiscalização sanitária nas edificações próximas da lagoa

Anexo 18 – Quadro “5” – Ações e Medidas estratégicas. Apêndice 3.

AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
Projeto e execução de escadas e passarelas no acesso existente; Placas informativas informando a ausência de guarda vidas e as condições de uso da praia.	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovias, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO
Adequação do acesso norte da praia (morro do Careca).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 24 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (serviços e passarelas).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
Oficiar o hotel existente, solicitando o cumprimento da legislação patrimonial em relação a área comum de uso do povo.	Buscar garantir o uso adequado para todos os usuários da praia e o cumprimento da legislação em vigor.	até 06 meses	Sec de Meio Ambiente, SPU/SC,
Implantar sinalização informativa sobre a área de uso comum do povo.			
Poder público municipal solicitar a SPU Intervir/fiscalizar o uso irregular dos terrenos de marinha de área comum do povo (hotel).			
Ação de fiscalização pelos fiscais de postura municipais objetivando o cumprimento da legislação em vigor			
Projetos para dragagem contemplando a periodicidade das dragagens	Para aumentar a profundidade de calado das embarcações	até 24 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; ConSegMar; Colonia de Pesca
Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar
Instalação de paraciclos	Estimular o uso de bicicletas e garantir o local adequado para guarda de bicicleta	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes
Disponibilização de local adequado com infraestrutura (Captania, PMA,	Buscar garantir melhoria e agilidade nas atividades fiscalização	até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Polícia Militar ambiental; Corpo de Bombeiros;
Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da região da APA Costa Brava;	Promover o desenvolvimento econômico local	até 24 meses;	Secretaria de turismo, Sec de Meio Ambiente; Conselho gestor da APA; CGM - PO
Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércio, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo;		até 6 meses;	
Inserir o passeio turístico interpraias na rota do Citytour.		até 6 meses	
Educação e conscientização da comunidade local e turísticas;	Acabar com a presença de cães na praia	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
criação de um dog park na APA Costa Brava;			
Castração/vacina e fiscalização;			
Planejar a nova localização e quantidade de canchas de bocha.	Garantir o uso público e liberar área na faixa de areia (área de uso comum do povo).	até 24 meses.	fundação municipal de esporte; Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento; Associação de bocha
Fiscalização da ligação das residências na rede coletora (escolas, igreja, etc).	Promover a proteção do meio ambiente e dos usuários da lagoa	até 6 meses.	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária
Ação de limpeza e revitalização da lagoa.		até 12 meses.	
Ativação da rede coletora de esgoto da rua Jacarandá		até 6 meses	
Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão.	Buscar garantir um meio ambiente saudável livre de	até 06 meses	Recuperação da BACF e MSA

Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes	riscos de contaminação de doenças.	até 30 meses	Procuradoria da FIMB, e vizin
Solicitar aumento do efetivo para ronda e fiscalização no trecho.	Buscar garantir a segurança dos usuários	Permanente	Sec. De Segurança pública e PMSC
criação de um Departamento municipal de Gestão de Pesca;			
Reorganizar o espaço de vagas para atracar embarcações nos trapiches público em frente a rua Jardim da Saudade;	Para ordenar o uso da pesca artesanal; Preservar as margens (manguezal); Melhorar a gestão dos resíduos sólidos e efluentes líquidos; Buscar garantir a segurança da qualidade do pescado	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores e CGM - PO
3. Criar mais uma estrutura de apoio náutico a pesca artesanal no trecho entre a Rua Joana Maria e a antiga "fábrica de gelo".			
Construção de local adequado para manipulação do pescado e gestão de resíduos da pesca	Buscar garantir uma melhor qualidade do pescado e dar a destinação correta dos resíduos	até 5 anos	Colonia de pesca; secretaria de Planejamento; Epagri; Secretaria de Turismo; secretaria do Meio Ambiente; Compur; Instituto Pronatura
Buscar garantir o acesso adequado para a retirada do pescado.	Promover a melhoria na atividade de logística da maricultura local.	Permanente	Sec de Meio ambiente e Sec de Planejamento
Solicitar a SPU levantamento de RIP(Registro Imobiliário Patrimonial) em toda faixa de terreno de marinha do trecho;	Promover a regularização de ocupações e levantamento de possíveis áreas para uso público	Até 12 meses;	SPU; CGM - PO
elaborar um estudo de capacidade de carga de turistas;	Promover um maior conforto aos usuários da praia de acordo com a capacidade adequada	Até 24 meses	Sec de turismo e Sec de meio Ambiente
Desenvolver um plano de incentivo das atividades culturais tradicionais di local	Promover a cultura tradicional local	até 12 meses e permanente	Sec de turismo e Sec de Meio Ambiente
Recomposição do estoque sedimentar (reestruturação da faixa de areia); Recomposição da vegetação de restinga;	Reverter o processo de erosão da praia	até 48 meses	secretaria de Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente
Elaboração de um Plano para regulação dos usos das margens do Rio Camboriú e espelho d'água	Buscar um melhor ordenamento do espelho d'água e das margens do Rio Camboriú	até 24 meses	Colonia de pesca; secretaria de Planejamento; secretaria do Meio Ambiente; Capitania dos portos; ConSegMar; comitê gestor do Rio Camboriú
Criar alvará específico com limite por praia;	Promover um maior controle e organização do comercio na faixa de areia da praia	Permanente	Sec da receita
regularização e revisão do número de pontos de milho e churros	Promover o equilíbrio das atividades comerciais na praia	Permanente	Sec da receita
Fechamento de vias durante o final de semana; elaborar uma campanha de incentivo de transporte alternativo; cobrar melhorias do transporte público; cobrar aprovação e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do transporte público	Para buscar uma melhoria na mobilidade urbana e de qualidade de vida.	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO
Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária
Instalação de acesso suspenso sobre a vegetação de restinga (mariscal);	Promover a melhoria no atendimento de emergencia	até 12 meses	Sec Meio Ambiente; Sec obras; CBM
Solicitar ao IMA que seja incluído esse trecho na coleta e análise de água	Ter informações sobre a balneabilidade da praia	Imediato	Sec de Meio Ambiente
Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídico e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO
Criação e execução de áreas de lazer arborizadas/urbanizadas nas servidões de acesso à praia	Para oferecer aos moradores e turistas opções de lazer em áreas públicas mais verdes	até 36 meses	Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA
Plano e execução de arborização das vias ;		até 24 meses	
Construção de banheiro público para pescadores artesanais e turistas	Promover o bem estar dos pescadores e evitar a contaminação do ambiente	até 18 meses (prioridade)	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária; Sec Obras
Solicitar ao poder público esclarecimentos dos possíveis impactos negativos da costa da APA	Esclarecer as dúvidas sobre o tema para a população local	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação dos moradores do Estaleiro

Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovía, transporte público); Instalação de paraciclôs	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO
1- Desenvolvimento de um código ambiental municipal (lei municipal)			
elaboração de um plano de zoneamento das atividades esportivas	Para regular e ordenar as diferentes atividades de esporte na faixa de areia	até 24 meses	Fundação municipal de esporte; Associação Catarinense de escolas de surf de Balneário Camboriú; Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento
Pavimentar as ruas de acesso à praia	Melhoria da infraestrutura e qualidade de vida	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras;
Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente	Promover a melhoria da infraestrutura de drenagem pluvial	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; EMASA
Contemplar no plano municipal do turismo ações para promoção da localidade	Promover o incremento da atividade de turismo no trecho em questão	até dezembro 2019	Secretaria do Turismo; CGM - PO; Associação de moradores
Construção de novo posto guarda vidas com banheiro exclusivo para os bombeiros e banheiros públicos para usuários	Buscar garantir uma maior proteção e segurança aos usuários da praia.	em até 24 meses	Secretaria de Obras; Corpo de bombeiros militar
Propor no legislativo municipal projeto de lei a destinação de valor (sugestão mínima de 50%) do recurso repassado com a TGP (Termo de Gestão de Praia) para a aplicação das ações do Projeto Orla.	Buscar garantir recursos financeiros permanentes para as atividades e projetos	Elaborar o projeto de lei em até 06 meses	Procuradoria do Município e Câmara de Vereadores.
Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária
Regularização do trapiche buscando a harmonia entre uso público e privado	Promover a melhoria na atividade náutica da localidade	até 6 meses	Sec turismo e Sec de meio ambiente, Colônia de pescadores
Instalação de bóias (200m); Instalar mais postos guarda vidas; Aumentar o efetivo na base integrada para rondas;	Promover a melhoria da segurança como um todo	até 6 meses; até 6 meses; até 6 meses	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME
Instalação de um posto de vigilância (guarda ambiental municipal); Aumentar o efetivo na base integrada para rondas no acesso público (rondas na prainha e no costão);	Promover um ambiente mais seguro para os usuários da praia.	até 6 meses; até 6 meses	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME
solicitar o aumento do policiamento militar na área; solicitar maior efetividade de ronda da guarda municipal	Buscar garantir mais segurança e tranquilidade aos turistas e usuários da praia.	permanente	CGM - PO; PMSC
Instalação de uma base avançada de atendimento de urgência e emergência médica	Garantir um atendimento mais rápido e eficiente	até 48 meses	CBM; Secretaria de Saúde; Secretaria de Obras; Secretaria de Planejamento
Construir um centro de convivência e equipamentos de lazer na antiga estação de tratamento da EMASA	Promover o bem estar e o lazer da população local	até 24 meses	Sec. Meio Ambiente, Associação dos moradores de Taquaras; Fundação de Esporte; CGM - PO; Fundação de cultura
Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídico e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO
Buscar o Termo de ajustamento de conduta no MP Federal para manter as estruturas atuais até o engordamento da praia; Defender juridicamente a permanência das estruturas na praia até a engorda da praia no caso de notificação para demolição; Demolir a estrutura fixa e instalar estruturas móveis por 3 meses de acordo com as normas da vigilância sanitária (renováveis por mais 3 meses - permissão de uso) até a engorda da praia;	Para garantir o sustento das famílias nessa atividade comercial de acordo com as normas atuais.	até 3 meses indeterminado; indeterminado	Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Município e secretarias; SPU;
Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade;	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;

Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus	usuário;		
Construção de mais unidades de banheiros públicos com parceria público/privado	Segurança sanitária; melhorar atendimento ao usuário	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento;
Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (priori	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar
Elaborar e executar o PRAD;	Promover um ambiente mais equilibrado e organizado	Até 12 meses	Sec do Meio Ambiente, Sec de Planejamento e CGPO
Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;	Buscar garantir um ambiente saudável e uma praia limpa para os usuários.	Imediato e permanente;	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras
Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;		Até 24 meses.	
Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva;	Buscar a tranquilidade e o bem estar da comunidade e usuários da praia	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO
Instalação de placas informativas sobre o tema;			
Revisão do código de postura e fiscalização na praia; Instalação de placas informativas	Harmonizar a convivência entre os usuários da praia	até 24 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Secretaria do Meio Ambiente
Editar normativo para regulamentar e disciplinar a lei 3907/16 (lei municipal) a fim de estabelecer regra e parâmetros para publicidade, prevendo padrões, tamanho e quantidade;	Buscar garantir um ambiente visual e paisagem mais limpa nessa questão.	até 12 meses.	Sec. Do Meio Ambiente; Sec. De Planejamento
fiscalizar a instalação de publicidade na praia;			
Incluir o município na tomada de decisão quanto a empreendimentos no espelho d'água;		até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	
Mobilização social e ação civil pública para avaliar a viabilidade do empreendimento;	Incluir o município na decisão da ocupação do espelho d'água		Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores; CGM - PO
Considerar o decidido no Projeto Orla frente a instalação de empreendimentos de grande porte no espelho d'água			
Desenvolvimento de novos estudos buscando identificar as causas e soluções para este problema	reestabelecer a qualidade da água e da areia da praia;	ate 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colonia de Pescadores e CGM - PO
Melhorar a qualidade de água do rio Camború;	melhoria no incremento do turismo; diminuição dos riscos a saúde; melhoria da paisagem; diminuição do custo de manutenção da limpeza da praia;		
Adequar a estação de tratamento de efluentes líquidos do município (EMASA);	reestabelecer o equilíbrio ecológico		
estudo da influência do "bota fora" da dragagem do rio Itajaí Açu;			
Adequar o sistema de drenagem do município			
Elaborar programa de educação ambiental	Divulgar a educação ambiental	Permanente	Sec de Meio Ambiente
Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;	Buscar garantir um ambiente saudável e uma praia limpa para os usuários.	Imediato e permanente;	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras
Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;		Até 24 meses.	
Ampliação e reestruturação da ciclofaixa e calçadão	Diminuição de risco de acidentes e melhoria no conforto e fluxo dos usuários da ciclofaixa	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes
remoção de espécies exóticas;			
cercamento de áreas a serem recuperadas;			
Reintrodução de espécies nativas.	Promover a recuperação do ecossistema costeiro	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas
campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas.			
Buscar novas alternativas de transporte público;			
Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;

Cobrar limpeza pública	Melhoria da limpeza pública	até 12 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras;
Campanha de educação ambiental e conscientização	Promover a educação ambiental	Permanente	Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; CGM-PO
Aumento de Fiscalização policial.	Promover a segurança dos usuários	Permanente	Sec. Segurança Pública; PM; CGM- PO
Criação e fortalecimento da rede de vizinhos	Promover a segurança dos usuários	Permanente	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO
Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.	Promover a segurança dos usuários	Permanente	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO
Implantação do Programa Lixo fora d'água.	Promover a destinação adequada do lixo	Até 12 meses	Sec. Meio ambiente; Sec. Cultura; Sec. Educação; Sec. Turismo; Instituições de ensino; CGM-PO
elaboração de projetos para utilização dos materias trazidos pelo mar.	Promover a destinação adequada do lixo	Até 12 meses	Sec. Meio ambiente; Sec. Cultura; Sec. Educação; Sec. Turismo; Instituições de ensino; CGM-PO
Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes	Promover o uso e ocupação do solo de maneira regularizada	Permanente	Sec. De Segurança Pública; PM; Polícia Ambiental; CGM-PO
Programa de monitoramento de recursos hídricos	Buscar garantir a proteção das nascentes	Até 12 meses	Sec Meio ambiente; Comitê de bacias; Instituições de ensino; EMASA; CGM-PO
Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e interpraiais	Promover uma fiscalização ambiental mais efetiva	Até 24 meses	Bombeiros; Sec. Meio Ambiente; Polícia Ambiental; CGM-PO
Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região	Promover a segurança dos moradores e turistas	Até 12 meses	Sec. Segurança Pública; PM; CGM- PO
Instalação de infraestruturas informativas	Promover a divulgação de informações para o turista	Até 12 meses	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO
Incremento da fiscalização ambiental marinha	Promover a proteção da biodiversidade marinha	Permanente	PM ambiental; guarda municipal ambiental; IMA; IBAMA; Colonia de pesca
	Promover a proteção da biodiversidade marinha	Permanente	PM ambiental; guarda municipal ambiental; IMA; IBAMA; Colonia de pesca
Incremento da fiscalização ambiental marinha (CP)	Buscar garantir a tranquilidade nas localidades	Permanente	Sec. Meio Ambiente; CP; CGM-PO
	Promover a segurança da navegação	Permanente	CP; CBM;
	Promover uma maior segurança da navegação	Permanente	CP;
Elaboração e implementação do Planejamento Espacial Marinho	Para organizar os diversos usos no espelho d'água	Até 24 meses	Sec. Meio Ambiente; Sec. Planejamento; SPU; CP
Implantação de bóias sinalizadoras	Promover a segurança dos banhistas	Até 12 meses	CBM; CP; Sec. Meio Ambiente;
Promover atividade de fiscalização sanitária nas edificações próximas da lagoa	Promover a despoluição da lagoa	Imediato	VISA

Anexo 19 – Cronograma para o primeiro ano. Apêndice 4.

n	AÇÕES E MEDIDAS	Imediato	Permanente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
124	Promover atividade de fiscalização sanitária nas edificações próximas da lagoa														
45	Solicitar ao IMA que seja incluído esse trecho na coleta e análise de água														
83	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;														
99	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;														
26	Solicitar aumento do efetivo para ronda e fiscalização no trecho.														
31	Buscar garantir o acesso adequado para a retirada do pescado.														
37	Criar alvará específico com limite por praia;														
38	regularização e revisão do número de pontos de milho e churros														
68	solicitar o aumento do policiamento militar na área;														
69	solicitar maior efetividade de ronda da guarda municipal														
98	Elaborar programa de educação ambiental														
109	Campanha de educação ambiental e conscientização														
110	Aumento de Fiscalização policial.														
111	Criação e fortalecimento da rede de vizinhos														
112	Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.														
115	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes														
120	Incremento da fiscalização ambiental marinha														
121	Incremento da fiscalização ambiental marinha (CP)														
58	Contemplar no plano municipal do turismo ações para promoção da localidade														
74	Buscar o Termo de ajustamento de conduta no MP Federal para manter as estruturas atuais até o engordamento da praia;														
15	Inserir o passeio turístico interpraia na rota do Citytour.														
46	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;														
50	Solicitar ao poder público esclarecimentos dos possíveis impactos negativos da costa da APA														
62	Regularização do trapiche buscando a harmonia entre uso público e privado														
67	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas no acesso público (rondas na praiha e no costão);														
73	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;														
23	Ativação da rede coletora de esgoto da rua Jacarandá														
21	Fiscalização da ligação das residências na rede coletora (escolas, igreja, etc).														
64	Instalar mais postos guarda vidas;														
66	Instalação de um posto de vigilância (guarda ambiental municipal);														



89	fiscalizar a instalação de publicidade na praia;																			
32	Solicitar a SPU levantamento de RIP(Registro Imobiliário Patrimonial) em toda faixa de terreno de marinha do trecho;																			
10	Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;																			
49	Construção de banheiro público para pescadores artesanais e turistas																			
81	Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;																			